



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Instituto de Ciência Política – Ipol
Mestrado Acadêmico em Ciência Política

ANÁLISE DE REDES E
POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Júlia Alves Marinho Rodrigues

Brasília/DF

2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Instituto de Ciência Política – Ipol
Mestrado Acadêmico em Ciência Política

ANÁLISE DE REDES E
POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Júlia Alves Marinho Rodrigues

Orientador: Paulo Carlos Du Pin Calmon

Dissertação de Mestrado

BRASÍLIA/DF

2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Instituto de Ciência Política – Ipol
Mestrado Acadêmico em Ciência Política

ANÁLISE DE REDES E
POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Júlia Alves Marinho Rodrigues

Dissertação de Mestrado submetida ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do grau de mestre em ciência política.

Área de concentração: políticas públicas

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Paulo Carlos du Pin Calmon, Ph.D, UnB
Orientador

Prof. Lucio Rennó, Ph.D, UNB
Examinador interno

Prof. Dr. André Lázaro, UERJ
Examinador externo

Prof. Dr. Wellington Lourenço de Almeida, UnB
Suplente

Brasília/DF, 23 de abril de 2008.

Para Eduardo, Gabriela, Marcelo, Rosalina, Maria
e Luiz (*in memoriam*) com amor.

Meus agradecimentos:

Ao professor Paulo Calmon, pelo incentivo e paciência.

Ao Eduardo, pela compreensão e apoio.

Aos professores, servidores do Ipol/UnB e colegas de curso pela troca de experiências.

À equipe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Aos familiares e amigos que torceram e auxiliaram na elaboração do trabalho.

Às amigas Iraneth, Enid, Suely e Marina que colaboram em todos os momentos.

RESUMO

O trabalho propõe a análise da estrutura social subjacente ao processo de construção da política de juventude no período de 1997 a 2007. Para tanto foi realizado um levantamento que identifica os principais atores do debate, cuja atuação é analisada mediante a metodologia de análise de redes sociais. Verificou-se que ao longo do período a rede ampliou-se em relação ao número de atores participantes, com crescimento da ordem de 26%, tendo sido identificado também o adensamento dos vínculos e encurtamento dos caminhos, conduzindo, portanto, a um maior capital social. O aumento do capital social pode ser creditado à intensificação das trocas realizadas durante os diversos eventos nos quais os atores em questão puderam se conhecer pessoalmente, trocar informações e experiências, além de ampliar a própria rede de contatos. Os eventos assumiram também o caráter de cenário social ao permitirem a aproximação e a interação entre atores qualitativamente distintos: instituições do Poder Público, entidades da sociedade civil, movimento estudantil, centrais sindicais, juventudes partidárias e pastorais. O estudo aponta que, apesar da intensificação das trocas, ao final de 2007, a rede continuava hierarquizada, com um grupo de atores centrais concentrando informações e poder. Demonstra, contudo, que os atores centrais não foram os mesmos ao longo do período analisado e identifica a dinâmica de transformação dessas relações que indicam a existência de conjunturas específicas. Nesse sentido, o ano de 2004 pode ser visto como um dos marcos possíveis, visto que anteriormente a rede centrava-se nos organismos internacionais, Unesco e OIT, e nas entidades da sociedade civil, OBJ, Ação Educativa e Instituto Cidadania. A partir do período assinalado, instituições do Poder Público como Cejuvent, SG-PR e Conjuve assumiram a liderança do processo.

Palavras-chave: políticas públicas; redes; análise de redes sociais; políticas de juventude.

ABSTRACT

The work considers the analysis of the underlying social structure to the process of construction of the politics of youth in the period of 1997 to 2007. For that matter, a survey was carried out for identifying the main players of the debate, for whose action was examined by a methodology analyzing social networks. It was verified that throughout that period the network has broadened in terms of number of players, with a growth on the order of 26%. The analysis has also identified stronger strengthening of connections and shortening of pathways in the network, therefore leading to a better effectiveness of the pre-established relations. The increase of effectiveness can be credited to the intensification of the exchanges carried out during the many events in which the network players were able to become acquainted with one another, to exchange information and experiences, besides broadening the chain of contacts. The events have also assumed a role of social scenery allowing the contact and interaction between qualitatively distinct participants: public institutions, civil society entities, student's movements, unions, partisan and pastoral youths. The study indicates that, despite of the intensification of exchanges, at the end of 2007 the network continued to be hierarchized, with a group of players centralizing information and power. It has shown, however, that these central players were not the same throughout the analyzed period and has identified the dynamic of transformation of those relations that indicate the existence of specific conjuncture. In that sense, the year of 2004 can be regarded as the one of the possible landmarks since previously the network has centered itself in international agencies including Unesco and ILO, and in civil society entities such as OBJ (Brazilian Youth Organization), Educational Action and Institute of Citizenship. Since the beginning of the designated period of study, government institutions such as Cejuvent (the House of Representatives Special Commission of Policies for Young people), SG-PR (The General Secretariat of the Presidency of the Republic of Brazil) and Conjuve (The Youth Council) have assumed the leadership of the process.

Keywords: public policies; social network analysis; youth policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A Origens da Análise de Redes Sociais	28
Figura 2	Rede Egocentrada no Indivíduo A, apenas com contatos diretos	29
Figura 3	Rede Egocentrada no Indivíduo A, considerando os contatos indiretos	30
Figura 4	Rede de Relações de Ana e Carla	32
Figura 5	Redes com Alta e Baixa Densidade	34
Figura 6	Redes com Relações Não-Redudantes e Rede Com Relações Redudantes	37
Figura 7	Programas/Ações de Juventude por Eixo	80
Figura 8	Linha do Tempo 1997-2002	115
Figura 9	Linha do Tempo 2002-2007	116
Figura 10	Sociograma da Rede em T1	119
Figura 11	Rede Egocentrada na OBJ	123
Figura 12	Sociograma da Rede na Unesco	124
Figura 13	Sociograma da Rede em T2	125
Figura 14	Sociograma da Rede em T2 – Principais Grupos	126
Figura 15	Rede Egocentrada na Ação Educativa	128
Figura 16	Sociograma da Rede em T3	129
Figura 17	Sociograma da Rede em T3 - Círculo	130
Figura 18	Sociograma da Rede em T4	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Enfoques na análise das políticas públicas	24
Quadro 2	Principais Idéias de Burt e Granovetter	39
Quadro 3	Organizações do Poder Público	46
Quadro 4	Organizações da Sociedade Civil	46

Quadro 5	Organismos Internacionais	47
Quadro 6	Universidades	47
Quadro 7	Principais Eventos Nacionais de Juventude	48
Quadro 8	Exemplo de Matriz de Relacionamentos	49
Quadro 9	Faixa-Etária da Juventude por País	58
Quadro 10	Paradigmas nas Políticas de Juventude	60
Quadro 11	Relação entre a concepção de Juventude e Paradigmas	63
Quadro 12	Relação entre Enfoque de Juventude e Paradigmas	64
Quadro 13	Organismos de Juventude por País	65
Quadro 14	Resumo das Principais Atividades até 1997 por ator/campo	71
Quadro 15	Resumo das Principais Atividades em 1997 por ator/campo	72
Quadro 16	Resumo das Principais Atividades em 1998 por ator/campo	76
Quadro 17	Resumo das Principais Atividades em 1999 por ator/campo	78
Quadro 18	Resumo das Principais Atividades em 2000 por ator/campo	82
Quadro 19	Resumo das Principais Atividades em 2001 por ator/campo	83
Quadro 20	Resumo das Principais Atividades em 2002 por ator/campo	86
Quadro 21	Resumo das Principais Atividades em 2003 por ator/campo	93
Quadro 22	Resumo das Principais Atividades em 2004 por ator/campo	100
Quadro 23	Resumo das Principais Atividades em 2005 por ator/campo	107
Quadro 24	Resumo das Principais Atividades em 2006 por ator/campo	110
Quadro 25	Resumo das Principais Atividades em 2007 por ator/campo	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente por situação, sexo e grupos de idade – Brasil – 2003 e 2004	15
Tabela 2	Distribuição de jovens (15 a 29 anos) segundo o curso que freqüentam, Brasil – 2004	16
Tabela 3	Medidas por ator/campo em T1	121
Tabela 4	Medidas por ator/campo em T2	127
Tabela 5	Medidas por ator/campo em T3	131

Tabela 6	Medidas por ator/campo em T4	134
Tabela 7	Comparativo T1, T2, T3 e T4	135

LISTA DE SIGLAS

ARS – Análise de Redes Sociais

AE – Ação Educativa

Aids – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

Andi – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Cejuvent – Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Conjuve – Conselho Nacional de Juventude

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CSJ – Consórcios Sociais da Juventude

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Enap - Escola Nacional de Administração Pública

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FES/Ildes – Fundação Friedrich Ebert Stiftung/Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social

Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FPA – Fundação Perseu Abramo

FPJ – Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude

Gife – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GT – Grupo de Trabalho

IAS – Instituto Ayrton Senna

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IBPJ – Instituto Brasileiro de Políticas de Juventude

IC – Instituto Cidadania

IDJ – Índice de Desenvolvimento da Juventude

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPOL/UnB – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME – Ministério do Esporte
MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
Mudes – Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
NETDRAW – Network Visualization Software
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBJ – Organização Brasileira de Juventude
OIJ – Organização Ibero-Americana de Juventude
ONG – Organismo Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos na Agricultura Familiar
PcdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEA – População Economicamente Ativa
PJ – Pastoral da Juventude
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PL – Partido Liberal
PMAJ – Plano Municipal de Ações para a Juventude
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnad – Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP – Partido Progressista
Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
ProUni – Programa Universidade para Todos
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
Renaju – Rede Nacional de Organizações, Grupos e Movimentos de Juventude
RJNE – Rede de Jovens do Nordeste
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SG/PR – Secretaria-Geral da Presidência da República
Sine – Serviço Nacional de Emprego
SNJ-SG/PR – Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UJS – União da Juventude Socialista
UNE – União Nacional dos Estudantes
UJC – União de Jovens Comunistas
Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unipaz – Universidade da Paz
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.2 ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	26
2.2.1 TEORIA DA FORÇA DOS LAÇOS FRACOS	29
2.2.2 TEORIA DOS VAZIOS ESTRUTURAIS	35
3 METODOLOGIA	41
3.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	41
3.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	42
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.3.1 COLETA DOS DADOS	44
3.3.2 ANÁLISE DOS DADOS	48
3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	53
4 POLITICAS DE JUVENTUDE : CONCEITOS E PARADIGMAS	55
4.1 JOVENS, JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA	56
4.2 AS FRONTEIRAS DA JUVENTUDE: DEFINIÇÃO DA FAIXA ETÁRIA	57
4.3 DIFERENTES PARADIGMAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	59
4.4 A INSTITUCIONALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA	64
5 POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL NO PERÍODO 1997-2003	68
5.1 ANTECEDENTES	69
5.2 POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO PERÍODO 1997-2002	71
5.3 POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO PERÍODO 2003-2007	87
5.4 LINHAS DO TEMPO 1997-2007	114

6 APLICAÇÃO DO MODELO	118
6.1 ANÁLISE DA REDE EM T1	118
6.2 ANÁLISE DA REDE EM T2	124
6.3 ANÁLISE DA REDE EM T3	128
6.4 ANÁLISE DA REDE EM T4	132
6.5 ANÁLISE COMPARATIVA DA REDE EM T1, T2, T3 E T4	135
CONCLUSÃO	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
GLOSSÁRIO	155
ANEXOS	158

1) INTRODUÇÃO

Propõe-se, neste trabalho, a análise da estrutura social subjacente ao processo de construção da política de juventude no período de 1997 a 2007, tendo como base a interação entre os atores – organismos internacionais, fundações empresariais, entidades da sociedade civil, parlamentares, organismos de juventude e instituições do Poder Público.

Ainda há, entre os estudiosos da temática juventude, controvérsias sobre a necessidade ou não de políticas específicas para os jovens; afinal os jovens, enquanto sujeitos, há muito vêm sendo atendidos pelas políticas universais – especialmente a de educação. No entanto, recentemente, cresceu a defesa por um olhar particular.

Do ponto de vista demográfico, os jovens representam parcela significativa da população brasileira e os seus indicadores sociais os colocam entre os grupos mais vulneráveis. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad 2004, existem, no Brasil, 49,6 milhões de jovens de 15 a 29 anos, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – População residente por situação, sexo e grupos de idade – Brasil – 2003 e 2004

	2003			2004		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
15 a 17	5.373.840	5.229.059	10.602.899	5.456.495	5.285.549	10.742.044
	22,2	21,4	21,8	22,2	21,1	21,6
18 a 19	3.494.838	3.353.497	6.848.335	3.543.745	3.477.213	7.020.958
	14,4	13,7	14,1	14,4	13,9	14,1
20 a 24	8.374.986	8.422.593	16.797.579	8.407.524	8.643.836	17.051.360
	34,6	34,5	34,6	34,1	34,5	34,3
25 a 29	6.944.502	7.389.528	14.334.030	7.214.891	7.633.509	14.848.400
	28,7	30,3	29,5	29,3	30,5	29,9
Total	24.188.166	24.394.677	48.582.843	24.622.655	25.040.107	49.662.762
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002-2004.

Segundo Camarano, Mello e Kanso (2006), esses números são resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980, chamada de “onda jovem” e do aumento da fecundidade na adolescência, em curso desde os anos 1970.

Os dados sobre os jovens, em sua diversidade, expressam as diferenças e as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira. Em que pese a ampliação da cobertura do ensino fundamental, para as crianças entre 7 e 14 anos, grande parte dos jovens

no País não é encontrada nas salas de aula e ainda existem 1,9 milhão de jovens analfabetos. Conforme os dados pesquisados pela Pnad 2004, apenas 18,3 milhões (37%) ainda freqüentavam a escola:

Tabela 2 – Distribuição de jovens (15 a 29 anos) segundo o curso que freqüentam – Brasil – 2004

Curso que freqüenta	Nº	%
Fundamental Regular	5.139.049	27,9
Médio Regular	8.122.665	44,2
Fundamental Supletivo	555.880	3
Médio Supletivo	507.301	2,8
Superior	3.356.012	18,2
Alfabetização de Adultos	139.820	0,8
Pré-Vestibular	441.670	2,4
Mestrado ou Doutorado	130.776	0,7
Total	18.393.173	100

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2004.

Da Tabela 2 também se verifica que, quando estão na escola, os jovens encontram-se numa modalidade ou nível de ensino que não corresponde a sua idade cronológica, tentando recuperar o atraso educacional resultante do ingresso tardio no sistema educacional, dos constantes abandono e retorno ou de diversas repetências no seu histórico escolar.

No tocante ao mercado de trabalho, os números também são desfavoráveis: a população juvenil de 16 a 24 anos representava 24% da População Economicamente Ativa (PEA). O desemprego dessa população foi de 17,8%, sendo maior que a taxa de desemprego (de 9,2%). Em números absolutos significa 3,5 milhões de jovens desempregados, em torno de 47% do total de 7,3 milhões de desempregados no País. Para os jovens que vivem em famílias com renda per capita inferior a ½ salário mínimo, a situação de desemprego é ainda pior. Entre esse público a taxa de desemprego chegou a 26,8%.

Sob a ótica social, a juventude é a fase das buscas e definições. De acordo com Camarano, Mello e Kanso (2006), os obstáculos experimentados nessa fase podem influenciar a passagem para a vida adulta, com conseqüências também sobre o lugar que ocuparão na escala social e econômica. Alguns desses obstáculos são inerentes ao mundo dos jovens e outros são reflexos das transformações por que passa a sociedade brasileira como um todo e que atingem essa população de maneira diferenciada. Por um lado, a juventude constitui-se

uma fase da vida vulnerável *per se*, pois é quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que ocorre, muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Sposito e Carrano (2003) alertam para a representação ambígua dos jovens, ora como problemas ou sujeitos de direitos e chamam atenção para o fato que as políticas públicas de juventude não são apenas retratos passivos, mas que contribuem ativamente para a construção de novas formas de representação. Segundo Touraine (1996, p. 2), “a juventude não é uma categoria social, mas uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que a sociedade tem de si mesma”.

Durante a década de 80, o tema juventude começou a consolidar-se como um assunto relevante na agenda internacional. O ano de 1985 foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Juventude e a partir desta convocatória geraram-se múltiplas iniciativas de caráter local e regional. Em 1987, ocorreu, em Madrid, na Espanha, I Conferência Ibero-americana de Juventude e, na Guatemala, a I Conferência Juvenil Centro-Americana pela Paz. Em 1988, aconteceu o I Encontro Regional Andino, realizado em Quito, Equador e a I Consulta Coletiva Latino-Americana de Organismos não-Governamentais de Juventude, realizada em Buenos Aires, Argentina. Em 1991, teve lugar, em Viena (Áustria), o Primeiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Em 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou o seu Programa Mundial de Ação para a Juventude para o ano 2000 e além – PMAJ.

Rua (1998, p. 8), em trabalho no qual realiza um balanço das políticas públicas de juventude no Brasil na década de 90, conclui: “os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias”. Não havia uma política voltada para a juventude, mas sim um “estado de coisas” que não conseguiu alçar a condição de problema de natureza política e tampouco ocupar significativamente a agenda pública. Ou seja, ainda não há um entendimento da juventude como uma categoria social que requer políticas específicas.

Diversos autores situam o final dos anos 90 (ABRAMO, 2005; DÁVILLA, 2005; SPOSITO, CARRANO, 2003b; FREITAS, PAPA, 2003) como marco para a emergência do tema juventude no país, embora ainda se reconheça a existência de setores na sociedade que não estão convencidos de sua importância.

Para Krauskopf (apud ABAD, 2003), as políticas orientadas por critérios de geração resultam do processo de confrontação do sujeito juvenil como ator social emergente, explicado pela sua crescente influência demográfica e pelas realidades de exclusão e marginalização que enfrentam.

Abad (2003), por sua vez, associa a emergência das políticas de juventude às dinâmicas de modernização das sociedades latino-americanas, que, em sua concepção, avançaram na incorporação de conquistas tecnológicas e em sua extensão às diferentes classes sociais, mas, por outro lado: “não conseguiram desenvolver, no mesmo nível, o projeto de uma cultura política democrática”. (Abad, 1998, p. 19).

A incorporação do tema juventude à agenda, foi, sobretudo, determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e na busca de sua integração ao mundo adulto. Dessa forma, a defesa de políticas específicas para a juventude, na América Latina, associa-se à ampliação dos índices de desemprego, violência e gravidez precoce. Trata-se de uma mudança na forma de compreensão da categoria juventude, que agora passa ser delimitada, classificada, situação bastante distinta dos anos 50 e 60, no qual não se justificava uma política própria.

Nesse sentido, a dissertação procurará responder à seguinte pergunta: como está sendo, no Brasil, construída a política de juventude? Parte-se do pressuposto que essa construção é um processo e que, embora o país tenha constituído um organismo de juventude tardiamente, sempre existiram políticas de juventude no País. Com intuito de delimitar a pesquisa, foram propostos, adicionalmente, os seguintes questionamentos:

- Quais foram os principais atores que se envolveram nesse debate: organismos internacionais, entidades da sociedade civil, parlamentares, especialistas, ministérios?
- Qual é o padrão de relação entre esses atores?
- Quais são as propriedades estruturais, papéis e posições na rede de relações?
- Quais foram os principais eventos relacionados ao tema que ocorreram no período de 1997 a 2007?
- Como a rede de relações se transformou no decorrer desse período?

Ao responder essas perguntas, ao longo dos capítulos, será possível alcançar o principal objetivo da dissertação que é analisar a estrutura social subjacente ao processo de construção da política de juventude no período de 1997 a 2007, assim como mapear os atores que participaram desse debate; evidenciar o padrão de interação estabelecido entre os atores, seus papéis e as posições por eles ocupadas e levantar quais foram os principais eventos que ocorreram no período.

O horizonte da análise compreenderá o período entre 1997 e 2007, o que caracteriza um corte longitudinal que permitirá observar a dinâmica desse processo social. Arbitrou-se o ano de 1997 em função da ocorrência de três fatos: a constituição, no âmbito do governo

federal, de uma Assessoria Especial para Assuntos de Juventude vinculada ao gabinete do Ministro da Educação; a formação do departamento de pesquisa em juventude da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e, o assassinato do índio Galdino, em Brasília, por um grupo de jovens de classe média, que gerou uma ampla cobertura da imprensa. Conforme afirmou Waiselfisz (apud CASTRO, 2005, p. 119-120) à época: “a novidade, no momento, era fazer com que as autoridades públicas e a sociedade percebessem que a juventude era um segmento social cada vez maior, mais ativo e que deveria ser não só ouvido, mas reconhecido nos seus direitos”.

A análise terminará no ano de 2007 quando o Governo Lula encaminha ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 660, o Projeto de Lei nº 2.204 que, em regime de urgência constitucional, reformula o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) a partir da integração de seis programas federais já existentes – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Escola de Fábrica e Juventude Cidadã. Trata-se de uma iniciativa para dar maior escala e visibilidade aos programas.

Entre estes dois marcos, impulsionado pela sociedade civil e pelos organismos internacionais, políticas específicas foram implementadas e, em 2005, criou-se a Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), ambos vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República.

Com relação à organização da dissertação, propõe-se a divisão em cinco capítulos. No primeiro pretende-se uma revisão de literatura sobre abordagens teóricas utilizadas. Inicialmente, retoma-se a discussão sobre a análise de políticas públicas e, em seguida, aprofunda-se sobre a análise de redes sociais. A análise de redes sociais não toma como unidade de análise o ator individual que faz parte da rede em estudo, mas a coleção de atores ou indivíduos e as suas interações, o que permite observar a dinâmica dos processos sociais. Ainda neste capítulo são apresentadas a Teoria da Força dos Laços Fracos (*The strength of weak ties*) de Granovetter (1973; 1983) e a Teoria dos Vazios Estruturais (*Structural Holes*) desenvolvida por Burt (1992).

O segundo capítulo contém uma descrição da metodologia e dos procedimentos empregados. São apresentados o problema da pesquisa, seus objetivos e limitações, bem como detalhada a forma de coleta e análise dos dados. O estudo empregará a análise de redes sociais, cuja principal característica é focar os vínculos estabelecidos entre os atores, os quais constituem verdadeiros canais de transmissão de recursos materiais e imateriais. As redes são sistemas compostos por nós e suas conexões. Há uma valorização dos elos informais e das relações em detrimento das estruturas hierárquicas e das características dos atores, os quais

são utilizados apenas de maneira secundária. A principal vantagem desse tipo de análise está na possibilidade de apreensão da realidade social a partir de suas propriedades e processos.

O terceiro capítulo explora as referências conceituais sobre juventude, propondo as distinções necessárias entre os termos jovens, juventude e adolescência e a delimitação de uma faixa etária. Também são apresentados os principais paradigmas identificados por Krauskopf (2003) acerca das diferentes concepções sobre a juventude e sua relação com as políticas públicas.

O quarto capítulo, o mais longo da dissertação, dedica-se à construção de uma linha do tempo, com o propósito de organizar e facilitar a análise sobre os principais eventos, nacionais e internacionais, relacionados à política de juventude. São identificados os principais atores que participaram do debate bem como as atividades realizadas, nas quais os atores em questão puderam se conhecer pessoalmente, trocar informações e experiências, além de ampliar a própria rede de contatos. Os eventos assumiram também o caráter de cenário social ao permitirem a aproximação e a interação entre atores qualitativamente distintos.

O quinto capítulo apresenta e discute os resultados do modelo, mostrado como a rede se transformou ao longo do período estudado, identificando as posições assumidas pelos atores. A visualização da rede se vale das representações gráficas oferecidas pelo programa Network Visualization Software (*Netdraw*) e para identificação dos atores principais, foram empregadas as medidas de centralidade que o *Ucinet 6.178* calcula.

Na conclusão, tem-se uma descrição das principais contribuições dessa pesquisa para a compreensão das políticas de juventude no Brasil, e, em especial, será mostrado como os atores selecionados interagiram ao longo do período.

2) REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é apresentar o referencial teórico que serviu como base para o desenvolvimento do trabalho empírico. A primeira seção faz uma breve revisão sobre os conceitos básicos para a análise das políticas públicas, em especial sobre o processo de formação dessas políticas. A seção 2 aprofunda a discussão sobre a análise de redes sociais que procura identificar os padrões relacionais entre os diversos atores. São exploradas as idéias de Granovetter (1973; 1983), em especial sua Teoria da Força dos Laços Fracos (“*The strength of weak ties*”) e a Teoria dos Vazios Estruturais (“*structural holes*”) de Burt (1992).

Granovetter (1973; 1983) centra sua análise na importância dos laços fracos, pois seriam justamente essas ligações que possibilitariam a conexão entre um maior número de atores. O indivíduo com poucos laços fracos estaria privado de informações localizadas nas partes mais distantes do sistema social, pois sem esses laços não existiriam canais adequados para a circulação da informação.

Burt (1992), por sua vez, busca compreender como funciona a arena competitiva quando os agentes já estabeleceram relações entre si. Seu argumento é que muito do comportamento competitivo (e de seus resultados) pode ser apreendido a partir do acesso que os agentes têm aos “vazios” da estrutura social.

2.1) ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de política não é auto-evidente. Uma política pode ser considerada como um curso de uma ação ou inação (não-ação), mais do que decisões ou ações específicas (Heclo, 1972 apud DAGNINO, 2002). Ou seja, mais do que uma ação isolada no tempo, a política constitui-se uma sucessão de decisões, ações e não-ações. Com relação às políticas públicas, o que a diferencia das outras políticas é justamente a atuação do Estado. Para Bonafont (2004), não se pode falar em políticas públicas sem a intervenção do governo. Sua iniciativa pode não partir do Estado, mas a partir do momento em que este posiciona, decidindo agir ou não, tem-se uma política pública. Souza (2006, p. 24), citando Thomas Dye (1984), pontua: “política pública é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não”. Isto é, envolvem a movimentação do governo na direção de determinada meta, não importando quão ampla ela seja.

Há diversos pensadores, dos mais variados campos de estudo, que se preocuparam com as questões relativas às políticas públicas. No entanto, esse campo torna-se efetivamente uma disciplina a partir das contribuições de Harold Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. De acordo com Souza (2006), Lasswell (1936, apud Souza 2006) introduz a expressão *policy analysis* como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos; Simon (1957, apud Souza 2006), por sua vez, insere o conceito de racionalidade limitada, bem como as noções de informação imperfeita e satisfação (em contraponto a maximização); Lindblom (1959, apud Souza 2006) incorpora outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas e Easton define a política pública como um sistema, ou seja, uma relação entre a formulação, os resultados e o ambiente.

Bonafont (2004) afirma que as políticas públicas podem ser conceituadas a partir de duas posições antagônicas sobre sua natureza, que conseqüentemente se valerão de diferentes instrumentos analíticos. A primeira posição é a perspectiva racional, advinda da Escola de Chicago, que possui uma vocação claramente prescritiva, na qual elimina-se o debate e a negociação. O científico seria isento de juízos de valores e, portanto, deve-se separar os especialistas da deliberação política. A autora, no entanto, questiona essa posição. Para ela definir planos de atuação para alcançar políticas mais eficazes sem explorar antes o contexto em que se implementa a ação é um trabalho inútil e impossível na prática, dado que uma política pública não se desenvolve livre de restrições.

Uma das críticas mais poderosas ao enfoque racional provém do incrementalismo, sendo Lindblom, um de seus expoentes. De acordo com esse autor, busca-se solucionar os problemas de maneira gradual, sem grandes modificações nas situações pré-existentes. Nesse sentido, o processo de elaboração de políticas públicas é um processo de aproximação sucessiva a um objeto em que o desejado se modifica e é reconsiderado de forma continuada. As políticas públicas nunca estão finalizadas; ao contrário, trata-se de um processo contínuo, no qual a mudança se produz por meio de pequenos passos incrementais, com os atores adaptando seus objetivos ao ambiente.

Todavia, para Bonafont (2004), essa visão incremental é excessivamente conservadora e a análise de redes propõe seu questionamento. Para os teóricos da análise de redes, a política pública se desenvolve como processo de aprendizagem social contínuo, na qual os objetivos e as técnicas ajustam-se de acordo com a experiência passada e as novas informações. A mudança é entendida com uma luta cognitiva da qual participam diversos atores com o objetivo de melhorar o conhecimento técnico dos problemas. A autora ainda completa:

[...] trata-se de uma análise centrada na sociedade, no estudo dos grupos e indivíduos, assim como dos fatores que determinam seu poder e influência sobre o resultado político. As políticas surgem como resultado da interação conflituosa entre grupos sociais, sendo que cada um busca uma estratégia orientada a dominar os demais. (BONAFONT, 2004, p. 14)

Para Bonafont (2004), o enfoque da aprendizagem social inova ao conceder papel de destaque às idéias que passam a ser compreendidas como variáveis explicativas da mudança e rompe com uma forma de interpretar as políticas públicas baseadas apenas na interação estratégica em torno de interesses.

Faria (2003) segue na mesma linha de Bonafont e argumenta que, nas novas formulações no campo das políticas públicas, a variável conhecimento, entendida como a instrumentalização de dados, idéias e argumentos, assume lugar de relevo. Dentre essas novas abordagens, pode-se citar: os analistas das redes de políticas públicas, das comunidades epistêmicas, das coalizões de advocacia e os estudiosos da aprendizagem política.

Abaixo, um quadro-resumo com esses três enfoques na análise das políticas públicas:

Quadro 1 – Enfoques na análise das políticas públicas

	Racional - Exaustivo	Aproximações Sucessivas Limitadas	Aprendizagem Social
Valores e Análise Empírica	Valores e objetivos definem-se de forma autônoma, antes da análise empírica. O tomador de decisão é capaz de definir seus objetivos independente de juízos de valor e à margem da complexidade do problema.	Impossibilidade de separar valores de objetivos e de ordenar as preferências com independência dos problemas.	Impossibilidade de separar valores de objetivos e de ordenar as preferências com independência dos problemas.
Relações, metas e propósitos	As políticas são formuladas a partir de um processo linear. Uma vez definidos os objetivos define-se a estratégia para alcançá-los, o que garantirá a eficiência dos resultados.	As políticas são formuladas com o objetivo de solucionar problemas e não de alcançar objetivos concretos.	As políticas, não apenas as fases prévias de decisão, mas também suas conseqüências, são um processo de aprendizagem social que se desenvolve a partir da informação nova e da experiência adquirida.
Como tomar uma boa decisão?	Uma boa política é aquela que otimiza o resultado, com a utilização dos instrumentos mais adequados para alcançar os objetivos previamente definidos.	Uma boa política é uma política de consenso, na qual os diversos interesses são coincidentes. Segue o método da tentativa e do erro.	Uma boa política consiste na argumentação a partir de dados concretos com o objetivo de produzir evidências. Ressalta-se a capacidade de persuasão.
Análise exaustiva ou limitada	Analisa-se todos os fatores relevantes para atingir ao objetivo. Realiza-se uma análise exaustiva.	A análise é limitada, <i>a priori</i> , em função da diversidade de valores, opções disponíveis e conseqüências derivadas da ação.	A análise é limitada por conta da falta de recursos intelectuais e técnicos para apreender a complexidade dos problemas.
Enfoque teórico	As políticas seguem um processo linear no qual o tomador de decisão, racional, define objetivos e estratégias a seguir.	As decisões resultam de comparações sucessivas – método da tentativa e erro. O processo é dominado pela interação de interesses contrapostos.	A análise das políticas não se limita ao processo decisório, nem à interação entre interesses. São necessários enfoques mais amplos que considerem o papel dos atores (públicos e privados), das idéias e o marco institucional em que desenvolve a ação.

Fonte: Bonafont, 2004, p. 6

Bonafont (2004) ressalta que o processo de elaboração de políticas públicas se explica não somente a partir da mobilização de grupos sociais, mas também considerando a forma como, ao longo do tempo, institucionalizam-se as relações de poder entre os atores. Nesse contexto, a análise de redes busca captar a diversidade de formas de intermediação de interesse entre os setores, entre países, sempre considerando a dimensão temporal.

Larratea (2006, p. 8) chama atenção para o processo multicausal de transformação da questão social em objeto da ação estatal:

[...] Um problema político é necessariamente um construto social cuja configuração depende de múltiplos fatores específicos da sociedade ou do sistema político em pauta. A questão é, portanto, demonstrar os mecanismos concretos que determinam a inscrição deste problema na agenda decisória. (Muller, 1990, p. 28 apud LARRATEA, 2006)

No entanto, o autor ressalta, no processo de formação das políticas públicas, a ação e a influência de indivíduos e grupos, sejam estatais ou não, e propõe a compreensão da lógica da interação entre eles. Larratea (2006, p. 9) recorre a Cobb e Elder para apontar quatro fatores que possibilitam o acesso à arena decisória:

1. um ator político que ocupa uma função decisória pode ser devedor de um determinado grupo, ou mesmo se identificar como membro deste grupo;
2. o grupo dispõe de recursos materiais, simbólicos e organizacionais superiores a de outros, facilitando a mobilização de apoios entre atores públicos e privados;
3. o grupo ocupa uma posição estratégica, que facilita a publicização de seus problemas;
4. o grupo é socialmente valorizado no conjunto das representações e crenças dominantes, o que legitima suas reivindicações em um espectro público maior e mais diversificado.

Ainda, de acordo com Larratea (2006), as relações de troca, o papel e a posição dos atores na formação das políticas são frequentemente representados por meio da noção de redes. Para Bonafont (2004), a análise de redes nega a possibilidade de se utilizar um modelo único para explicar o processo de formulação das políticas públicas e se baseia na idéia da diversidade das relações Estado-sociedade e a necessidade de desagregação da análise para compreender de forma mais completa as políticas públicas. Dessa forma, as políticas públicas não são mais entendidas como um processo linear guiado pela atuação de atores racionais, mas como um processo de negociação constante entre atores com o propósito de influenciar o resultado político.

De acordo com Börzel (1997), as redes se configuram como um conjunto de relações mais ou menos estáveis, de natureza não-hierárquica e independente, que vinculam uma variedade de atores que possuem interesses comuns em relação a uma política pública, que trocam recursos para atingir seus objetivos, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar suas metas comuns.

Fleury e Ouverney (2007) enfatizam o florescimento de sociedade policêntricas, decorrentes dos processos de descentralização e democratização, nas quais uma multiplicidade de atores são capazes de influenciar o processo político. Tem-se, então, o estabelecimento de relações mais horizontais que privilegiam a diversidade e o diálogo contrapondo às relações verticais de regulação e subordinação.

2.2) ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Para Börzel (1997) a palavra rede converteu-se nos últimos anos, tanto em uma etiqueta da moda quanto em um novo paradigma de arquitetura da complexidade, utilizada pelas mais diversas ciências. Para alguns, a rede é apenas uma metáfora que demonstra o grande número de atores envolvidos em uma política pública; para outros, é uma ferramenta analítica valiosa para analisar a relação entre atores de um dado setor; um terceiro grupo enxerga as redes com um método para análise da estrutura social.

Esta dissertação utiliza as redes como um método para análise da estrutura social subjacente às políticas de juventude. Nesta visão, o que importa não são os atributos individuais dos atores que compõem a rede, mas sim a identificação dos padrões relacionais entre eles. A estrutura é compreendida concretamente como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos e as opiniões dos indivíduos. (MARTELETO, 2001)

Para Gulati (apud CARVALHO, 2002), as redes sociais correspondem a um agrupamento de núcleos (pessoas, organizações) ligados por um leque de relações sociais (amizades, transferência de fundos, etc). Emirbayer e Goodwn (1994 apud MARTELETO, 2001, p. 75) oferecem uma definição ainda mais abrangente: “conjunto de relações ou ligações entre um conjunto de atores”.

A principal característica da análise de redes sociais é focar os vínculos estabelecidos entre os atores, os quais constituem verdadeiros canais de transmissão de recursos materiais e imateriais. Há uma valorização dos elos informais e das relações em detrimento das estruturas hierárquicas e das características dos atores, que são utilizados apenas de maneira secundária.

A análise de redes sociais não toma como unidade de análise o ator individual que faz parte da rede em estudo, mas a coleção de atores ou indivíduos e as suas interações, o que permite observar a dinâmica dos processos sociais. De acordo com Wasserman e Faust (1999, apud MATHEUS, SILVA, 2006, p. 2): “em análise de redes sociais, os atributos observados a partir dos atores sociais são compreendidos em termos de padrões ou estruturas de ligações entre as unidades. As ligações relacionais entre os atores são o foco primário e os atributos, secundários”.

A concepção de que as relações sociais compõem um tecido que condiciona a ação dos indivíduos nele inseridos é do início do século 20. Em 1930, um grupo de alemães emigrados – Lewin, Moreno e Heider, trabalhando nos Estados Unidos e tendo como referência Köhler e sua Teoria Gestalt – psicologia da forma, desenvolveu um conjunto de pesquisas sobre os problemas do grupo e a sociometria. Utilizando a técnica de estudo de caso, o grupo pesquisou a estrutura dos grupos e a forma como a informação fluía em seu interior.

Lewin utilizou a teoria dos grafos, criada pelo matemático Euler, para formalizar as representações das relações das redes sociais. O grafo é um conjunto de nós, conectados por retas (arestas) que, em conjunto, formam uma rede e a teoria dos grafos é o ramo da matemática que estuda suas propriedades.

Moreno, autor de *Who shall survive?* (1934), em seus estudos sobre a relação entre bem-estar e configurações sociais, nos pequenos grupos, criou o sociograma, uma representação gráfica, um diagrama de pontos e linhas utilizado para representar as relações entre as pessoas.

Paralelamente, antropólogos e sociólogos de Harvard, influenciados pelo trabalho do antropólogo Redcliffe-Brown, produziam estudos, no interior das fábricas e nas comunidades, para observar os padrões de relacionamento interpessoal e a formação de subgrupos. Os dois principais pesquisadores foram Mayo e Warner que realizaram os clássicos trabalhos em Hawthorne.

A partir da década de 60, em Manchester, Reino Unido, pesquisadores como Barnes, Nott, Nadel e Mitchell, utilizaram as redes sociais como ferramentas de análise estrutural e desenvolveram critérios para análise, como os de reciprocidade, densidade, intensidade dos vínculos. Os cientistas britânicos, ao desenvolver a análise de redes, tinham como objetivo oferecer uma resposta à crise do paradigma estrutural-funcional. Para Fleury e Ouverney (2007, p. 14) essa concepção teórica “permitiu interpretar o tecido social como um conjunto de papéis (ou redes) que formam e definem suas identidades num processo interativo com seus respectivos contextos socioculturais”.

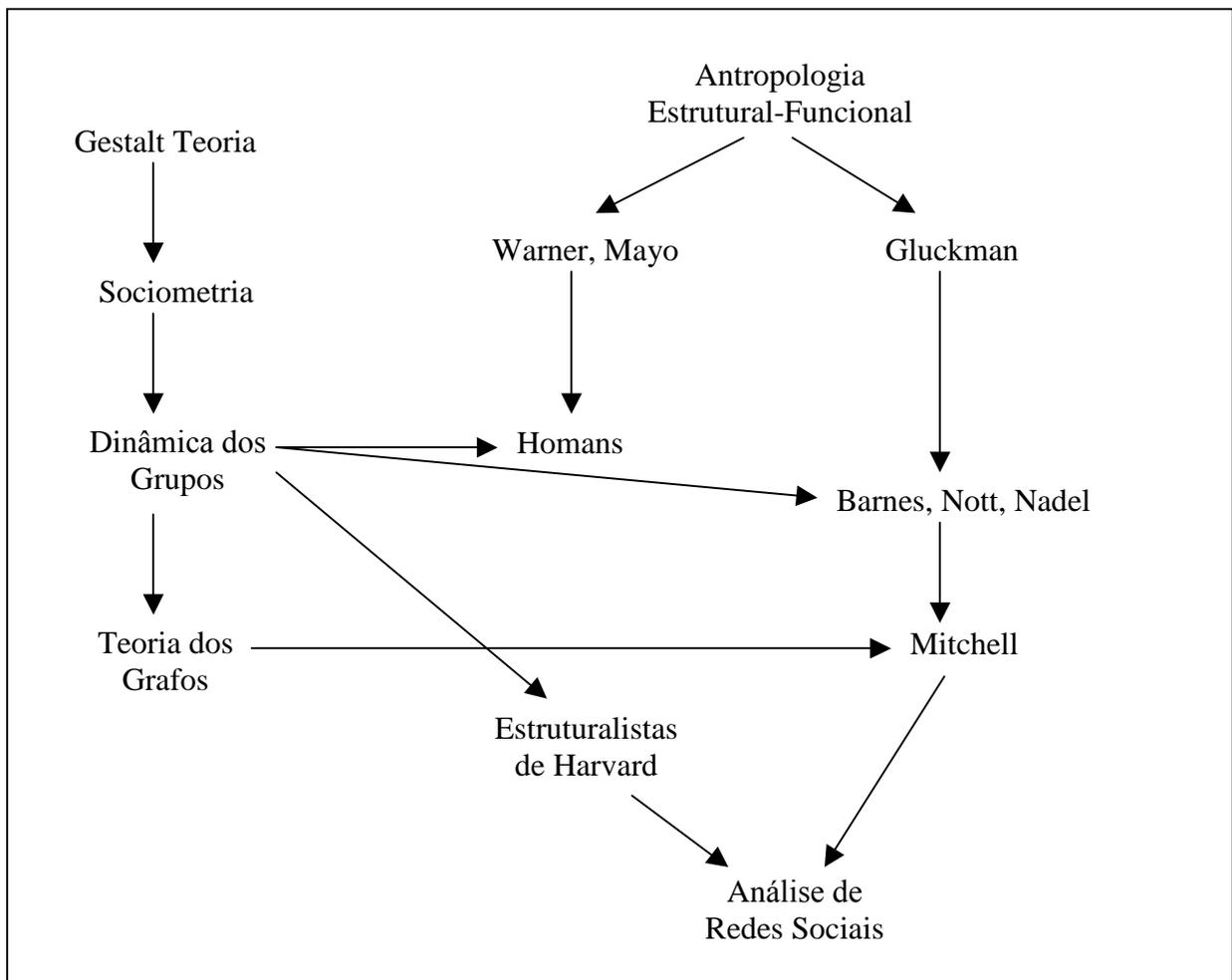


Figura 01 – As Origens da Análise de Redes Sociais

Fonte: Scott (1991)

Nas últimas décadas, os estudos baseados em análise de redes sociais expandiram-se por diversos campos, tais como sociologia, psicologia, antropologia, ciência da informação, administração (MATHEUS, SILVA, 2006; MARTELETO, SILVA, 2004). Originalmente as pesquisas estavam limitadas a grupos pequenos e somente a partir de 1940, quando as relações passaram a ser representadas de forma matricial, ampliou-se o foco. Para os autores, o desenvolvimento das áreas de informática e de processamento de dados que possibilitaram o estudo de bases de dados cada vez maiores, em curto período de tempo e a preços acessíveis, contribuiu sobremaneira para utilização do método.

Além disso, desenvolveu-se, a partir dos anos 70, um conjunto de programas computacionais – Ucinet, Gradap, Netdraw, que facilitaram a visualização e operação das redes.

Marteleteo (2001) aplicou essa metodologia para estudar o fluxo de informação e as estruturas de comunicação presentes em um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Carvalho (2002) propôs sua utilização para o estudo das redes estratégicas interfirmas, as quais corresponderiam a estruturas intermediárias entre a hierarquia e o mercado. Muller, Schneider e Silva (2007) utilizaram-na para analisar processo de construção do Programa de Aquisição de Alimentos na Agricultura Familiar (PAA). Já Conceição et al. (2006) se valeu da metodologia para analisar a estrutura das relações sociais estabelecidas entre as entidades da sociedade civil e do Poder Público no território da Bacia do Lago Paranoá.

Muller, Schneider e Silva (2007) enxergam, no campo das políticas públicas, uma ampliação dos estudos que utilizam uma abordagem relacional para compreensão das relações entre o Estado e a sociedade e que, de certa forma, rompem com a visão tradicional de uma burocracia estatal insulada que toma suas decisões de forma autônoma e externa à sociedade.

2.3) TEORIA DA FORÇA DOS LAÇOS FRACOS

Mark Granovetter é um sociólogo americano que criou uma das mais importantes teorias na sociologia moderna, conhecida como a Teoria da Força dos Laços Fracos – “*The Strength of Weak Ties*” (1973). Sua preocupação original era em como conectar o micro – a rede egocêntrica do indivíduo – à sociedade. A rede egocêntrica do indivíduo corresponde ao conjunto de suas relações, tanto as diretas quanto às indiretas, conforme figuras abaixo:

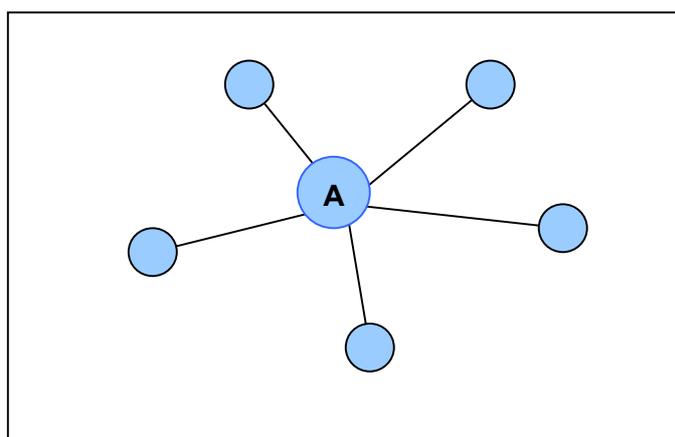


Figura 02 – Rede Egocentrada no Indivíduo A, apenas com contatos diretos

Fonte: Elaboração da autora, baseada em Granovetter (1973).

No entanto, Granovetter (1973) questiona se não seria o caso de considerar “os contatos dos contatos”, a exemplo da figura abaixo:

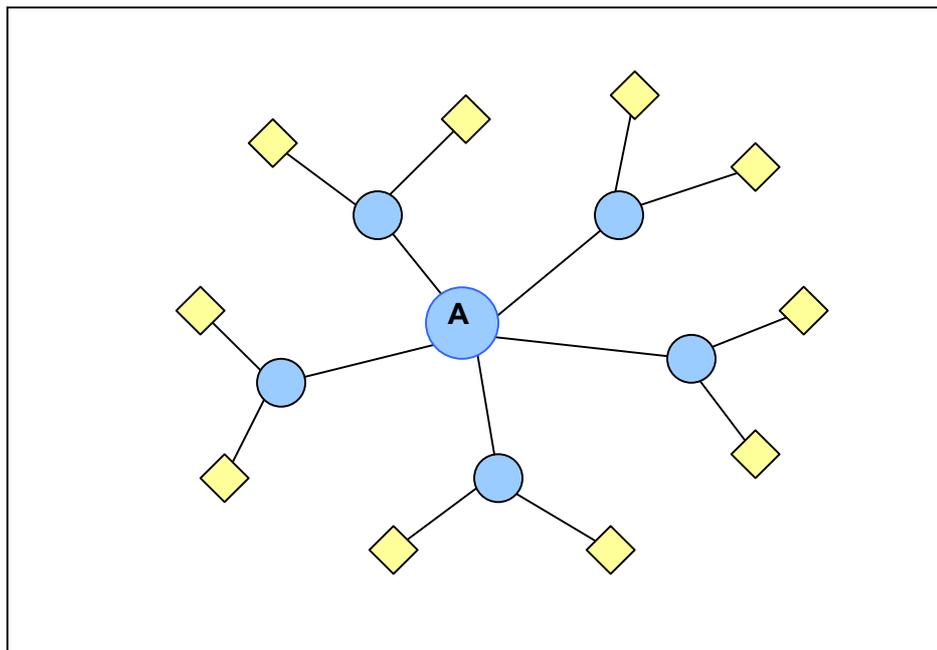


Figura 03 – Rede Egocentrada no Indivíduo A, considerando os contatos indiretos

Fonte: Elaboração da autora, baseada em Granovetter (1973).

De acordo com Granovetter (1973), as redes interpessoais possuem laços fortes, fracos e inexistentes. As variáveis que definem a força de um laço são: tempo, intensidade emocional, confiança mútua e reciprocidade de serviços prestados. Essas variáveis combinam-se de forma linear e, portanto, quanto maior a sua presença, maior a intensidade do laço.

Os laços fortes são aqueles nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas como, por exemplo, família, amigos próximos. Nos laços fracos, por sua vez, o investimento é menor – são as relações entre “conhecidos”. Finalmente, quando não há nenhum investimento, os laços estão ausentes.

Suponha, então, a existência de dois indivíduos, A e B, bem como o conjunto $S = C, D, E, \dots$, formado por todas as pessoas que mantêm ligações com A, B ou ambos. Granovetter (1973) afirma que, quanto mais forte for o laço que une A e B, maior será a proporção de indivíduos no conjunto S que estará ligada aos dois, ou por laços fortes ou fracos. Ou seja, a superposição em sua rede de amizades tende a ser mínima quando os laços

estão ausentes; máxima quando existirem laços fortes e, intermediária, quando os mesmos forem fracos.

Isso ocorre porque quando as pessoas estão ligadas por laços fortes em geral participam do mesmo círculo social, limitando a extensão da rede. Esses laços pouco agregam aos indivíduos, pois freqüentemente conduzem a obtenção das mesmas informações e recursos. Já os indivíduos conectados por laços mais fracos tornam-se mais importantes, porque possibilitam a ligação com outros grupos sociais – “o contato do contato”.

A Teoria da Força dos Laços Fracos destaca, então, o papel privilegiado que esses laços possuem para a difusão da informação e das oportunidades. Por exemplo, considere a rede formada pelos amigos próximos e familiares de Ana (laços fortes) e a ligação de Ana com Carla (laços fracos), pois Carla não mantém qualquer vínculo com os outros participantes da rede de Ana. No entanto, Carla também possui seus laços fortes. Neste ponto reside a importância dos laços fracos: a conexão entre essas duas redes.

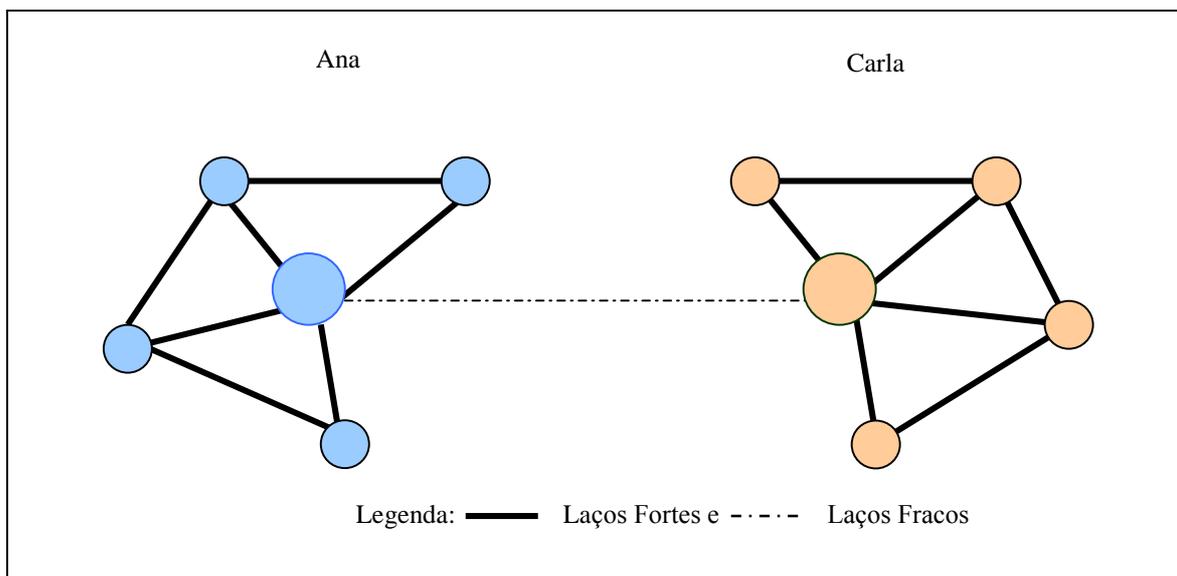


Figura 04 – Rede de Relações de Ana e Carla

Fonte: Elaboração da autora, baseada em Granovetter (1973)

O ator responsável pela conexão entre duas redes recebe o nome de ator ponte (“*bridge agent*”), ou seja, aquele que, por possuir muitos laços fracos, faz com que a informação flua pela rede. Os laços fracos são mais propícios a formar uma ponte entre a rede imediata do indivíduo e outra rede e, com isso, fornecer informações e oportunidades de melhor qualidade. Isso não quer dizer que todos os laços fracos sejam agente ponte, por outro lado, todas as pontes formam-se a partir de laços fracos.

Aliás, podem existir vários laços fracos que não servem para nada, ou então que transmitem apenas informação sem importância. Segundo o autor, as evidências mostram que as pontes locais tendem a ser laços fracos, porque os fortes incentivam a formação de triádes. Espera-se que os laços fortes obedecem à transitividade – se *A* possuir um laço forte com *B* e *B* com *C*, logo, *A* e *C* também estarão conectados. Essa afirmação não vale, no entanto, para os laços fracos.

A implicação do seu argumento, do ponto de vista macro, é que um sistema social com poucos (ou nenhum) laços fracos será fragmentado e incoerente. As novas idéias se espalharão vagarosamente, os esforços científicos serão limitados, e os subgrupos baseados em raça, etnia ou qualquer outra característica terão dificuldades em alcançar um *modus vivendi*. Dito de outra forma, os contatos homogêneos decorrentes dos laços fortes, os quais fazem com que as mesmas idéias circulem, geralmente resultam em provincianismo.

Assim sendo, a difusão de uma informação para o maior número possível de pessoas, pertencentes aos mais diversos grupos sociais, será realizada com maior eficiência se ocorrer por intermédio dos laços fracos, ao invés dos fortes. Sem eles, os vários subgrupos existiriam como ilhas isoladas e não como rede.

Em consequência deste argumento, o indivíduo com poucos laços fracos estará privado de informações localizadas nas partes mais distantes do sistema social, ou seja, sem os laços fracos não existem canais por meio do qual a informação possa circular. Suas informações serão apenas as trazidas por seus laços fortes, o que reduz tanto a quantidade quanto sua qualidade. Pesquisas empíricas demonstram que quanto mais forte for o laço entre duas pessoas, mais similaridades elas terão, em diversos aspectos. Para Granovetter (1983), essa ausência de laços fracos não apenas o insulará como, em algumas situações, o colocará em desvantagem – por exemplo, no mercado de trabalho. Há, portanto, uma relação entre os laços fracos e a mobilidade, isto é, aqueles com uma ampla rede de contatos, todos conectados por intermédio dos laços fracos, estarão em melhores condições para disputar uma vaga. Além disso, essa pessoa terá dificuldades de participar de movimentos políticos ou sociais. O autor sustenta que o engajamento nessas atividades resulta, ordinariamente, do recrutamento dos amigos.

Granovetter (1983) também reconhece a importância dos laços fortes (*strong ties*). Se por um lado os laços fracos possibilitam o acesso a informações e recursos para além de seu círculo social, os laços fortes, por sua vez estão mais dispostos a ajudar quando os amigos passam por algum tipo de dificuldade, ou seja, são mais solidários.

Pool (apud GRANOVETTER, 1983) sugere que cada tipo de laço cumpra um papel diferenciado e seja utilizado de acordo com a situação. Logo, as pessoas desenvolvem, tanto em termos de quantidade quanto de intensidade, as relações que são mais úteis em suas vidas.

Outro conceito fundamental para compreensão das idéias de Granovetter é o de densidade da rede. A densidade de uma rede verifica-se a partir da existência ou não de laços em que eles seriam possíveis, ou seja, se uma rede é composta por n nós, existem $n(n - 1)/2$ possíveis ligações, sua densidade será o número de ligações que efetivamente estão presentes dividido pelo número potencial de conexões.

Uma rede com baixa densidade é aquela em que dentre os laços possíveis, diversos estão ausentes. Ao contrário, numa rede densa, muitas das ligações possíveis estão presentes. Como exemplo da primeira situação, no âmbito individual, tem-se a rede de conhecidos e, no segundo caso, a rede de familiares e amigos próximos. Abaixo exemplos de redes com alta e com baixa densidade:

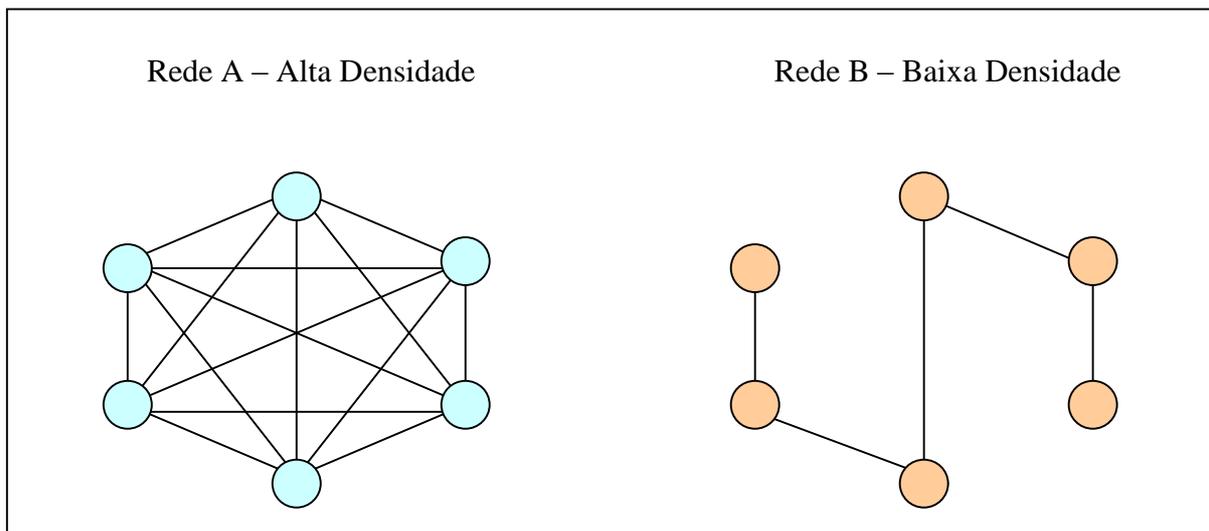


Figura 05: Exemplos de Redes com Alta e Baixa Densidade

Fonte: Elaboração da autora, baseada em Granovetter (1973).

Ambas as redes, *A* e *B*, são formadas por seis atores e, portanto, poderiam ter, de acordo com a fórmula $n(n - 1)/2$, no máximo 15 ligações. Na rede *A*, todas as 15 ligações estão presentes, o que indica uma densidade igual a 1,00 (15 ligações presentes dividido pelo número máximo de ligações possíveis, 15). Na rede *B*, a densidade equivale a 0,33 (5 ligações presentes dividido pelo número máximo de ligações possíveis, 15). Essa medida é importante porque quanto mais densa for a rede, maior a quantidade de caminhos possíveis entre dois nós para as informações, idéias e influência.

Em 1983, Granovetter publicou um artigo na *Sociological Theory*, no qual revisita seus argumentos de 1973. Neste artigo o autor questiona a possibilidade de verificação de sua Teoria da Força dos Laços Fracos, pois investigações relacionadas com os mais diversos fenômenos utilizaram a Teoria; no entanto, persiste a dúvida: esses estudos realmente mostraram que seu argumento é empiricamente verificável? Para o autor, as pesquisas foram encorajadoras, mas não conclusivas. Friedkin (apud GRANOVETTER 1983, p. 228) afirmou: “é necessário não apenas mostrar que as pontes ligando as redes são majoritariamente compostas por laços fracos, mas também provar que “algo” flui por meio das redes e que esse “algo” é importante para a vida dos indivíduos, dos grupos e da sociedade”.

Granovetter (1983) considera que o avanço do estudo do conceito de redes passa pela investigação sobre as transformações pelas quais as mesmas sofrem ao longo do tempo. Deve-se migrar das análises estáticas para a pesquisa da mudança e do aprendizado.

2.4) TEORIA DOS VAZIOS ESTRUTURAIS

O trabalho de Ronald Burt constitui uma das mais importantes contribuições para o estudo de redes sociais, especialmente o seu conceito de vazio estrutural (*structural holes*). Carvalho (2002) também destaca a aplicação, pioneira por parte de Burt, dos conceitos de redes no ambiente das organizações:

[...] Na realidade, ao buscar uma alternativa aos modelos puramente instrumentais da Economia neoclássica, a Sociologia Econômica fez suas primeiras contribuições procurando compreender o fluxo através das redes sociais em mercados de trabalho e dentro e entre organizações (Granovetter, 1973; 1995; Burt, 1992). A sofisticação dos estudos baseados na racionalidade instrumental dificilmente podem ser abandonados quando tratamos da firma de negócios e suas redes estratégicas. Ainda assim, mesmo no universo corporativo, os pressupostos neoclássicos são insuficientes. A perspectiva de “redes sociais” coloca, por sua vez, simultaneamente em destaque as funções institucional e expressiva da firma de negócios. (CARVALHO, 2002, p. 188)

Burt (1992), em *Structural Holes*, buscou compreender como funciona a arena competitiva quando os agentes já estabeleceram relações entre si. Seu argumento é que muito do comportamento competitivo (e de seus resultados) pode ser apreendido a partir do acesso que os agentes têm aos “vazios” da estrutura social. Esses vazios correspondem a não-conexões ou então não-equivalências entre os atores e, desta forma, são oportunidades em termos de acesso e controle à informação.

De acordo com o autor, os agentes levam ao menos três tipos de capital para a arena competitiva: o capital financeiro, o humano e o social. O primeiro corresponde aos recursos financeiros; o segundo, capital humano, relaciona-se com suas características naturais, combinadas com as habilidades adquiridas durante o processo educacional; por fim, o capital social, que equivale aos contatos estabelecidos com os outros atores.

O capital financeiro e o humano distinguem-se do social de duas maneiras. Primeiramente, ambos são propriedade dos indivíduos e, em segundo lugar, eles são relacionados ao termo investimento na função de produção da firma. Já o capital social não é propriedade de ninguém, nenhum ator tem os direitos exclusivos sobre ele. Por exemplo, caso haja uma sociedade entre dois amigos e a firma seja liquidada, a relação comercial entre eles estará desfeita. Além disso, o capital social, na função de produção da firma, liga-se não ao investimento, mas sim aos lucros, os quais podem ser obtidos a partir do relacionamento com

os colegas, amigos e clientes. Segundo Burt (1992), é o capital social que irá arbitrar o sucesso na arena competitiva.

Em uma rede os atores que estiveram mais bem posicionados terão acesso primeiro às oportunidades, tanto do ponto de vista temporal quanto da qualidade da informação. Logo, uma rede estruturada de forma ótima proporcionará maiores taxas de retorno a seus investimentos.

Os benefícios decorrentes da informação podem ser de três tipos: acesso, momento (*timing*) e referências (*referrals*). Acesso refere-se ao recebimento de informações valiosas e ao conhecimento de saber quem poderá utilizá-las. Os indivíduos não conseguem absorver e processar todas as informações a que têm acesso, há um limite e, justamente por conta disso, a rede funciona como importante aparelho de filtragem, lançando luzes sobre determinadas questões e obscurecendo outras. Além de garantirem que você seja informado, os contatos asseguram que você o seja primeiramente. O fato de ser alertado em primeira mão possibilita que você tome atitudes de maneira mais adequada e também que você informe seus outros contatos. Por fim, os contatos garantem que seu nome seja mencionado em diversas ocasiões, mesmo em sua ausência.

Um ator com uma ampla rede está em vantagem, pois amplia a probabilidade de ter um contato útil quando aparecer uma oportunidade. Burt (1992) não considera que haja uma relação linear entre os benefícios advindos de uma rede ampla e diversa, mas apenas que essa situação é preferível a uma rede pequena e homogênea. Em relação ao tamanho, quanto maior melhor. Mais contatos significa maior exposição a informações valiosas e maiores referências; no entanto, há que se considerar a diversidade, ou seja, o que realmente importa é o número de contatos não redundantes. Redes muito densas – aquelas em que do total de ligações possíveis, várias estão presentes, tendem a conter informações redundantes, pois cada ator tende a conhecer os outros e, portanto, ter acesso às mesmas oportunidades ao mesmo tempo. Logo, essas redes são ineficientes. A solução é procurar adicionar novos contatos não-redundantes. Para isso, no entanto, são necessários tempo e energia, recursos escassos, o que transforma a ineficiência em um custo de oportunidade.

O autor usa o termo vazio estrutural para a separação entre os contatos não-redundantes. Sua hipótese é que os contatos não-redundantes sejam conectados por um vazio estrutural, ou seja, uma relação não-redundante entre dois atores. O vazio estrutural representa a oportunidade de agenciar o fluxo de informação e controlar os projetos que as pessoas que não estão conectadas à rede trazem, ou seja, em função de sua posição na rede, quais vantagens podem ser obtidas por um ator.

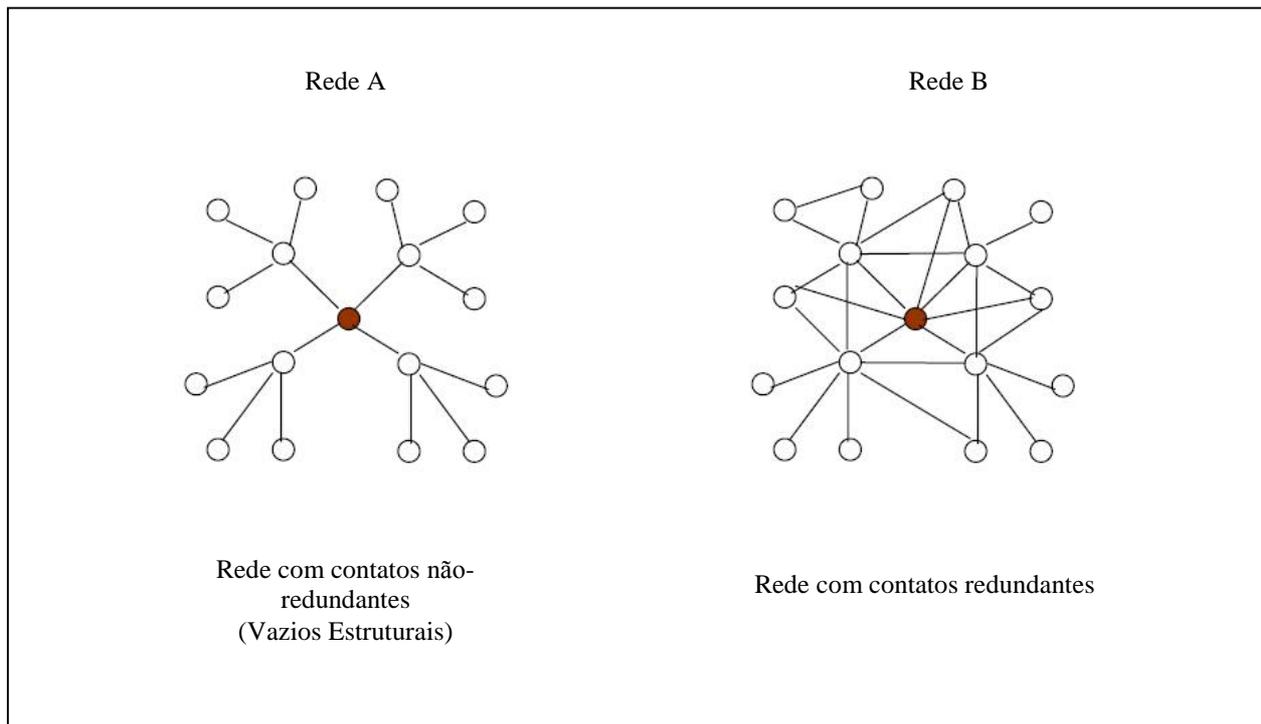


Figura 06 – Rede com relações não-redundantes e rede com relações redundantes

Fonte: Baseado em Burt (1992)

Sendo assim, os contatos que trazem mais benefício são os não-redundantes e decorrem justamente dos vazios estruturais. Logo, o ator que possui fortes relações com dois subgrupos tem acesso a ambos os fluxos de informação e consegue agenciar os contatos entre os diferentes atores. Estes atores intermediários também são conhecidos como intermediadores “*brokers*”.

As condições empíricas que indicam um vazio estrutural são coesão e equivalência estrutural, pois permitem verificar, indicam onde os vazios não existem. Sob o critério da coesão, dois contatos são redundantes quando estão conectados por um laço forte, o qual indica a ausência do vazio estrutural. Burt (1992) cita com exemplo as relações entre pai e filho, marido e mulher e demais laços familiares. A equivalência estrutural ocorre quando os atores possuem os mesmos contatos e assim terão acesso às mesmas informações.

Para o autor, os dois principais benefícios da rede são informação e controle que, por sua vez, são inversamente proporcionais a dois indicadores de redundância – coesão e equivalência estrutural. Retomando a idéia de Granovetter (1973) da redundância dos laços fortes, Burt (1992) afirma que os contatos coesivos, ao circularem a mesma informação,

acarretam benefícios redundantes. Da mesma forma, os contatos equivalentes, por terem as mesmas fontes, também produzem benefícios similares.

Uma rede estará otimizada quando possuir um balanceamento entre tamanho e diversidade. O autor propõe duas medidas para avaliar essa situação. A primeira delas é uma medida de eficiência: maximizar o número de contatos não-redundantes de forma a maximizar os vazios estruturais. Sendo duas redes com o mesmo número de contatos, aquela com maior quantidade de ligações não-redundantes proporcionará maiores retornos, uma vez que terão acesso a informações diversas. A segunda, de efetividade: um ator deve considerar seus contatos como porta de acesso para novos elos e, seguindo o raciocínio anterior, essas portas devem oferecer contatos não-redundantes. Ao invés de manter contato com toda a rede, essa tarefa é compartilhada com os contatos primários.

Novamente, o argumento de Burt (1992) guarda semelhança com a hipótese de Granovetter (1973) sobre a força dos laços fracos, por serem justamente esses laços que ampliam a rede e proporcionam novas informações e oportunidades. Em uma perspectiva ampliada, são os laços fracos que conectam os diversos subgrupos da estrutura social. No entanto, para Burt (1992), o agente causal do fenômeno não são os laços fracos, mas sim os vazios estruturais que eles transpõem. Não importam se os laços são fortes ou fracos, e sim se eles são uma ponte sobre um vazio estrutural. A chave da questão está em saber se os contatos são redundantes ou não. Um ator, para maximizar sua rede, em termos de eficiência e efetividade, deve concentrar-se em manter essas “pontes”, ou seja, atores intermediadores que atravessam vazios estruturais e proporcionam acesso a novas informações. Esses atores obtêm maiores volumes de informação porque alcançam mais pessoas indiretamente; portanto, em função da diversidade desses contatos, a informação obtida apresenta pouca redundância.

De acordo com Carvalho (2002), o próprio Granovetter reconhece que o trabalho de Burt (1992) reforçou sua Teoria da Força dos Laços Fracos ao demonstrar de que maneira as vantagens oferecidas pelos vazios estruturais permitem controlar as características estruturais da rede.

O segundo benefício de uma rede é o controle que um ator bem posicionado pode obter, o qual Burt (1992) chama de *tertius gaudens* – expressão latina que indica o terceiro que se regoziza, ou seja, um terceiro ator que obtém ganhos pela intermediação (*brokering*) entre as outras relações. Aparentemente, o controle emerge da tensão existente entre os outros atores e da possibilidade de agir como um *tertius*. No entanto, o autor considera que não há tensão, mas sim incerteza e os vazios estruturais oferecem a oportunidade para ação.

Abaixo, um quadro-resumo com as principais idéias de Burt (1992) e Granovetter (1973):

Quadro 02 – Principais idéias de Burt e Granovetter

Características	Burt	Granovetter
Teoria	Vazios Estruturais: esses vazios correspondem aos contatos não-redundantes que representam a oportunidade de agenciar o fluxo de informação e controlar os projetos que as pessoas que não estão conectadas à rede trazem.	Força dos Laços Fracos: laços fracos são responsáveis pela difusão da informação, contrapondo aos laços fortes que tendem a se concentrar em grupos fechados.
Tamanho da Rede	O tamanho da rede específica de um ator não é muito importante. O que realmente interessa é o número de contatos não-redundantes.	Quanto maior for a rede melhor, mas principalmente o número de contatos indiretos.
Densidade da Rede	Redes densas envolvem considerável número de interações redundantes e ineficientes.	Os laços fortes, por seguirem a regra da transitividade, tendem a se fechar em tríades, caracterizando redes densas. Por sua vez, os laços fracos apresentam baixa densidade, sendo preferível para circulação da informação.
Conexão entre subgrupos de uma estrutura social	O agente causal do fenômeno não são os laços fracos, mas sim os vazios estruturais que eles transpõem. Não importam se os laços são fortes ou fracos, e sim se eles são uma ponte sobre um vazio estrutural.	São os laços fracos que conectam os diversos subgrupos da estrutura social.
Atores Ponte	É aquele que atravessa os vazios estruturais e proporciona acesso a novas informações.	É o ator que por possuir muitos laços fracos fica responsável pela conexão entre os subgrupos.
Principal objetivo do ator	Criação de uma rede eficiente focando nas ligações, independentes de serem laços fracos ou fortes, que são capazes de atravessar os vazios estruturais.	Criação de uma rede com vários laços fracos que são fundamentais para a difusão de informações e oportunidades.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Burt (1992) e Granovetter (1973)

No processo de elaboração da dissertação, mostrou-se fundamental explicitar o caminho percorrido por estes estudiosos, tanto para apresentar as similitudes quanto os caminhos divergentes. Além disso, o conteúdo desse referencial analítico estrutura todo o desenvolvimento do trabalho, da pergunta que orienta a pesquisa às considerações finais e apontamentos de novos caminhos.

Tanto Granovetter (1973) quanto Burt (1992) procuraram desenvolver alternativas aos modelos puramente instrumentais da economia neoclássica. Inicialmente, suas pesquisas

buscaram compreender as redes sociais nos mercados de trabalho e no interior das organizações.

No entanto, o trabalho de Burt (1992) diferencia-se de Granovetter (1973) na medida em que as ligações obtidas para transposição dos vazios estruturais podem ser tanto fracas quanto fortes. A intensidade não é uma variável importante. Nesse sentido, o marco analítico desenvolvido por Burt (1992) é mais fácil de ser operacionalizado, haja vista que as possibilidades de mensuração da magnitude das elos são mais restritas.

Caso uma relação baseada em um laço forte seja capaz de transpor um vazio estrutural, esse elo será muito mais importante que um conjunto de laços fracos que apenas integre pessoas inseridas na mesma rede. Conseqüentemente, o tamanho da rede deixa de ser tão importante. O que interessa é qualidade dos contatos, sendo que os não-redundantes são os que valem.

Enfim, Burt (1992) promove um deslocamento do agente causal do fenômeno – conexão entre diferentes subgrupos e circulação da informação, que deixa de ser os laços fracos e passa a ser os estruturais que esses laços (fracos ou fortes) são capazes de transpor.

Para que se compreenda a forma pela qual esses conceitos serão operacionalizados, em especial, a idéia de vazio estrutural de Burt (1992), bem como a aplicação da metodologia de análise de redes sociais, é apresentado, no capítulo seguinte, de maneira pormenorizada, a metodologia da pesquisa.

3 METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é detalhar, do ponto de vista metodológico, o caminho percorrido na elaboração da dissertação. Nesse sentido, a pergunta chave a ser respondida é "*como será realizada a pesquisa?*"

A primeira tarefa consistiu na definição do problema, partindo do pressuposto de que uma precisa delimitação seria fundamental para o processo. A partir de uma pergunta geral, desdobram-se perguntas auxiliares, com intuito de restringir a análise. Ressalta-se que essas últimas perguntas permitiram uma maior clareza, inclusive quanto à divisão do capítulos. Diretamente relacionado ao problema, foram pensados os objetivos gerais e específicos. Não foi proposta uma hipótese, pois dado o escopo do trabalho não foi encontrada uma formulação que pudesse ser refutável.

Em seguida, partiu-se para uma descrição pormenorizada dos procedimentos utilizados para resposta das perguntas anteriormente definidas. Justifica-se a escolha da metodologia de análise de redes sociais, a seleção dos atores, a coleta dos dados e o estabelecimento dos vínculos entre eles. Há também uma exposição sobre o *software* utilizado bem como sobre as medidas que foram calculadas para análise dos dados. Por fim, são apresentadas as limitações da pesquisa.

6.1) DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Laville e Dionne (1999) sugerem a tradução do problema em forma de pergunta. Consoante essa orientação, a dissertação busca responder à seguinte questão: como está sendo construída a política de juventude?

Parte-se do pressuposto que essa construção é um processo e que, embora o Brasil tenha constituído um organismo de juventude tardiamente, sempre existiram políticas de juventude no País. Com intuito de delimitar a pesquisa, foram propostos, adicionalmente, os seguintes questionamentos:

- Quais foram os principais atores que se envolveram nesse debate: organismos internacionais, entidades da sociedade civil, parlamentares, especialistas, ministérios?
- Qual é o padrão de relação entre esses atores?
- Quais são as propriedades estruturais, papéis e posições na rede de relações?

- Quais foram os principais eventos relacionados ao tema que ocorreram no período de 1997 a 2007?
- Como a rede de relações se transformou no decorrer desse período?

Essas cinco perguntas, de certa forma, complementam a pergunta inicial, indicando o caminho a ser seguido na pesquisa. Além disso, são perguntas que precisam ser adequadamente respondidas para uma correta aplicação da metodologia de análise de redes sociais.

Em relação à primeira pergunta, assume-se que, embora as políticas públicas necessariamente envolvam a participação do Estado, outros atores, para além do aparato estatal participam de seu desenvolvimento como, por exemplo, os organismos internacionais e as entidades da sociedade civil. No caso das políticas sociais, normalmente, têm-se essas instituições “empurrando” a pauta governamental.

Mas não basta apenas identificar quais atores participaram do debate, cabe também questionar como se deu esse relacionamento? Algum ator assumiu um papel de destaque durante todo o período ou esses papéis variaram ao longo dos anos?

A terceira pergunta possibilita reconstruir o ambiente institucional no qual a política se desenvolveu, pois embora os atores sejam cruciais, eles não atuam no vazio. Por fim, o último questionamento traz a idéia de movimento, isto é, o pressuposto de que essa rede não ficou parada no tempo mas, ao contrário, que as relações foram se transformando à medida que a política ia sendo implementada.

6.2) OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O principal objetivo da dissertação é analisar a estrutura social subjacente ao processo de construção da política de juventude no período de 1997 a 2007, o que caracteriza um corte longitudinal. Com o auxílio da metodologia de análise de redes sociais, pretende-se ainda alcançar os seguintes objetivos específicos:

- mapear os atores que participaram desse debate;
- evidenciar o padrão de interação estabelecido entre os atores, seus papéis e as posições por eles ocupadas;
- levantar quais foram os principais eventos que ocorreram no período.

A identificação dos atores que participaram do debate é, do ponto de vista lógico, o passo inicial para a análise de redes sociais, pois apenas após esse mapeamento se faz viável o estabelecimento dos vínculos que se constitui no ponto mais sensível da pesquisa: como

apurar quais atores se relacionavam? Será justamente a partir do elo que se tornará possível analisar os papéis e as posições assumidas pelos atores na rede e, assim, compreender como o tema juventude se apresentou na agenda das políticas públicas no últimos dez anos.

6.3) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos adotados para elaboração da dissertação podem ser divididos em duas etapas. Primeiramente, realizou-se uma pesquisa documental de livros, artigos, informes, panfletos e notícias, que teve com principal objetivo reconstruir, ano a ano, os principais acontecimentos relacionados ao tema juventude. De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença é que esta última utiliza, primordialmente, contribuições de diversos autores sobre um assunto, enquanto a primeira se vale de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico mais definitivo. Outra característica da pesquisa documental é a utilização de um leque mais variado de documentos, tais como: documentos institucionais de uso restrito, instrumentos de comunicação institucionais, leis, projetos, regulamentos.

Para complementar a descrição do contexto institucional, foi realizado, além da análise de documentos, um total de três entrevistas com atores-chave para compreensão desse processo. Na realidade, a própria autora vivenciou alguns momentos importantes da formação da política de juventude, especialmente o GT Juventude, em 2004, a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005, e o processo de integração dos programas federais de juventude, em 2007. Nesse sentido, além do momento específico da entrevista, diversas outras conversas, formais e informais, ocorreram ao longo dos últimos quatro, o que possibilitou, além do acesso a diversos documentos, captar algumas impressões.

O segundo momento consiste na aplicação da metodologia de análise de redes sociais, a qual permite, por meio da descrição e avaliação das interações e das relações, compreender uma determinada realidade. Neste sentido, para análise da estrutura social, adota-se o pressuposto conceitual de que o que importa não são os atributos individuais dos atores que compõem a rede, mas sim a identificação dos padrões relacionais entre eles.

Marteletto (2001), citando Barnes e Bott, afirma que o conceito de rede pode ser empregado junto a diversos marcos conceituais, sendo mais um ferramental de análise do que um conceito analítico ou um construto teórico reconhecido. A autora também faz referência a Emirbayer, que afirma que a análise de rede sociais não é uma teoria formal que especifica

leis, proposições ou correlações distintas, mas antes uma estratégia para investigar a estrutura social.

Marques (1999, p. 47) entende que a principal vantagem da análise de redes sociais é a possibilidade de se estudar uma realidade, assim como os atores, sem impor, *a priori*, uma estrutura. Segundo o autor: “este tipo de análise permite a realização de investigações sofisticadas e diretas sobre os padrões de relação entre indivíduos e grupos, aproximando-nos dos tão decantados microfundamentos da ação social sem a perda de visão da estrutura”.

5.3)1. COLETA DOS DADOS

Os dados utilizados na dissertação, os quais foram fundamentais para construção da linha do tempo e para o estabelecimento dos vínculos entre os atores, são oriundos da pesquisa documental realizada. Ressalta-se que o acesso a esse material foi sobremaneira facilitado em função do trabalho da autora, nos últimos quatro anos, na Secretaria-Geral da Presidência da República, a qual a Secretaria Nacional de Juventude está vinculada. Dentre os materiais pesquisados, destacam-se:

- artigos produzidos por Sposito (2003); Sposito e Carrano (2003) e Carrano, Brenner e Lânes (2005)
- Relatório Final do GT Juventude 2004 (2004)
- documento de Conclusão do Projeto Juventude (2004)
- relatório Final da Comissão Extraordinária de Juventude (2004)
- publicação da Unesco *Políticas de/para/com juventudes (2004)*
- as seguintes publicações da Ação Educativa *Políticas públicas: juventude em pauta* (2003) e *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais* (2005)
- guia de Políticas Públicas de Juventude (2005)
- o livro produzido pelo Conjuve *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas* (2006)

A pesquisa documental foi complementada por três entrevistas. Na primeira delas, a entrevista foi com o Secretário Nacional de Juventude, Beto Cury, que foi o representante da Secretária-Geral no GT Juventude em 2004 e um de seus coordenadores. Em 1º de fevereiro, por ocasião do lançamento da Medida Provisória nº 238, que criou a Secretaria, o Conselho e o ProJovem, ele foi anunciado como o primeiro Secretário Nacional de Juventude.

A segunda entrevistada foi a ex-Secretária-Executiva da Secretaria-Geral, Iraneth Monteiro, que também participou do GT Juventude. No entanto, naquele momento, seu vínculo era com a Assessoria Especial do Presidente, na equipe da Miriam Belchior.

Do ponto de vista governamental, a Iraneth Monteiro e o Beto Cury foram responsáveis pelas interlocuções políticas, sendo que ambos coordenaram o GT Juventude em 2004. Além disso, exerceram um papel de ponte, retransmitindo as informações para seus superiores e dialogando com o Instituto Cidadania que, à época, coordenava o Projeto Juventude, para que as propostas fossem congruentes. Beto Cury também realizou importante interlocução com os parlamentares que estiveram à frente da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas para Juventude.

A terceira entrevista foi realizada com a ex-Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude e ex-Presidente do Conselho Nacional de Juventude, Regina Novaes. Interessante porque durante os trabalhos do GT Juventude, Regina estava à frente do Projeto Juventude que, embora dialogasse com a iniciativa governamental, era uma ação da sociedade civil. Esse contraponto foi bastante enriquecedor para a pesquisa, principalmente porque também em 1º de fevereiro ela “mudou de lado” e se tornou a Secretária-Adjunta.

Essas entrevistas foram fundamentais para indicar novos caminhos para pesquisa documental, bem como para validar a lista de atores previamente selecionada e os vínculos estabelecidos entre eles.

Com relação à seleção dos atores, considerou-se, para o estudo, instituição, organização ou entidade, que pode ser tanto da sociedade civil quanto do Poder Público e que tenha participado do debate em tela. No campo da análise de redes sociais, a categoria ator, uma variável discreta, é extremamente flexível e, conforme a pesquisa, adquire as mais diversas feições – uma pessoa, uma empresa, um país, um ministério, entre outros atores possíveis. A principal característica da análise de redes sociais é que os atores são considerados a partir de suas ligações e não de seus atributos. E as relações são tão importantes quanto os atores que se conectam por meio delas.

Os atores selecionados a partir da pesquisa documental foram submetidos à validação dos entrevistados e classificados em quatro campos: poder público, sociedade civil, organismo internacional e universidades. Esse procedimento possibilitou estabelecer os limites da rede. No âmbito do Poder Público, chegou-se, então, à lista de dez organizações constante no Quadro 20.

Quadro 03 – Organizações do Poder Público

PODER PÚBLICO	
1	Conselho Nacional de Juventude – Conjuve
2	Comissão Especial de Juventude – Cejuvent*
3	Ministério da Defesa – MD
4	Ministério da Educação – MEC
5	Ministério da Justiça –MJ
6	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
7	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**
8	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
9	Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR
10	Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH

Fonte: Elaboração da autora.

Notas: *Essa Comissão funcionou entre os anos de 2003 e 2004; no entanto, os deputados que dela participaram foram os que se mantiveram atuantes em todo o período. Sendo assim, optou-se por utilizar a Cejuvent como expressão dos esforços realizados pelo Legislativo para tratar da temática juventude.

**Antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (Mpas).

Para a sociedade civil, foram mapeados os atores constantes no Quadro 04.

Quadro 04 – Organizações da Sociedade Civil

SOCIEDADE CIVIL	
Pastorais, redes e movimentos (4)	Organização Brasileira de Juventude – OBJ
	Pastoral da Juventude – PJ
	Rede Jovens do Nordeste – RJNE
	Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude – Renaju
Movimento Estudantil (1)	União Nacional dos Estudantes - UNE
Entidades Sindicais (2)	Central Única dos Trabalhadores – CUT
	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – Contag
Partidos Políticos (2)	Partido dos Trabalhadores – PT
	União da Juventude Socialista - UJS
Entidades de Apoio às Políticas Públicas (6)	Instituto Cidadania – IC
	Ação Educativa – AE
	Ibase
	Instituto Ayrton Senna – IAS
	Fundação Kellog
Fundação Mudes	

Fonte: Elaboração da autora.

Pela sua contribuição ao tema, foram considerados ainda alguns organismos internacionais e dois observatórios ligados a universidades federais, listados nos Quadros 05 e 06:

Quadro 05 – Organismos Internacionais

ORGANISMOS INTERNACIONAIS	
Organismos Internacionais (4)	Organização Ibero-Americana de Juventude – OIJ
	Unesco
	Banco Mundial
	OIT

Fonte: Elaboração da autora.

Quadro 06 – Universidades

UNIVERSIDADES	
Universidades (2)	Observatório UFF
	Observatório UFMG

Fonte: Elaboração da autora.

Concomitantemente, levantaram-se os principais eventos realizados ao longo do período de 1997 a 2007, por compreender que foram esses momentos que juntaram atores dispersos na arena social e propiciaram a interação e a troca de informações.

Quadro 07 – Principais Eventos de Juventude

PRINCIPAIS EVENTOS NACIONAIS DE JUVENTUDE			
Ano	Local	Promoção	Evento
1995	-	MUDES	I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude
1998	Brasília	OBJ e MTE	Curso de Formação de Gestores em Política de Juventude
1998	Brasília	Unesco, Unfpa e MP	Seminário Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas
1998	São Paulo	AE	Ciclo de Debates Juventude e Contemporaneidade
1999	Brasília	OIT	Fórum Jovem Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade
2000	Brasília	PJR	I Congresso Nacional da Juventude Rural
2002	Brasília	OBJ	Agenda Jovem
2002	São Paulo	AE e FES/ILDES	Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta
2002	Brasília	Unesco	Seminário Internacional Violência nas Escolas: educação e cultura para a paz
2003	Brasília	Cejuvent	Seminário Nacional de Juventude
2004	São Paulo	IC e PNUD	Seminário Internacional do Projeto Juventude
2004	Brasília	Cejuvent	Conferência Nacional de Juventude
2004	Brasília	UNE	1º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis
2004	Brasília	Banco Mundial	Vozes Jovens: Um Olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI
2005	Brasília	Banco Mundial	Vozes Jovens II
2005	São Paulo	UNE	2º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis
2005	São Paulo	Kellog	Conferência “Associando-se à Juventude para Construir o Futuro”
2005	Belo Horizonte	IC	Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças
2005	São Paulo	AE	Seminário A participação juvenil no desenho das políticas públicas: um diálogo sobre os conselhos de juventude
2006	Brasília	PJR	II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural
2006	Niterói	Conjuve	Seminário “Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas”

Fonte: Elaboração da autora.

5.3)2. ANÁLISE DOS DADOS

Com os dados coletados, construiu-se um documento base em planilha Excel 2002, denominada Matriz de Relacionamentos, na qual os vínculos foram estabelecidos para cada uma das atividades selecionadas. Essa planilha equivale a uma matriz quadrada ($n \times n$), na

qual as informações da primeira coluna correspondem também às da primeira linha. Além disso, é feita uma medição binária, com o número (1) indicando a existência de relacionamento e o (0) sua ausência, conforme exemplo trazido no Quadro 08.

Quadro 08 – Exemplo de Matriz de Relacionamentos

Matriz de Relacionamentos				
Informante	Beto	Carol	Ana	João
Beto	-	1	1	1
Carol	1	-	1	1
Ana	0	1	-	1
João	1	1	1	-

Fonte: Elaboração da autora.

Cabe destacar que, uma vez estabelecida a ligação, a mesma vale nos dois sentidos, ou seja, se o ator *A* possui relação com o *B*, então o *B* também está conectado ao *A*. Dessa forma, não se considerou a direção. Todos os atores fornecem e recebem ligações. Além disso, desconsiderou-se a diagonal da matriz, por tratar-se de uma auto-escolha, o que, para a pesquisa, não faria muito sentido.

Para avaliar como os vínculos se transformaram ao longo do período, foram selecionadas quatro atividades:

- Tempo 1 (T1): Fórum Jovem Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade (1999);
- Tempo 2 (T2): Seminário Políticas de Juventude em Pauta (2002);
- Tempo 3 (T3): Seminário Internacional do Projeto Juventude (2004);
- Tempo 4 (T4): Seminário Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (2006).

Para cada um desses momentos, construiu-se uma matriz de relacionamentos em planilha Excel (Anexos 1 a 4), registrando os atores e os vínculos. Para todos os eventos, partiu-se dos 31 atores identificados anteriormente, verificando-se quais estiveram presentes.

Um ponto extremamente delicado foi definir quais critérios seriam utilizados para caracterizar os vínculos como presentes ou ausentes. Uma alternativa seria perguntar diretamente aos atores com que eles se relacionavam, no entanto, dado o prazo de realização do trabalho e o acesso à essas pessoas, bem como o custo dessa estratégia, optou-se por

definir, a partir da análise documental, alguns parâmetros que permitissem, indiretamente, apontar essas ligações. Os critérios adotados para consideração dos vínculos foram:

- Realização de eventos, atividade e/ou seminários em conjunto, considerou-se o elo estabelecido. Por exemplo, em 1999, o Seminário Fórum Jovem Século XXI foi realizado pela OIT, MEC, TEM, a Unesco e o Banco Mundial.
- Publicação de livros, textos, artigos, manifestos ou cartas abertas em conjunto. Por exemplo a Carta de Brasília, de 1998, foi assinada por: Juventude do PT, do Pcdob, OBJ, PJ e UNE.
- Citação de outro ator como parceiro em relatórios de atividade e balanços. Por exemplo, o Ibase, em seu Relatório de Atividades de 2004 cita a Ação Educativa, a Secretaria-Geral da Presidência e os Observatórios da UFF e da UFMG como parceiros.
- Em relação aos organismos internacionais, Unesco, OIT, OIJ e Banco Mundial, considerou-se que todos mantêm relações entre si. O mesmo princípio foi utilizado para os Ministérios.
- Atores possuem relações históricas, como por exemplo, a CUT e o MTE e a UNE e o MEC. Claro que em determinados governos essas relações podem ser mais ou menos estreitas, no entanto, elas sempre ocorreram.
- Os vínculos da SG-PR foram definidos em função da entrevista com o Secretário e da experiência profissional da autora.

O próximo passo foi a transferência dos dados para o programa computacional Ucinet 6.178 e Netdraw (BORGATTI, EVERETT, FREEMAN, 2002), desenvolvidos por um grupo de pesquisadores da Universidade da Califórnia, Irvine. Na avaliação de Scott (1991), o Ucinet é o melhor programa, além de ser o mais acessível aos novos usuários. Esse *software* possibilita que a rede seja estudada de duas maneiras complementares: por meio dos sociogramas, ou seja, de sua representação gráfica e por intermédio de algumas variáveis estruturais, isto é, as propriedades (coesão, centralidade, cliques) que possibilitam a análise quantitativa das posições.

As considerações incluídas neste capítulo, bem como a definição das propriedades da rede e suas medidas, estão fundamentadas em Hannemam (2001) e Scott (1991).

Entre as opções de visualização proporcionadas pelo *Netdraw*, optou-se pela representação gráfica proporcionada pelo *Spring Embedding*, que utiliza um algoritmo para posicionar os nódulos de tal forma que coloque aqueles que possuem a menor distância entre si mais próximos. Hannemam (2001) recomenda a utilização de gráficos orientados

teoricamente, pois possibilitam, com a simples visualização, a apreensão de determinadas características da rede como, por exemplo, as medidas de distância.

A descrição da estrutura da rede começou com a identificação do número de atores e o cálculo das medidas de tamanho, densidade e distância. O tamanho é a quantidade de vínculos existentes em uma rede, ou seja, se uma rede é composta por n nós, existem $n(n - 1)/2$ possíveis ligações, isso considerando que independe a ordem entre os atores de um par, ou seja, o par (a_n, a_j) é igual ao par (a_j, a_n) . O tamanho da rede é importante para o cálculo da medida seguinte, a densidade, que corresponde à divisão entre o número de ligações que efetivamente estão presentes e o número potencial de conexões, podendo variar, assim, entre 0 e 1. Trata-se de um conceito explorado por Granovetter (1973), pois quanto mais densa a rede, maiores são as possibilidades de caminhos a que a informação flua.

A distância geodésica $d(n_i, n_j)$ entre um par de nós equivale ao número de vínculos existentes no caminho mais curto entre dois atores, sendo que caso não exista tal caminho a distância pode ser considerada indefinida ou infinita.

Essas medidas, a serem calculadas para os quatro períodos, T1 (1999), T2 (2002), T3 (2004) e T4 (2006) permitirão comparar as propriedades básicas da rede, mostrando como ela se transformou ao longo do período.

O próximo passo foi a análise de como a rede se estrutura ao redor dos atores. Para identificação dos atores mais importantes na rede, assim como dos papéis por eles desempenhados, foram utilizadas as medidas de centralidade de grau, de intermediação, de informação e de proximidade, as quais permitem verificar a importância da posição ocupada pelo ator em toda a rede. Segundo Marteleto (2001, p. 76),

[...] calcular a centralidade de um ator significa identificar a posição em que ele se encontra em relação às trocas e à comunicação na rede. Embora não se trate de uma posição fixa, hierarquicamente determinada, a centralidade em uma rede traz consigo a idéia de poder. Quanto mais central é um indivíduo, mais bem posicionado ele está em relação às trocas e à comunicação, o que aumenta seu poder na rede.

Antes do detalhamento dessas medidas, faz-se necessária a introdução de alguns conceitos e fórmulas, que foram extraídos de Matheus e Silva (2005). Um *grafo não direcionado* $G(N,L)$ corresponde a dois conjuntos de informações:

- um conjunto contendo n atores e denotado por $N = \{n_1, n_2, n_3, \dots, n_g\}$;
- um ou mais conjuntos de linhas representadas por $L = \{l_1, l_2, l_3, \dots, l_L\}$ entre pares de nós;

Logo, g corresponde ao número total de nós existentes em um grafo e L ao número total de linhas. A linha (não direcionada) responsável por ligar os nós n_i e n_j é representada por $l_k = (n_i, n_j)$, sendo que $l_k = l_q = (n_i, n_j) = (n_j, n_i)$.

A medida de centralidade de grau – *degree centrality* – calcula o número de vínculos adjacentes para cada ator da rede, pois, em geral, as pessoas com maior número de contatos tendem a ser as mais influentes em uma rede. A medida de centralidade de grau - *degree centrality* - calcula o número de vínculos adjacentes para cada ator da rede. Em um grafo não direcionado, o grau $d(n_i)$ é o número de linha incidentes em um nó, logo, a centralidade de grau é dada por: $C_D(n_i) = d(n_i)$. O grau de um nó pode variar de entre 0 e $g-1$, no primeiro caso trata-se de um nó isolado, no segundo, o nó estará em contato com todos os demais nós do grafo. Essa centralidade pode ser mensurada a partir de duas óticas: a centralidade de grau de entrada – número de relacionamento que o ator recebe e a centralidade de grau de saída (número de relacionamentos que o ator estabelece). Na pesquisa, como os vínculos estabelecidos não consideram a direção, ou seja, se A tem relação com B, então B também possui relação com A, as duas medidas são iguais. A centralidade de grau de entrada mede o prestígio e popularidade do ator, já de saída, sua expansividade.

A centralidade de intermediação – *betweenness centrality* – permite a identificação dos atores-pontes, ou seja, daqueles que fazem a conexão entre os subgrupos da rede, facilitando a circulação da informação. Para Marteleto (2001), “o papel de mediador traz em si a marca do poder de controlar as informações que circulam na rede e o trajeto que elas podem percorrer.” ”Essa medida é central para identificar os atores que são capazes de atravessar os buracos estruturais identificados por Burt (1992). Seja g_{jk} número de caminhos geodésicos que ligam os nós j e k e $g_{jk}(n_i)$ o número desses caminhos, no total de g_{jk} que passa pelo nó (n_i) ; o índice de centralidade de intermediação mede, portanto, para um nó, a soma das probabilidades de o mesmo estar no caminho geodésico entre todos os demais nós do grafo e pode ser obtido por meio da fórmula:

$$C_B(n_i) = \sum_{j < k} \frac{g_{jk}(n_i)}{g_{jk}},$$

A centralidade de informação – *information centrality* – considera que alguns atores, em função da elevada quantidade de ligações que possuem, podem escolher determinados caminhos para transmitir a informação, o que os torna uma fonte estratégica. Por esse cálculo,

um ator é mais central quando recebe informações vindas da maior parte da rede. De acordo com Tomáel e Marteleto (2006, p.78):

[...] é a medida de centralidade que emprega a teoria de aproximação estatística (*statistical estimation*). Baseada no conceito de informação, usa uma combinação que analisa todos os caminhos entre os atores (...)Esta medida foi criada por Stephenson e Zelen (1989) como um recurso a mais para a centralidade, visto que as medidas de centralidade mais empregadas – grau, intermediação e proximidade – nas redes sociais utilizam os caminhos geodésicos (mais curtos) no seu cálculo.

A medida de centralidade de proximidade – *closeness centrality* - determina quão perto um ator encontra-se em relação aos outros atores da rede, ou seja, um ator é tão mais central quanto menor for o caminho que ele tiver que percorrer para alcançar os outros. De acordo com Marteleto (2001, p. 78), “essa medida, em última análise, avalia a sua independência em relação ao controle dos outros”. Para o seu cálculo, soma-se a distância geodésica do nó em relação a todos os demais nós do grafo e depois se inverte, uma vez que quanto maior a distância menor a proximidade:

$$C_c(n_i) = \left[\sum_{j=1}^E d(n_i, n_j) \right]^{-1}$$

É importante destacar que nem sempre o indivíduo com mais contatos diretos é o mais central na rede. Isso ocorre por conta da existência dos vazios estruturais propostos por Burt (1992). Um ator pode utilizar estrategicamente seus vazios estruturais e, com isso, otimizar seus vínculos. Há um comando no *software (Networks>Ego Networks>Structural Holes)* que examina a vizinhança do ator em busca dos vazios estruturais e calcula um conjunto de medidas para analisá-los.

Para o estudo, selecionou-se a medida de eficiência proposta por Burt (1992). A medida desconsidera os vínculos redundantes, calculando o número de vínculos diretos de *ego* menos o grau médio dos *alters* (indivíduos aos que *ego* conecta-se só com um vínculo) na rede egocentrada. Quanto mais alto o valor, mais eficiente a rede de um *ego*.

6.4) LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As principais limitações da pesquisa relacionam-se, primeiramente, à seleção dos atores e estabelecimentos dos elos, duas tarefas nas quais há certa dose de subjetividade, e à dificuldade em comparar duas redes no tempo.

A construção da lista com os 31 atores básicos, que delimitou as fronteiras da rede, procurou contemplar a diversidade de setores que lidam com o tema e que possuem atuação nacional. Para minimizar as incorreções, a lista foi submetida a um grupo de especialistas.

Uma tarefa mais difícil e trabalhosa foi o estabelecimento dos elos entre os atores. Para minimizar possíveis falhas, procurou-se definir critérios que indicassem a existência do vínculo, tais como:

- organização de seminários, oficinas e eventos em comum;
- publicação de textos, livros e artigos em comum;
- citação como parceiro em relatórios de atividade;
- existência de relações históricas.

Na dissertação, não se considerou a direção dos elos. Assumiu-se que caso o ator *A* mantenha contato com *B*, logo *B* também possui relações com *A*. Essa foi uma escolha em função das informações e do tempo disponíveis para pesquisa. A metodologia possibilita tanto que as direções sejam consideradas quanto que seja atribuído valor para as relações.

Outra limitação refere-se à dificuldade de comparação entre as redes ao longo do período em estudo. Nesse sentido, o objetivo foi muito mais apontar a tendência, indicar para qual caminho a rede caminhou, do que prever comportamentos futuros. Essa opção justificava-se até por que a metodologia de análise de redes sociais não tem um caráter preditivo. Sua força está na capacidade de explicar os padrões existentes em um determinado momento.

Scott (1992) alerta para os perigos de se comparar a densidade de redes de tamanhos diferentes, pois como o número total de linhas num gráfico está limitado pelo número de pontos, gráficos maiores, *ceteris paribus*, tendem a apresentar menor densidade do que gráficos pequenos. Como na pesquisa a maior variação entre um período e outro foi de oito atores, entende-se que a comparabilidade não foi prejudicada.

No capítulo seguinte é feita uma revisão de literatura acerca das concepções, paradigmas e conceitos que norteiam as políticas de juventude. Trata-se de um elemento relevante para desenvolvimento da pesquisa, em especial porque no capítulo 5 é construída uma linha do tempo com os principais atores que participaram do debate e os eventos relacionados. Esses dois capítulos formam a base para a aplicação da metodologia de análise de redes sociais.

4 POLÍTICAS DE JUVENTUDE: CONCEITOS E PARADIGMAS

Este capítulo tem como propósito a promoção de uma breve revisão de literatura acerca dos principais conceitos e parigmas que norteiam as políticas de juventude. Inicialmente, propõe-se algumas distinções fundamentais para a compreensão dos múltiplos significados que as palavras jovens e juventude possuem. Embora em muitos momentos as mesmas sejam utilizadas de forma equivalente, no primeiro caso têm-se os sujeitos concretos, enquanto no segundo, delimita-se uma categoria social. A juventude também não se confunde com a adolescência, embora acha uma superposição em alguns anos, especialmente dos 15 aos 18 incompletos. Aliás, como, no Brasil, a discussão sobre adolescência precedeu a de juventude e aquela já conta com marcos legais definidos, essa diferenciação é fundamental para delimitar os campos de atuação. Bango (2003, p. 48) afirma:

[...] Ao usar a juventude ou os jovens como tema, deve-se ter em mente que se está efetuando um recorte analítico, já que na realidade os jovens se constituem no espaço social em atores que se encontram envoltos em relações sociais entre eles mesmos, suas famílias, as gerações adultas e as instituições da sociedade”.

Um segundo aspecto diz respeito às fronteiras da juventude. Uma pergunta que claramente não encontra uma resposta única é: em qual faixa etária a juventude está compreendida? Ao se considerar os critérios demográficos, biológicos, sociais e culturais, diversos intervalos se tornam factíveis. Conforme será demonstrado ao longo do capítulo, a maioria dos países da América Latina considera entre os 15 e os 24 anos.

Em seguida, partiram-se para a discussão paradigmas existentes acerca das diferentes concepções sobre a juventude e procura-se estabelecer sua relação com as políticas públicas. Pois, conforme afirma Abad (2003, p. 17): “quem define o problema, define também as suas estratégias de solução”.

A última seção debruçou-se sobre as institucionalidades criadas, na América Latina, para dar conta da implementação das políticas de juventude. Na década de 90 iniciou-se um processo de instalação de organismos governamentais de juventude. Vários modelos foram utilizados, mas em geral buscaram-se estruturas capazes de articular transversalmente os diversos programas e ações que os países estavam desenvolvendo no sentido de permitir que os jovens exerçam plenamente sua condição de cidadão.

4.1) JOVENS, JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA

A definição do que sejam os termos jovem e juventude é bastante complexa. Diversas áreas do conhecimento debruçaram-se sobre essa questão: sociologia, psicologia, biologia, sem que uma solução consensual fosse encontrada. Com intuito de clarear a questão, algumas distinções são propostas.

A primeira delas diz respeito às palavras jovens e juventude, que se relacionam, mas não se confundem. Os jovens são os sujeitos enquanto a juventude, de acordo com a definição do Dicionário Houaiss, é o período da vida do ser humano compreendido entre a infância e o desenvolvimento pleno de seu organismo. Sendo que esta etapa é o ciclo de vida no qual ocorrem diversas mudanças: biológicas, psicológicas, sociais e culturais.

De acordo com Sposito (2003), pesquisadores, profissionais e demais atores que tratam da temática juventude ainda não delimitaram claramente essas fronteiras, ocorrendo, muitas vezes, uma superposição indevida entre sujeitos concretos e fase da vida. Isso não ocorreria, por sua vez, entre os estudiosos da infância, para os quais as noções de infância e criança exprimem estatutos teóricos diferentes.

Uma segunda distinção é a entre adolescência e juventude. Para Dávilla (2005), esses conceitos correspondem a construções sociais, históricas, culturais e relacionais, e, portanto, adquirem diferentes conotações ao longo do tempo. Abramo (2005) afirma que a noção de adolescência está mais consolidada, clara e difundida na sociedade brasileira, contando com um marco legal definido, uma institucionalidade estabelecida (Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Defesa dos Direitos, em todos os níveis da Federação, e também os Conselhos Tutelares em nível municipal) e maior número de ações e atores comprometidos com o tema.

Um dos principais atores no âmbito das políticas de infância e adolescência é o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que propõe a seguinte definição para a faixa etária compreendida entre os 12 e os 18 anos incompletos:

[...] adolescência é uma fase específica do desenvolvimento humano caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto. (...) Não pode ser compreendida como uma condição homogênea, uma vez que é atravessada por grandes diversidades e desigualdades, em seus aspectos naturais, culturais e sociais". (UNICEF apud ABRAMO, 2005, p. 29)

Para Freitas e Papa (2003) há o reconhecimento, entre pesquisadores e estudiosos, de que a juventude vai além da adolescência, tanto do ponto de vista etário quanto das questões que a caracterizam e, deste modo, suas ações e projetos devem ir além do caráter protetivo assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).¹

Abramo (2005) aponta que as noções que mais se relacionam à adolescência são as de desenvolvimento e preparação, enquanto à juventude prevaleceriam as dimensões de experimentação e inserção. Um dos exemplos dessa situação são as políticas de trabalho e emprego. Enquanto para os adolescentes o vínculo com o mundo do trabalho deva ser evitado, combatido e postergado, para os jovens é preciso desenvolver estratégias que possibilitem o acesso ao primeiro emprego.

Lemus (1998), por sua vez, questiona a existência do objeto teórico juventude. Para o autor, não restam dúvidas quanto à realidade que cercam os jovens; no entanto, seria possível uma construção teórica que conceitualizasse adequadamente a juventude? Trata-se de uma dúvida que não tem por objetivo negar a realidade, dado que os jovens existem, mas que questiona sua correspondência com a teoria.

4.2) AS FRONTEIRAS DA JUVENTUDE: DEFINIÇÃO DA FAIXA-ETÁRIA

Boa parte dos trabalhos acadêmicos baseia-se nos sujeitos reais, os jovens, e, simplesmente delimitam uma faixa etária. No entanto, nem mesmo essa definição é consensual. A Organização das Nações Unidas (ONU) orienta a adoção do recorte etário de 15 a 24 anos e de acordo com seu Relatório Anual sobre a Juventude Mundial de 2005, no período entre 1995 e 2005, o número de jovens no mundo passou de 1.025 milhões de pessoas a 1.153 milhões, dos quais cerca de 85% vivem em países em via de desenvolvimento.

No Quadro 3, verifica-se que cerca de 24% dos países da América Latina adotam a faixa entre 15 e 24 anos e, em torno de 30% estabelecem o recorte entre 15 e 29 anos. Nota-se ainda que a menor idade é a estabelecida por El Salvador, com 7 anos, e a maior é a definida pela Costa Rica que considera que a juventude estende-se até os 35 anos.

¹ Para Costa (2005), a Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, promoveu uma revolução ao reconhecer que as crianças e os adolescentes são detentores de todos os direitos que têm os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade. Além disso, lhes são reconhecidos direitos especiais decorrentes do fato de que eles não conhecem suficientemente seus direitos, não estão em condições de exigi-los do mundo

Quadro 09 – Faixa-Etária da Juventude por País

País	Faixa Etária
Argentina	14 a 30 anos
Bolívia	15 a 24 anos
Brasil	15 a 29 anos
Chile	15 a 29 anos
Colômbia	12 a 26 anos
Costa Rica	12 a 35 anos
Cuba	15 a 29 anos
El Salvador	7 a 18 anos
Equador	15 a 24 anos
Guatemala	15 a 25 anos
Honduras	Menores de 25 anos
México	12 a 29 anos
Nicarágua	18 a 30 anos
Panamá	15 a 29 anos
Paraguai	15 a 29 anos
Peru	15 a 24 anos
República Dominicana	15 a 24 anos
Uruguai	-
Venezuela	-

Fonte: Cepal (2004).

Em relação ao Brasil, quando o Poder Executivo encaminhou, em 1º de fevereiro de 2005, a Medida Provisória nº 238, que criou a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), seguiu-se à orientação da ONU. A Exposição de Motivos refere-se à faixa-etária de 15 a 24 anos. Todavia, o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, que resultou na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, estendeu o limite superior até 29 anos. O Art. 11 da Lei dispõe: “à Secretaria Nacional de Juventude, criada na forma da lei, compete, dentre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, ressalvado o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.”

Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (2004, p. 37): "a concepção de juventude pode diferir em cada sociedade e tem estreita relação com as condições sociais e com o imaginário social de comunidade". Nesse sentido, é importante não

adulto e de não serem ainda capazes de prover por si mesmos suas necessidades básicas sem prejudicar o seu desenvolvimento pessoal e social.

confundir os critérios demográficos, biológicos, sociais e culturais. Esses diversos fenômenos marcam a juventude. O biológico serve para estabelecer a diferença em relação à criança e caracteriza-se pela maturação dos órgãos sexuais, e a conseqüente possibilidade de reprodução. O critério social é útil para distingui-lo do mundo adulto. Segundo Lemus (1998, p. 29), “a juventude se inicia com a capacidade do indivíduo para reproduzir a espécie humana e termina quando ele adquire a capacidade para reproduzir a sociedade”. De acordo com Granada (2003, p. 2):

La juventud no es una categoría homogénea, estática ni invisible, es un sector poblacional de una gran diversidad, con múltiples identidades, donde entra en juego tanto lo material como lo simbólico, así como también lo cultural, lo socioeconómico, la dimensión de género, lo político, lo étnico y lo religioso, que se conjugan permanentemente.

Para o Instituto Cidadania – Projeto Juventude (2004, p. 10-11), a juventude: “[...] é uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diversas esferas da vida.”

Para este estudo, utiliza-se o conceito proposto pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) que situa juventude como uma categoria social, parametrizada por uma faixa etária, que em suas múltiplas identidades, posições e vivências, abrange os brasileiros e as brasileiras, entre 15 e 29 anos.

4.3) DIFERENTES PARADIGMAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Chillán (2006) define uma política pública para juventude como um sistema público que aborda as preocupações sociais relativas aos jovens de um país ou de uma região: um sistema que integra organicamente um discurso ou representação social do sujeito, em que se define a cobertura social e geográfica, os problemas e as necessidades, assim como as demandas sociais que o Estado assume.

Balardini (apud DÁVILLA, 2003), por sua vez, compreende a política pública de juventude como toda ação orientada à conquista e realização de valores e objetivos sociais tendo por referência o período juvenil. São ações destinadas a influenciar os processos de socialização, podendo configurar-se enquanto políticas reparatórias, compensatórias ou de promoção/construção da cidadania.

Krauskopf (2003), conforme Quadro 10, identifica quatro paradigmas acerca das diferentes concepções sobre a juventude e estabelece sua relação com as políticas públicas:

Quadro 10 – Paradigmas nas Políticas de Juventude

Paradigmas	Políticas de Juventude
Juventude como etapa de preparação – transição entre a infância e a idade adulta	Voltadas à preparação para a idade adulta, com foco na aquisição de experiências. Vinculação do jovem com as instituições de transição ao mundo adulto. Definidas a partir da crise. Destaque para as políticas de educação e qualificação profissional – o serviço militar também pode ser visto a partir dessa perspectiva.
Juventude como etapa problemática	Políticas compensatórias e focalizadas, predominantemente nas áreas de saúde e justiça. Predomínio de temas como violência, drogas e gravidez precoce.
Juventude formada por atores estratégicos para o desenvolvimento	Investimentos nos jovens como capital humano e capital social fundamentais para o desenvolvimento do País.
Juventude cidadã como sujeito de direitos	Articulação com as outras políticas públicas, visão integral do jovem. Inclusão dos jovens como sujeitos explícitos de direitos civis, políticos, culturais, sociais e econômicos. Permitir que os jovens exerçam plenamente sua condição de cidadão.

Fonte: Elaboração da autora, baseado em Krauskopf (2003); Abramo (2005); Freitas e Papa (2003).

Em relação ao primeiro paradigma, juventude como uma etapa preparatória, Abramo (2005) e Krauskopf (2003) apontam as seguintes limitações: embora calcada em uma perspectiva universalista, não se preocupa com as desigualdades existentes entre os jovens, assumindo uma homogeneidade de comportamentos e experiências que não existe. Não há como supor que a preparação de um jovem de classe média possa ser a mesma que a de um rapaz trabalhador. Além disso, este enfoque não visualiza os jovens como sujeitos sociais do presente, pois o foco está em sua preparação para o futuro.

Abad também critica essa visão, pois defende a juventude como uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, não necessariamente ligadas à ideia de transição. Para o autor: “a juventude passa, mas também fica” (ABAD, 2003, p. 23).

Esta visão do jovem como sujeito em preparação é predominante não só nas ações estatais, mas também nas atividades desenvolvidas pela sociedade civil: “a abordagem

principal é aquela orientada pela idéia de formação, e a relação que os adultos (os militantes, técnicos e “funcionários” das ONGs) estabelecem com os jovens, em qualquer projeto desenvolvido, é a de “educadores”. (TOMMASI apud ABRAMO, 2005, p. 24-25)

O entendimento da juventude como etapa problemática centra sua análise nos comportamentos de risco e nas transgressões que, por sua vez, geram políticas focalizadas e de caráter compensatório. Nesse paradigma, ressalta-se, por meio de indicadores, a vulnerabilidade dos jovens: são os que mais matam e os que mais morrem; concentram os maiores índices de desemprego; o quantitativo enorme de jovens fora da escola; etc. Ou seja, busca-se caracterizar a precariedade da condição juvenil e, a partir daí, justificar a existência de programas e ações. Essa visão é reiteradamente reforçada pela mídia, por intermédio de eventos de comoção nacional – sendo o maior exemplo o caso das Febens no Estado de São Paulo.

Segundo Abramo (1997), a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. A principal crítica a esta abordagem é a estigmatização da juventude. De acordo com Sposito (2003, p. 67):

[...] a partir da associação entre jovens e problemas, as ações operam campos de significado que permitem duplo deslizamento semântico possível e, portanto, práticas políticas diversas: os problemas que atingem os jovens expõem uma série de necessidades e demandas não atendidas que resultariam no reconhecimento do campo de direitos e de formulação de políticas globais para a juventude; ou, de forma mais recorrente, os problemas que atingem os jovens transformam-se nos problemas da juventude e, portanto, é o sujeito jovem que se transforma no problema para a sociedade.

No terceiro paradigma, o jovem é visto como um ator estratégico para o desenvolvimento nacional, o que justificaria os investimentos em capital humano e social. Thompson (2006), ao analisar a situação dos jovens na América Latina e Caribe, afirma que a questão que se coloca não é como transformar os jovens, mas sim como os jovens podem contribuir para transformar a sociedade. A principal justificativa para essa ênfase é a “onda jovem”, fruto do peso demográfico dos jovens na estrutura etária dos países. As agências de cooperação e os organismos internacionais estão entre os principais responsáveis pela difusão dessa visão.

Para Abramo (2005, p. 21), “esta concepção avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios

colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas”. No entanto, toma-se o modelo de desenvolvimento como um dado e não se faz a discussão de como os jovens se inserem neste contexto. Além disso, transfere-se para o jovem uma grande responsabilidade pela mudança social, como pode ser verificada na frase de Thompson (2005, p. 10) “seu papel deve ser reconhecido e fortalecido, de forma que os transforme numa alavanca decisiva para combater a pobreza e o subdesenvolvimento”.

Por fim, a perspectiva da juventude cidadã, entendida como sujeito de direitos, reconhece a singularidade desta etapa e considera, de forma integral, as necessidades e as especificidades dos jovens, assim como sua capacidade de contribuição e participação. Há claramente uma influência do movimento que trata da infância e adolescência, que, pioneiramente, concebeu as crianças e os jovens enquanto sujeitos de direitos e, assim, rompeu com a ultrapassada doutrina da situação irregular².

Abad (2003) destaca que nessa perspectiva reconhece-se a capacidade dos jovens de construir objetivos pessoais e coletivos, de comunicar e defender publicamente a legitimidade de seus interesses e necessidades, enfim, de atuar com plena consciência de seus direitos, a partir de um pensamento crítico, autônomo e emancipador, em um autêntico processo de “*cidadanização*”.

Carvalho (2007) desdobra a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis, os primeiros a se desenvolver, de acordo com a cronologia de Marshall para a Inglaterra, são aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos dizem respeito à participação do cidadão no governo da sociedade. E os direitos sociais, também chamados de terceira geração, objetivam garantir a participação na riqueza coletiva, com a redução das desigualdades sociais.

Segundo formulação do Conjuve (Freitas, 2007, p. 7-8), a noção de jovens como sujeito de direitos surge da combinação entre os direitos individuais e os direitos difusos, com o reconhecimento e a valorização da diferença e das identidades coletivas: “o reconhecimento dos direitos da juventude envolve seu desenvolvimento integral (direitos civis e sociais), o que é de interesse de toda a sociedade, e contempla também a valorização da diferença e das múltiplas identidades coletivas (direitos difusos)”.

² **Doutrina da Situação Irregular** – Base jurídica do antigo Código de Menores, a legislação em vigor antes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta doutrina destinava-se apenas aos chamados “menores em situação irregular”, aqueles classificados como “carentes, abandonados, inadaptados e infratores”, reservando medidas de proteção para os “carentes e abandonados” e de vigilância e correção para os “inadaptados e infratores”. O “menor” era visto como objeto de intervenção jurídico-social do Estado. Definição disponível em: http://www.risolidaria.org.br/glossario/glossario/doutr_situa.jsp

Trata-se, contudo, de um debate ainda em curso, pois conforme pontua Abramo (2005, p. 22): “no Brasil, tal perspectiva ainda não adquiriu visibilidade para os jovens propriamente ditos, uma vez que não se logrou ainda delimitar quais são os processos específicos de sua condição que remetem a direitos que os singularizam e se diferenciam dos direitos definidos para os outros segmentos.”

O Quadro 11, construído a partir de Abad (2003), auxilia a distinção entre as perspectivas dos jovens enquanto atores estratégicos para o desenvolvimento e enquanto sujeitos de direitos:

Quadro 11 – Relação entre a Concepção de Juventude e Paradigmas

Concepção de Juventude Categorias	Ator Estratégico do Desenvolvimento	Sujeito de Direitos
Enfoque	Os jovens	As relações entre as gerações
Problema Político	Exclusão dos jovens do mundo adulto	A desigualdade nas relações sociais adulto-jovem
Meta	Integração dos jovens na sociedade	Autonomia e autodeterminação dos jovens
Orientação Política	Reprodução da sociedade	Mudança social e política
Concepção de desenvolvimento	Produção de capital humano e capital social	Geração de capacidade humana
Ênfase prioritária	Competitividade/modernização	Auto-estima/capacitação
Valor Ético	A experiência (como acumulação) do adulto	A experimentação (como vivência) da cidadania
Políticas a serem adotadas	Integração	Autovalorização

Fonte: Elaboração da autora, baseado em Abad (2003)

Bango (2003), por sua vez, distingue quatro tendências no desenvolvimento histórico das políticas de juventude: a incorporação dos jovens nos processos de modernização; o enfoque do controle social; o enfoque do jovem problema e o enfoque dos jovens como capital humano. A primeira etapa situa-se, em geral, na década de 50, quando ocorre, na maioria dos países da América Latina, um processo de incorporação maciça dos jovens ao sistema educativo. Tradicionalmente e durante muitos anos a resposta que o Estado ofereceu em termos de políticas públicas de juventude foi a educação. Paralelo a essa questão emerge a apreensão estatal com o tempo livre dos jovens, conforme afirma Bango (2003, p. 42):

[...] junto à expansão do sistema educacional, os Estados nacionais ofereceram boas oportunidades de tempo livre ao jovem, assumindo de forma explícita ou implícita que os jovens dedicavam parte de seu tempo para prepararem-se para ser adultos

(por meio da educação) e que o tempo livre devia ser utilizado adequadamente, evitando cair em condutas censuradas pelo mundo adulto.

O enfoque do controle social decorre dos acontecimentos político-sociais das décadas de 60 e 70 e tem como objetivo o controle da mobilização estudantil. Mas, paulatinamente, o foco desloca-se dos jovens estudantes de classe média e passa para os jovens pobres, excluídos e moradores das periferias das grandes cidades. Começa, então, a partir dos anos 80, a emergir a representação do jovem-problema e, em consequência, desenham-se as políticas de compensação social, com forte caráter de contenção social.

Nos anos 90, a preocupação passa a ser a incorporação desses jovens excluídos ao mercado de trabalho. De acordo com Bango (2003, p. 45): “os jovens são vistos como capital humano que contribui nos processos de crescimento econômico”.

O Quadro 12 constrói uma associação entre os quatro paradigmas apresentados anteriormente e os enfoques apontados por Bango (2003):

Quadro 12 – Relação entre Enfoque de Juventude e Paradigmas

Enfoque	Período	Paradigma
Incorporação dos jovens ao processo de modernização	Década de 50	Juventude como etapa de preparação - transição entre a infância e a idade adulta
Enfoque do Controle Social	Década 60 e 70	Juventude como etapa problemática
Enfoque do Jovem Problema	Década 80	
Enfoque dos Jovens como capital humano	Década de 90	Juventude formada por atores estratégicos para o desenvolvimento

Fonte: Elaboração da autora, Baseado em Abad (2003)

A partir dos pontos de vista apresentados nesta seção, é possível incluir um novo entendimento a partir do ano 2000 – o enfoque da juventude cidadã – centrada na concepção dos jovens enquanto sujeitos de direitos.

4.4) A INSTITUCIONALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA

A criação de organismos governamentais de juventude, assim como a maioria das ações ligadas ao tema, intensifica-se a partir da década de 90, tendo a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) desempenhado um papel fundamental nesse processo, no

sentido de incentivar a inclusão da temática juvenil na ordem do dia das reuniões dos chefes-de-Estado da América Ibérica, que ocorrem a cada dois anos (BANGO, 2003; KERBAUY, 2005).

Quadro 13 – Organismos de Juventude por País

(continua)

País	Nome	Criação	Missão	Área a que é ligado
Argentina	Direção Nacional da Juventude	1987	Executar, Coordenar, Avaliar	Ministério do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente
Bolivia	Vice Ministério de Assuntos de Gênero, Geracionais e Família.	-	Desenhar	Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Planejamento
Brasil	Secretaria Nacional de Juventude.	2005	Desenhar, Executar, Coordenar, Avaliar	Secretaria-Geral da Presidência da República
Chile	Instituto Nacional de Juventude	1991	Desenhar, Executar, Coordenar, Avaliar	Ministério do Planejamento e Cooperação
Colômbia	Colômbia Jovem*	1994	Desenhar, Coordenar	Presidência da República
Costa Rica**	Vice-Ministério de Juventude	1996	Desenhar, Executar, Coordenar	Ministério da Cultura, Juventude e Esportes
Cuba	União dos Jovens Comunistas	1962	Coordenar	Partido Comunista
El Salvador	Secretaria de Estado da Juventude	2001	-	Presidência da República
Equador	Direção Nacional de Juventude	1987	Desenhar, Executar, Coordenar	Ministério do Bem-Estar Social
Guatemala	Conselho Nacional de Juventude	1996	Coordenar	Presidência da República.
Honduras	Comissão Ordinária de Juventude	1983	Executar, Coordenar	Congresso Nacional
México	Instituto Mexicano de Juventude	1999	Desenhar, Executar, Coordenar	Secretaria de Educação Pública
Nicarágua***	Secretaria de Juventude	1994	Desenhar	Presidência da República

Quadro 13 – Organismos de Juventude por País

(conclusão)

Panamá	Ministério da Juventude, da Mulher, da Criança e da Família	1997	Desenhar, Executar, Coordenar	Presidência da República
Paraguai	Vice-Ministério da Juventude	1994	Desenhar, Executar, Coordenar, Avaliar	Ministério da Educação
Peru	Comissão Nacional de Juventude	2002	Desenhar, Executar, Coordenar, Avaliar	Presidência da República
República Dominicana	Secretaria de Estado da Juventude	2000	Desenhar, Executar, Coordenar	Presidência da República
Uruguai	Instituto Nacional de Juventude	1990	Desenhar, Executar, Avaliar	Ministério dos Esportes e Juventude
Venezuela	Instituto Nacional de Juventude	2002	Desenhar, Executar, Coordenar	Ministério da Educação

Fonte: Cepal (2004)

Notas: *O Programa Presidencial Colômbia Jovem, criado em 2000, substituiu o antigo Vice-Ministério da Juventude.

** O Vice-Ministério da Juventude, criado em 2002, substituiu o antigo Movimento Nacional de Juventudes.

*** A Secretaria de Juventude, criada em 2001, substituiu o Instituto Nicaraguense de Juventude e Esporte.

Conforme se verifica no Quadro 13, a heterogeneidade marca a instituição desses organismos, e, de acordo com a análise da Cepal (2004), esse processo de constituição pode ser agrupado da seguinte forma:

- Criação de organismos que se vinculam, periféricamente, a instituições especializadas, e que, portanto, se vêem limitados administrativa e politicamente. Por exemplo: Honduras.
- Criação de organismos especializados que se vinculam a outros ministérios. Por exemplo: Costa Rica e Panamá.
- Criação de organismos especializados que se vinculam diretamente à Presidência da República. Por exemplo: Guatemala, El Salvador e Brasil.

Note-se, porém, que Honduras e Cuba apresentam-se como ocorrências excepcionais. No caso hondurenho, a política de juventude é coordenada pelo Congresso Nacional, embora

haja, de acordo, com Cepal (2004) um projeto de lei que prevê a criação do Instituto Nacional da Juventude. Em Cuba, por sua vez, o Partido Comunista, por intermédio da União de Jovens Comunistas (UJC), é responsável pela preparação cultural, política e ideológica da juventude cubana.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a instituir um organismo específico de juventude, o que somente ocorreu em 2005. Bango (2003) credita esse atraso relativo ao fato de que a construção de um estatuto da criança e do adolescente centrou o debate e o esforço das gerações anteriores.

O histórico sobre as políticas públicas de juventude, no período entre 1997 e 2007, será apresentado no capítulo seguinte; no entanto, já adianta-se que a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), decorreu, entre outras razões, da recomendação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Juventude – GT Juventude, da ampla pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania entre 2003 e 2004 e das recomendações do Poder Legislativo.

A partir das concepções apresentadas neste capítulo verifica-se o quão recente é o debate sobre as políticas públicas de juventude, com conceitos que ainda precisam ser aprofundados e melhor explorados. Apresentado este referencial teórico, a seguir, elencam-se os principais atores que participaram deste debate, bem como os diversos eventos realizados no período entre 1997 e 2007 que marcaram a rede. Embora longo, trata-se de um capítulo que permitirá, em associação com a aplicação do modelo realizada a seguir, desvendar a dinâmica que a rede assumiu.

5 POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL NO PERÍODO 1997-2007

O objetivo deste capítulo é construir uma linha do tempo que organize e facilite a análise sobre os principais eventos, nacionais e internacionais, relacionados à política de juventude. A reconstrução desse contexto institucional, associada à análise da rede, permitirá o exame da estrutura social subjacente à política de juventude, pois, conforme foi apresentado na revisão de literatura, o processo de elaboração de políticas públicas se explica não somente a partir da mobilização de grupos sociais, mas também considerando a forma como, ao longo do tempo, institucionalizam-se as relações de poder entre esses atores (BONAFONT, 2004).

A análise divide-se em dois períodos: 1997-2002 e 2003-2007 e, para cada ano, descreve-se, sucintamente, os principais acontecimentos, os quais podem ser: criação de um programa/ação, realização de um evento, seminário ou palestra e lançamento de um livro ou pesquisa. Para essa caracterização, realizou-se uma pesquisa documental de livros, artigos, informes e notícias. Ao final de cada ano, apresenta-se um quadro-resumo das principais atividades por ator/campo, os quais permitirão a construção da linha do tempo, apresentada na última seção.

Embora sempre tenha havido políticas públicas que atendam aos jovens – políticas de educação, saúde, trabalho e emprego, somente a partir dos anos 90, começou-se a pensar na necessidade de políticas específicas para juventude, ou seja, descoladas das políticas universais. O ano de 1997 é aceito pelos pesquisadores como um marco desse processo no Brasil, pois se cria, no âmbito do governo federal, uma Assessoria de Juventude vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação, a Unesco³ cria um departamento de pesquisa específico para o assunto e a temática da violência juvenil ganha as páginas da imprensa. O primeiro período encerra-se em 2002, um ano eleitoral, em que pela primeira vez o tema entrou na pauta dos principais candidatos à Presidência da República. Neste período, as iniciativas centraram-se muito mais nos esforços da sociedade civil e dos organismos internacionais. Novaes (2007, p. 253) destaca o papel da Unesco e da Ação Educativa como duas precursoras “no conhecimento e reconhecimento da juventude brasileira”.

A segunda fase marca o início do Governo Lula e um impulso das ações, tanto governamentais quanto não-governamentais nessa área. Na esfera da sociedade civil, em 2003, teve início o Projeto Juventude do Instituto Cidadania, um amplo diagnóstico sobre a

³ A própria Unesco reconhece, neste ano, o início de seu trabalho com o tema juventude e afirma: “Desde 1997 a Unesco no Brasil tem se empenhado no sentido de construir um quadro dinâmico de conhecimentos sobre os jovens brasileiros, detectando seus anseios e necessidades, com a preocupação de ouvir os próprios jovens.” (UNESCO, 2007).

situação dos jovens brasileiros e um conjunto de proposições em termos de políticas públicas. No âmbito do Poder Público, também a partir de 2003, o Legislativo se mobilizou criando a Comissão Extraordinária de Políticas Públicas para Juventude (Cejuvent) e, promovendo audiências públicas, reuniões em todo o País. No Executivo, há uma explosão no número de programas destinados a esse público e, no ano de 2004, instituiu-se a Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude. Ao finalizar o trabalho, GT recomendou, em seu documento final, que o governo federal criasse a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e também implantasse um programa de caráter emergencial, com vista a atender os jovens de 18 a 24 anos que estão fora da escola e que sequer concluíram a 8ª série do ensino fundamental. Tais recomendações foram acatadas por intermédio da Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro, que criou a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Com relação aos programas/ações do governo federal elencados a seguir, faz-se necessário um esclarecimento. Definir quais são os programas voltados para a temática juventude não é tarefa fácil, cada pesquisador tende a usar critérios diferenciados, o que por vezes gera múltiplas classificações⁴. Nesse estudo, optou-se por citar os programas cujo público-alvo seja majoritariamente formado por jovens entre 15 e 29 anos, bem como sua relevância para compreensão do processo.

5.1) ANTECEDENTES

No período anterior a 1997, não se verificou, no Brasil, um conjunto consistente de iniciativas voltadas para a questão da juventude. Rua (1998, p. 8), em trabalho no qual realiza um balanço das políticas públicas de juventude no país na década de 90, conclui que: “os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias”. Não havia, portanto, uma política voltada para a juventude, mas sim um “estado de coisas” que não conseguiu alçar a condição de problema de natureza política e tampouco ocupar significativamente a agenda pública.

⁴ O Guia de Políticas Públicas de Juventude editado pela Secretaria-Geral da Presidência da República em 2006 lista 19 Programas: Agente Jovem (MDS), Bolsa-Atleta, Segundo Tempo (ME), Brasil Alfabetizado, Escola Aberta, Escola de Fábrica, ProEja, Saberes da Terra, ProUni, Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Promed, Juventude e Meio-Ambiente, Livro Didático para o Ensino Médio (MEC), Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem (MDA), Cultura Viva (MINC), Primeiro Emprego (MTE), ProJovem (SG-PR, MEC, MDS e MTE), Rondon e Soldado Cidadão (MD).

Segundo levantamento realizado por Sposito e Carrano (2003, p. 22), a mais antiga iniciativa federal foi o Programa Saúde do Adolescente, criado em 1989, pelo Ministério da Saúde⁵. De acordo com os autores, a atuação desse Ministério mostra “ações se institucionalmente orgânicas, racionalmente focalizadas, refletidas teoricamente e articuladas com redes governamentais e da sociedade civil”.

Na pesquisa documental realizada, a primeira referência foi um evento realizado pela Fundação Mudes, em 1995, o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude, do qual resultou a proposta de formulação de uma Política Nacional de Juventude. Nesse evento já se discutiu a questão da faixa etária com a Fundação recomendando a adoção do intervalo compreendido entre 15 e 24 anos. Resende (2001) afirma que, por solicitação da Casa Civil da Presidência da República, a Mudes apresentou proposta de criação de um conselho interministerial diretamente vinculado à Presidência da República, mas o assunto não avançou. O Encontro repetiu-se no ano de 1996, no Rio de Janeiro, com foco na questão do emprego e capacitação juvenil.

No contexto internacional, tal debate iniciou-se no final dos anos 80. O ano de 1985 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional da Juventude. De acordo com a explanação do Senhor Antonio Carlos Gomes da Costa, em Audiência Pública da Câmara dos Deputados, no Brasil, o Ano Internacional foi coordenado por Aécio Neves, na época, Diretor da Caixa Econômica Federal (CEF). Uma delegação brasileira foi a Moscou, e depois foi realizado um evento, em Brasília que, na sua opinião, foi sem consistência técnica alguma, sem nenhuma proposta de avanço legislativo ou institucional. Nas suas palavras: “Não foi um evento, mas um “é vento”: passou e não teve antecedentes, nem conseqüências.”

Em 1986, a Conferência anual da OIT teve o jovem como tema e desde então o assunto se faz presente em sua pauta. Em 1991, em Viena (Áustria), aconteceu o Primeiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Em 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou seu Programa Mundial de Ação para a Juventude para o ano 2000 e Além (PMAJ), que propõe um alinhamento de conceitos sobre a temática por intermédio de orientações e metas a serem perseguidas por seus países-membros e produziu um referencial inicial, em termos de políticas de juventude “*Guidelines for Further Planning and Suitable Follow-Up in the Field of Youth*” (ONU, 1985). O PMAJ estruturou-se a partir de 15 eixos: educação, empregabilidade, fome, ócio e tempo livre, meio ambiente, drogas,

⁵ Em 1999, o Ministério da Saúde criou a área de Saúde do Adolescente e do Jovem, no âmbito da Secretaria de Políticas de Saúde.

delinqüência juvenil, gênero, participação, saúde reprodutiva e sexual, globalização, comunicação e tecnologia, HIV/Aids, conflitos armados, relações entre gerações. No ano de 1996, novamente em Viena (Áustria), teve lugar o Segundo Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas.

Quadro 14 – Resumo das Principais Atividades até 1997 por ator/campo

Ano	Atividade	Ator	Campo
1985	Declaração do Ano Internacional da Juventude	ONU	Organismo Internacional
1986	Conferência anual da OIT tem o jovem como tema	ONU	Organismo Internacional
1989	Criação do Programa Saúde do Adolescente	Ministério da Saúde	Poder Público
1991	Primeiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas.	ONU	Organismo Internacional
1995	Início do Programa Mundial de Ação para a Juventude para o ano 2000 e Além – PMAJ	ONU	Organismo Internacional
1995	Lançamento do Guidelines for Further Planning and Suitable Follow-Up in the Field of Youth	ONU	Organismo Internacional
1995	Realização do I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude	Fundação Mudes	Sociedade Civil
1996	Segundo Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas	ONU	Organismo Internacional
1996	Realização do II Encontro Nacional de Técnicos em Juventude	Fundação Mudes	Sociedade Civil

Fonte: Elaboração da autora

5.2) POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO PERÍODO 1997-2002

De acordo com Sposito e Carrano (2003), o governo de Fernando Henrique Cardoso marcou uma importante inflexão na temática juventude, com a criação, em especial a partir do segundo mandato, de diversos programas. No entanto, não houve articulação entre essas ações com intuito de construir um campo de políticas públicas para os jovens. Abramovay e Castro (2004, p. 99) avaliam que:

[...] Um problema particular é a inexistência de uma institucionalidade articuladora do trabalho governamental em nível federal, que poderia coordenar o trabalho das diferentes Secretarias de Estado e as experiências no plano estadual e municipal. Nessa mesma linha, é importante destacar, entre as matérias pendentes, a falta de algumas ferramentas de trabalho imprescindíveis, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas com a geração de conhecimento, como: pesquisas de juventudes, estudos específicos e avaliação sistemática de experiências e programas.

Os principais programas/ações⁶ criados foram: Serviço Civil Voluntário (1998), Brasil Jovem – Agente Jovem e Centros da Juventude (2000) e Paz nas Escolas (2001). Esses programas/ações tinham como foco prioritário mais o adolescente em situação de risco social do que o jovem, e seu principal objetivo era o controle social do tempo livre dos garotos. Também havia uma baixa cobertura: as ações eram desarticuladas e sobrepostas e inexistiam mecanismos de acompanhamento e avaliação. Os autores ponderam, ainda, que alguns dos programas propostos: “assumiram o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social de um período histórico que viveu a recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo do trabalho”. (SPOSITO, CARRANO, 2003, p. 31)

Bonfim (2001), em análise das publicações da Unesco no período, constatou a existência de um espaço vazio de propostas e práticas que pudessem dar aos jovens sua expressão como sujeitos sociais do presente e agentes do futuro, tornando relevantes seu lugar social, suas idéias e seu potencial criativo.

1997

No âmbito do governo federal, criou-se, vinculado ao Gabinete do Ministro da Educação, uma assessoria especial para tratar do tema juventude. Os ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, Fundação Mudes e a OIT organizam, no Rio de Janeiro o Encontro Internacional sobre Juventude, Educação e Emprego na Ibero-América.

Neste ano, a Unesco iniciou sua primeira pesquisa sobre juventude, violência e cidadania, que resultou num livro sobre os jovens de Brasília, publicado no ano seguinte.

Quadro 15 – Resumo das Principais Atividades em 1997 por ator/campo

Atividade	Ator	Campo
Criação da Assessoria de Juventude do Ministério da Educação	Ministério da Educação	Poder Público
Criação do Departamento de Pesquisa em Juventude da Unesco	Unesco	Organismo Internacional

Fonte: Elaboração da autora

⁶ No Programa Comunidade Solidária também existiram algumas ações de capacitação para jovens.

1998

Na esfera internacional, ocorreram, em Portugal, dois eventos importantes para a temática. De 2 a 7 de agosto, aconteceu, em Braga, o Terceiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, no qual foi proposto o “*Plano de Ação da Juventude de Braga*”⁷, um compromisso conjunto para a participação dos jovens no desenvolvimento humano, assumido pelas ONGs juvenis, o sistema das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais. Foram feitas as seguintes recomendações:

- constituição de políticas de juventude integradas e transversais;
- cooperação com as entidades juvenis em nível nacional para erradicação da pobreza e para o desenvolvimento;
- participação de todos os jovens;
- maior participação das entidades juvenis na tomada de decisão de todo o Sistema das Nações Unidas;
- educação gratuita e em todos os níveis e igualmente acessíveis;
- emprego dos jovens para o desenvolvimento social;
- formulação de uma política de saúde nacional para os jovens;
- envolvimento da juventude na promoção dos direitos humanos;
- que as Nações Unidas publique e ajude as entidades juvenis a divulgar um compêndio sobre os direitos da juventude.

Também, em agosto, entre os dias 8 a 12, teve lugar, em Lisboa, a I Conferência Mundial de Ministros da Juventude⁸ que focou a implementação do Programa Mundial de Ação com a adoção da Declaração de Lisboa sobre Juventude. A Conferência produziu como resultado uma declaração sobre participação juvenil, educação, emprego, saúde e abuso de drogas, bem como chamou a atenção para os temas do desenvolvimento (que incluem os programas de combate à pobreza com foco na juventude) e da paz (que incluem os compromissos de combater o envolvimento das crianças em conflitos armados). Ao final da Conferência, definiu-se o dia 12 de agosto como *Dia Internacional da Juventude*.

No âmbito governamental, o Serviço Civil Voluntário iniciou suas atividades. Tratava-se de um programa de capacitação, formação para a cidadania e prestação de serviços voluntários. Seu público-alvo eram os jovens de 18 anos, sendo que, no caso dos meninos, destinava-se àqueles dispensados do serviço militar obrigatório. Havia prioridade de acesso

⁷ Ver Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, 2002.

⁸ A delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori.

para os de baixa escolaridade, baixa renda, negros/pardos, portadores de deficiência e filhos de famílias chefiadas por mulheres. Era oferecido, na forma de curso, com um total de 600 horas concomitante à escola ou supletivo. Os jovens recebiam auxílio-alimentação, transporte e uma bolsa no valor de R\$ 60,00 (valor da época). Sua coordenação estava a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Justiça (Secretaria de Estado de Direitos Humanos) e a execução era descentralizada para entidades de capacitação (ONG's, Sistema S, Sindicatos, Universidades) contratadas em cada Estado pelas Secretarias Estaduais do Trabalho. Segundo Leite (2003), no período compreendido entre 1998 e 2002, foram atendidos 40 mil jovens em todos os Estados e gastos R\$ 41,1 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A principal crítica, na visão dos jovens, foi o fato de o programa não contar com ações de inserção profissional nem formas de manter a mobilização dos participantes.

De acordo com Sposito e Carrano (2003), a última avaliação do programa, realizada em 2001 por universidades públicas e organismos de pesquisa a partir de 27 estudos de casos revelou índices elevados de eficiência e eficácia. No entanto, os autores pontuam que o programa é avaliado como bom, principalmente porque dá ocupação aos jovens, dificultando seu envolvimento com o mundo do crime, caracterizando um distanciamento da perspectiva dos direitos. Análise mais aprofundada realizada por Leão (2004, apud SPOSITO, CARRANO, 2003) apresentou os seguintes desencontros no âmbito do programa:

[...] Vários jovens desejavam ingressar no mercado formal de trabalho, enquanto os cursos estavam voltados para a formação para ocupações autônomas; as expectativas de realização de estágios eram frustradas (...) e quando uma oportunidade melhor aparecia, eram favorecidos os jovens mais comportados. Em relação à auto-estima, enquanto educadores e coordenadores enfatizavam a sua elevação como um resultado importante do projeto, os jovens não se percebiam como portadores de baixa auto-estima e não estavam preocupados com esse tema.

No campo da sociedade civil, o ano marca a criação da Organização Brasileira de Juventude (OBJ), com a proposta de envolver a juventude no desenvolvimento social do País. A OBJ baseia-se na Carta de Santa Cruz de La Sierra⁹, assinada na Bolívia em 20 de março de 1998, pela delegação brasileira presente no curso sobre Avaliação da Intervenção Social com ênfase na juventude, promovido pela Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ).

Em dezembro deste ano, a Organização promoveu o Curso de Formação de Gestores em Política de Juventude, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador

(FAT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e contou com a presença das juventudes partidárias, entidades sindicais, religiosas, estudantis e também das Secretarias Municipais e Estaduais de Juventude.

Por ocasião do curso, as entidades participantes produziram o que se convencionou chamar de Carta de Brasília,¹⁰ com o objetivo de sensibilizar os atores, tanto os governamentais quanto os não-governamentais, sobre a importância de políticas específicas para os jovens. Além disso, recomendam aos governos a criação de instituições juvenis de referência.

Também iniciou suas atividades a Rede de Jovens do Nordeste (RJNE), uma articulação de mais de 300 grupos, organizações, entidades e movimentos juvenis dos nove Estados do nordeste brasileiro (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão) que militam pelos direitos da juventude.

No tocante aos estudos e publicações, a Unesco, em parceria com a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, realiza evento para divulgar os resultados do estudo *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*¹¹ e lançar a publicação: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas* (CNPD, 1998).

De acordo com Castro (2005), esse evento, ao contar com representantes do alto escalão do governo federal – Secretário Nacional de Comunicação, Secretário Nacional de Assuntos Estratégicos, Presidente do Programa Comunidade Solidária e Vice-Presidente da República – sinalizou o interesse na produção de mais estudos sobre juventude e na concepção de políticas específicas para este segmento.

Também é lançado o primeiro volume do que viria a ser tornar a série “*Mapa da violência: os jovens do Brasil*”¹² com o objetivo de fornecer subsídios aos outros estudos que a Unesco desenvolveu sobre o tema nas várias cidades do Brasil. Nesta pesquisa quantitativa são analisadas as informações da Base de Dados Nacional do Sistema de Informações de Mortalidade do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde referentes ao período de 1979 a 1996.

⁹ A Carta de Santa Cruz de la Sierra está disponível no site: <http://www.obj.org.br/site/obj/default.asp#> . Acesso em: 11 jan. 2008.

¹⁰ A Carta de Brasília está disponível no site: <http://www.obj.org.br/site/obj/default.asp#>. Acesso em: 11 jan. 2008.

¹¹ Na apresentação desse estudo, Waiselfisz (1998) afirma que um dos motivos para a pesquisa foi o assassinato do índio Galdino de Jesus do Nascimento por um grupo de jovens brasilienses de classe média. Ver Waiselfisz, 1999.

¹² A publicação “Mapa da Violência” passou a ser uma série bianual, com publicações em 2000, 2002, 2004 e 2006 nas quais os dados são atualizados. Ver Waiselfisz, 1998.

Quadro 16 – Resumo das Principais Atividades em 1998 por ator/campo

Atividade	Ator	Campo
Realização do Terceiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas	ONU	Organismo Internacional
Aprovação do Plano de Ação da Juventude de Braga	ONU e Entidades da Sociedade Civil	Organismo Internacional e Sociedade Civil
Realização da I Conferência Mundial de Ministros da Juventude	Vários Países	Poder Público
Aprovação da Declaração de Lisboa sobre Juventude	Vários Países	Poder Público
Definição do dia 12 de agosto como <i>Dia Internacional da Juventude</i>	Vários Países	Poder Público
Criação do Serviço Civil Voluntário	MJ e MTE	Poder Público
Criação da Organização Brasileira de Juventude – OBJ	Entidades da sociedade civil	Sociedade Civil
Divulgação da Carta de Santa Cruz de La Sierra	Delegação brasileira presente no curso sobre Avaliação da Intervenção Social com ênfase na juventude	Sociedade Civil
Promoção do Curso de Formação de Gestores em Política de Juventude	OBJ e MTE	Sociedade Civil e Poder Público
Carta de Brasília	Entidades participantes do Curso de Formação de Gestores	Sociedade Civil
Início da Rede de Jovens do Nordeste - RJNE	Entidades da sociedade civil	Sociedade Civil
Realização do Seminário Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas e divulgação da publicação de mesmo nome.	CNPd, Unesco e MP	Organismo Internacional e Poder Público
Divulgação dos livros: Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília e Mapa da violência: os jovens do Brasil	Unesco	Organismo Internacional

Fonte: Elaboração da autora

1999

O Ministério da Saúde já possuía, desde final dos anos 80, um olhar diferenciado para a questão da adolescência e da juventude. Neste ano, contudo, ocorre a criação da área de Saúde do Adolescente e do Jovem vinculada à Secretaria de Políticas de Saúde, com objetivo

de articular os diversos programas e ações do Ministério que lidam com a temática adolescência e juventude, compreendida na faixa etária entre 10 e 24 anos.

No campo dos organismos internacionais, a Unesco cria seu Fórum de Juventude, com intuito de aproximar as atividades da juventude ao seu Programa de Ciências Humanas e Sociais. O Fórum tornou-se parte integrante de sua Conferência Geral, que se reúne a cada dois anos o conjunto dos Estados membros da Unesco.

A Fundação Perseu Abramo (FPA) realizou a pesquisa “*Juventude: Cultura e Cidadania*” (VENTURI, RECAMAN, 1999) com jovens residentes em nove regiões metropolitanas e do Distrito Federal para investigar a participação e adesão aos processos democráticos. De acordo com a FPA:

[...] Com esta investigação pretende-se contribuir para a definição de políticas públicas e intervenções sociais de outros agentes (ONGs e outras entidades), em busca de maior integração social da juventude, tendo em vista tanto a realização de suas potencialidades individuais como seu eventual engajamento em um projeto coletivo ou cooperativo em direção à superação das limitações estruturais que historicamente tem impedido, no Brasil, a construção de uma sociedade mais justa.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou, em Brasília, o *Fórum Jovem Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade*, no qual foi lançado o livro “*Desemprego juvenil: Em busca de opções à luz da experiência internacional*” (OIT, 1999). E a Unesco promoveu o Encontro sobre Melhores Práticas em Projetos com Jovens do Cone Sul.

Com relação às publicações, a Unesco divulgou: “*Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*” (ABRAMOVAY, 1999); “*Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*” (MINAYO, 1999); “*Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*” (BARREIRA, 1999) e “*Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania*” (SALLAS, 1999). Castro (2005, p. 124) avalia que:

[...] As publicações de 1998 e 1999 estabeleceram a estratégia e a credibilidade da Organização. Estas publicações tiveram um impacto importante nas ações e iniciativas posteriores da Unesco, inserindo-a em um campo de atuação em que, ao combinar procedimentos investigativos com a elaboração de formas de intervenção social, a Organização se alçou ao posto de uma das principais catalisadoras das ações de políticas públicas voltadas para a juventude.

Quadro 17 – Resumo das Principais Atividades em 1999 por ator/campo

Atividade	Ator	Campo
Criação da área de Saúde do Adolescente e do Jovem	Ministério da Saúde	Poder Público
Criação do Fórum de Juventude da Unesco	Unesco	Organismo Internacional
Realização da pesquisa “Juventude: Cultura e Cidadania	Fundação Perseu Abramo	Sociedade Civil
Realização do Fórum Jovem Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade e lançamento do livro “Desemprego juvenil: Em busca de opções à luz da experiência internacional	OIT	Organismo Internacional
Promoção do Encontro sobre Melhores Práticas em Projetos com Jovens do Cone Sul	Unesco	Organismo Internacional
Lançamento das publicações “Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília; “Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro”; “Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza” e “Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania”.	Unesco	Organismo Internacional

Fonte: Elaboração da autora

2000

Durante a “Assembléia do Milênio”, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi criada a Rede de Alto Nível de Políticas de Promoção do Emprego Juvenil (YEHLPN), com o objetivo de formular recomendações para políticas e programas de emprego e formação para jovens.

Com relação aos programas governamentais, neste ano, criou-se o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social para atender aos jovens com idade entre 15 e 17 anos, prioritariamente aqueles que estão fora da escola e em situação de vulnerabilidade social (cumprimento de medidas socioeducativas ou oriundos de programas de atendimento à exploração sexual e comercial de menores). Seus objetivos foram: criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à

família, à comunidade e à sociedade; prepará-lo para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada; e desenvolver ações que facilitassem sua integração e interação, quando estivessem inseridos no mundo do trabalho.

Sposito, Silva e Souza (2006, p. 152) apresentam as seguintes considerações sobre o Programa:

[...] Embora se reconheça certo potencial juvenil, são visíveis seus limites: primeiramente, a ênfase em certos aspectos comportamentais, como se todo e qualquer jovem em qualquer momento histórico e social fosse naturalmente predisposto a provocar mudanças; em segundo lugar, essa mudança será realizada apenas se o mundo adulto reconhecer e criar condições para isso; por fim atribui ao jovem uma tarefa difícil, a de transformar a sua comunidade, em geral desprovida de equipamentos públicos e serviços que assegurem um mínimo de qualidade de vida.

Avaliação qualitativa realizada para Camacho (2004) observou uma forte tensão entre equipes técnicas e jovens, sobretudo em relação à situação e à condição juvenil. Associado ao Agente Jovem, foram propostos os Centros da Juventude, que deveriam funcionar como pólos de distribuição de informações sobre as atividades disponíveis para os jovens. Uma vez instalado o Centro pelo governo federal, sua gestão deveria ser compartilhada entre o governo local, os jovens e a comunidade; para tanto, eram previstos repasses decrescentes de recursos financeiros, incentivando, dessa forma, a maior responsabilização dos parceiros locais.

Também neste ano o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão iniciou uma experiência de gerenciamento integrado dos programas governamentais com a identificação de seis problemas prioritários,¹³ sendo um deles a juventude. Segundo Nascimento (2001, p. 32-33):

[...] A escolha do tema deveu-se ao fato de este segmento social apresentar um significado especial no momento em que se ergue o que os especialistas denominam de “onda jovem”, ou seja, um número considerável de jovens – entre 15 e 24 anos – na estrutura demográfica do País. E mais ainda, com problemas novos e crescentes de integração social, inserção no mundo do trabalho e envolvimento no mundo da droga e da marginalidade. Fenômeno de complexidade que exige ação integrada.

A partir da metodologia proposta, solicitou-se aos Gerentes de Programa que identificassem as interações factíveis e imediatas que seu Programa poderia realizar, bem como apontassem os locais em que tais interações poderiam ocorrer. Os 11 programas escolhidos, pertencentes a seis Ministérios, foram alocados ao redor de cinco eixos:

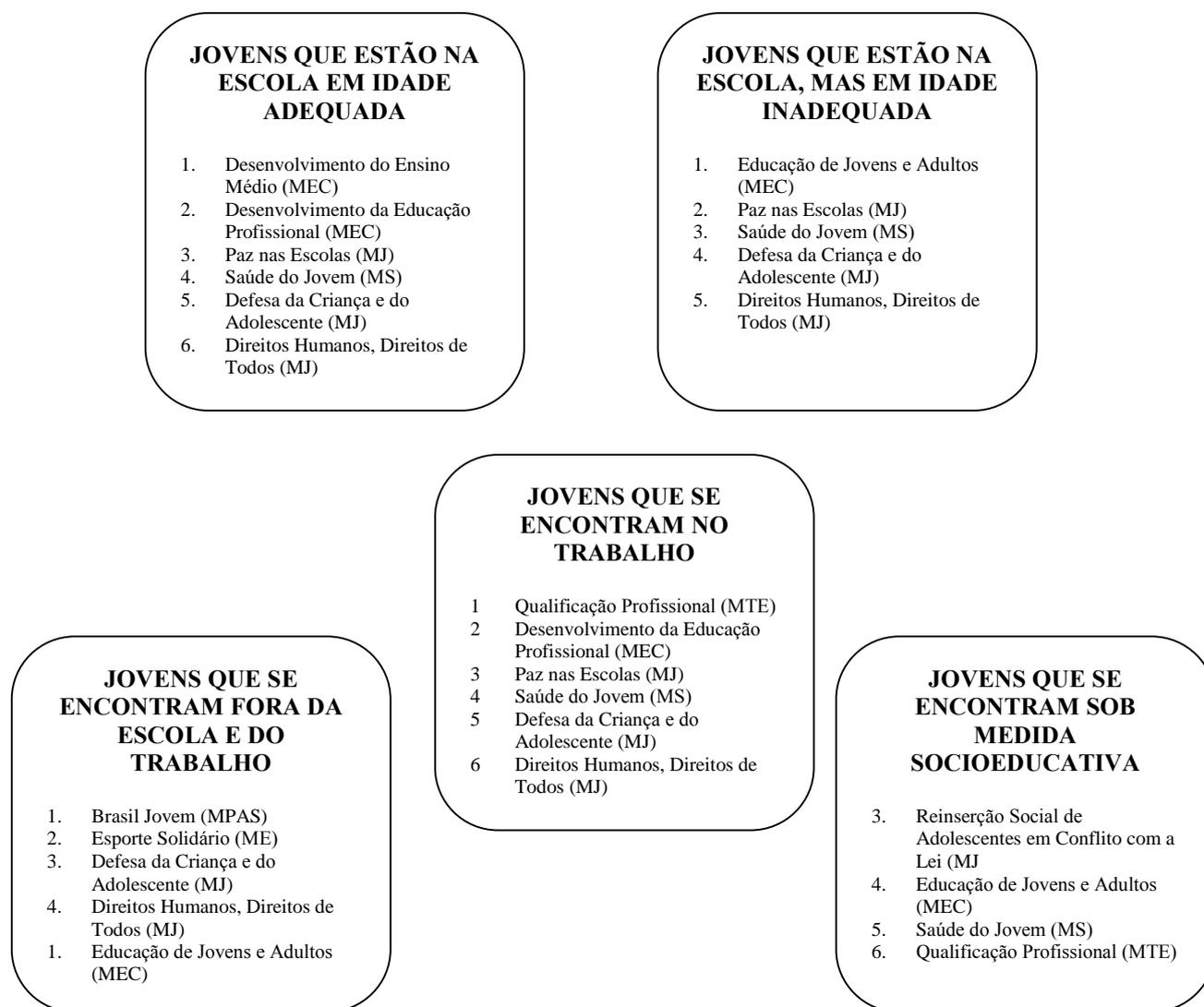


Figura 07 – Programas/Ações de Juventude por Eixo

Fonte: Baseado em Nascimento (2001).

¹³ A saber: **Juventude** (violência, educação e qualificação para o trabalho, primeiro emprego e Aids/DST); **Infância** (Mortalidade infantil, violência e abuso sexual e trabalho infantil); **Qualidade Ambiental Urbana** (ampliação do sistema de saneamento, recuperação ambiental, desenvolvimento de tecnologias limpas, educação ambiental); **Exportações** (defesa comercial, desenvolvimento tecnológico, qualidade e produtividade, financiamento às exportações, capacitação em comércio exterior); **Água no Nordeste** (recursos hídricos subterrâneos, transposição de águas do São Francisco, disponibilização de água no semi-árido, irrigação); **Desenvolvimento Integrado das Regiões** (redução do custo Brasil, integração das vias de escoamento da

Em oficina realizada na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), inicialmente, 21 possíveis interações foram identificadas que, em seguida, reduziram-se a três prioritárias:

1. promoção do protagonismo juvenil nas escolas de ensino médio e educação profissional, consistindo basicamente no estímulo de maior participação dos estudantes na seleção dos temas curriculares e na criação e consolidação dos Grêmios Estudantis, assim como a melhoria das atividades esportivas;
2. utilização das instalações físicas federais para as atividades de inserção dos jovens no mundo do trabalho, como laboratórios e maquinarias, em cursos de extensão ou outros;
3. uso comum de espaços pelos Programas que tratam basicamente da socialização dos jovens, tais como: Brasil Jovem, Saúde do Jovem e Esporte Solidário, otimizando os espaços físicos existentes.

O próximo passo foi a definição de cinco territórios, um em cada região do País para atuação conjunta: Amapá, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e Entorno (Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais) e a realização de oficinas locais para implantação do projeto. No entanto, o projeto terminou em abril de 2001 e apenas três Estados foram visitados: Amapá, Pernambuco e Santa Catarina. Em relação ao governo federal, as principais conclusões do Relatório foram:

- Falta um diagnóstico mais preciso e uma maior consciência da importância para o país da questão da juventude;
- Parte dos programas são frágeis em sua focalização, em seus métodos e em suas potencialidades financeiras.

Consoante estas conclusões, uma das recomendações do trabalho foi a elaboração de uma política para a juventude, construída a partir de encontros de especialistas e gerentes federais, estaduais e municipais de programas. Além disso, esperava-se que o aprofundamento das medidas propiciassem ao governo federal ter uma secretaria coordenadora das ações focalizadas na juventude.

Ressalta-se que essa foi a única iniciativa para articular e integrar os programas e ações governamentais do período compreendido entre 1997 e 2002. No entanto, persistia a visão do jovem como problema para a sociedade.

Com relação a publicações, a Unesco lançou “*Mapa da Violência II: os jovens do Brasil*” (WAISELFISZ, 2000). A Ação Educativa disponibilizou os resultados do primeiro balanço sobre o tema, realizado por uma equipe de pesquisadores de várias instituições, sob o título: “*Juventude: estado do conhecimento*” (SPOSITO, 2000). E, em parceria com a Editora Cortez, publicou “*Juventude em debate*” (ABRAMO, FREITAS, SPOSITO, 2000), que reúne as apresentações e intervenções ocorridas no ciclo de debates Juventude e Contemporaneidade, realizado pela ONG em São Paulo, no ano de 1998.

Neste ano ocorreu o I Congresso Nacional da Juventude Rural, organizado pela Pastoral da Juventude Rural que é ligada ao Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tratou-se da primeira grande manifestação com o objetivo representar o expressivo contingente de jovens do campo.

Quadro 18 – Resumo das Principais Atividades em 2000 por ator/campo

Atividade	Ator	Campo
Criação da Rede de Alto Nível de Políticas de Promoção do Emprego Juvenil (YEHLPN)	ONU e OIT	Organismo Internacional
Criação Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e dos Centros da Juventude	Mpas ¹⁴	Poder Público
Início do Gerenciamento Integrado de Programas – Juventude	MP	Poder Público
Mapa da Violência II: os jovens do Brasil	Unesco	Organismo Internacional
Lançamento do estudo Juventude: estado do conhecimento	Ação Educativa e Inep	Sociedade Civil e Poder Público
Lançamento do Livro Juventude em debate	Ação Educativa	Sociedade Civil
Realização do I Congresso Nacional da Juventude Rural	Pastoral da Juventude Rural	Sociedade Civil

Fonte: Elaboração da autora

2001

No âmbito internacional, realizou-se, no Senegal, o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, no qual elaborou-se a “*Estratégia de Dakar para o Empoderamento da Juventude*” (2001), com a finalidade de complementar e fortalecer o “*Plano de Ação de Braga*”.

¹⁴ Atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No campo governamental foi criado, no Ministério da Justiça, o Programa Paz nas Escolas, com a proposta de reduzir a violência entre crianças, adolescentes e jovens nas escolas do País. O Programa desenvolveu-se, sobretudo, por meio de apoio a iniciativas de jovens no âmbito da construção da cultura da paz, na capacitação de policiais e educadores, nas parcerias com ONG's e na promoção de estudos e pesquisas sobre violência nas escolas.

Sposito (2003) indica que este ano, o primeiro de novas gestões municipais, representou uma importante inflexão no processo de constituição dos organismos destinados às políticas de juventude. Foram criadas assessorias, secretarias de Estado, coordenadorias e, em menor grau, conselhos de juventude. No entanto, a autora mostrou preocupação com essa incipiente institucionalidade, à medida que depende, em grande parte, de programas de partidos e da correlação de forças no nível local e do grau de articulação dos jovens e seus eventuais parceiros.

Foram publicados, pela Unesco, os seguintes livros: *“Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza”* (ABRAMOVAY, CASTRO, 2001), *“Escolas de Paz”* (ABRAMOVAY, 2001), *“Espaço aberto ao diálogo da infância e juventude: o jovem lendo o mundo”* (UNESCO, 2001) e *“Abrindo Espaços: Educação e Cultura de Paz”* (NOLETO, 2001).

Em relação à sociedade civil, o Observatório da Juventude da Universidade Federal Fluminense iniciou suas atividades e a Organização Brasileira de Juventude (OBJ) desenvolveu um Programa de Fortalecimento à Ação Parlamentar, em parceira com a Escola de Formação de Governantes e da Fundação Kellogg, dirigido aos vereadores jovens do País. O programa de Formação contou com a participação de 97 parlamentares da Região Nordeste do Brasil que hoje integram a Rede Nacional de Jovens Vereadores.

Quadro 19 – Resumo das Principais Atividades em 2001 por ator/campo

(continua)

Atividade	Ator	Campo
Realização do Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas	ONU	Organismo Internacional
Aprovação da “Estratégia de Dakar para o Empoderamento da Juventude	ONU e Entidades da Sociedade Civil	Organismo Internacional e Sociedade Civil
Criação do Programa Paz nas Escolas	MJ	Poder Público

Quadro 19 – Resumo das Principais Atividades em 2001 por ator/campo

(conclusão)

Divulgação das Publicações “Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza”, “Escolas de Paz”, “Espaço aberto ao diálogo da infância e juventude: o jovem lendo o mundo” e “Abrindo Espaços: Educação e Cultura de Paz	Unesco	Organismo Internacional
Início do Observatório da Juventude da Universidade Federal Fluminense	UFF	Universidades
Realização do Programa de Fortalecimento à Ação Parlamentar	OBJ e Kellog	Sociedade Civil

Fonte: Elaboração da autora

2002

Foi somente na campanha presidencial de 2002 que o tema juventude se fez presente nos programas de governo e que todos os candidatos assinaram um documento, no qual se comprometeram a implementar políticas específicas para a juventude. Tal compromisso decorre da atuação da sociedade civil, que ao longo dos últimos anos reivindicou ações diferenciadas para os jovens.

Elaborado, pelo Instituto Ayrton Senna, Gife, Unesco e Fiesp, o documento “*Por uma Política de Juventude para o Brasil*” (2002) propunha uma política de desenvolvimento humano, que tivesse como eixo estruturador a educação básica e profissional; uma política de saúde com viés altamente educativo; uma política de tempo livre para os jovens e a promoção de uma cultura de paz.

No entanto, as abordagens dos programas de governo dos dois principais candidatos, Lula e Serra, persistiram na associação entre juventude, criminalidade e violência. O Programa de Governo da Coligação Lula Presidente (PALOCCI, 2002, p. 5) afirma: “a superação desse quadro deixado pelas atuais políticas do governo requer uma atenção especial para os milhões de jovens que anualmente tentam entrar no mercado de trabalho, mas não encontram reais oportunidades de emprego. É preciso evitar que a juventude se torne presa fácil da criminalidade, do tráfico de drogas e do contrabando de armas”.

O programa de governo de Serra, embora tenha um capítulo específico para a questão – Compromisso com a causa jovem – e já fale em um órgão na esfera federal para formulação, coordenação e avaliação, abria a discussão indicando o percentual de jovens no

sistema carcerário, o número de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas e as altas taxas de gravidez precoce.

No campo da sociedade civil, em evento promovido pela Organização Brasileira de Juventude (OBJ) e pelo Instituto Brasileiro de Política de Juventude (IBPJ) – apoiados pela Fundação Konrad Adenauer, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Unesco –, diversas organizações e movimentos de juventude de todo o Brasil se reuniram no Rio de Janeiro e aprovaram uma carta comum, chamada de “*Agenda Jovem 2002*”. De acordo com os signatários: “este marco visa ser um ponto de partida para “as juventudes” brasileiras, buscando possibilitar aos jovens e suas organizações um instrumento de articulação e luta coletiva, visando a efetiva participação da juventude no desenvolvimento de nossa sociedade.” (OBJ, 2002, p. 3)

A Carta recomendou a criação de um órgão executivo de referência, gestor de políticas públicas de juventude, em nível federal, juntamente com um órgão de representação e participação das juventudes através de suas entidades, movimentos e lideranças.

A Ação Educativa e a FES/Ildes promoveram, em São Paulo, no mês de novembro, o Seminário Políticas Públicas de Juventude, para 250 pessoas com objetivo de reunir experiências nacionais e internacionais. Foram apresentadas 15 experiências governamentais, sendo 10 brasileiras, 4 latino-americanas e 1 européia, e 3 iniciativas da sociedade civil. Na avaliação dos organizadores, o Seminário foi um importante espaço para novas sinergias e articulação dos atores presentes.

A Unesco realizou, no mês de novembro, em Brasília, o Seminário Internacional Violência nas Escolas: educação e cultura para a paz, no qual foram apresentados estudos e experiências de algumas estratégias adotadas por dirigentes de escolas brasileiras. Ainda no evento, foi lançado o Observatório de Violência nas Escolas – Brasil, uma parceria entre a Organização e a Universidade Católica de Brasília, para a pesquisa e a criação de estratégias de intervenção em escolas, a fim de fazer propostas de políticas públicas.

Tem-se a criação do Observatório Jovem da Universidade Federal de Minas Gerais. Ver na Região Metropolitana de Belo Horizonte, além de promover a capacitação tanto de jovens quanto de educadores e alunos de graduação da UFMG interessados na problemática juvenil.

Em relação às publicações, a Unesco disponibilizou: “*Violência nas Escolas*” (ABRAMOVAY, RUA, 2002), “*Drogas nas Escolas*” (ABRAMOVAY, CASTRO, 2002), “*Violência nas Escolas e Políticas Públicas*” (DEBARBIEUX, BLAYA, 2002); “*Paz, como se faz? Semeando a cultura de paz nas escolas*” (DISKIN, ROIZMAN, 2002), “*Mapa da*

violência III: os jovens do Brasil” (WASELFISZ, 2002); *“AIDS: o que pensam os jovens”* (UNESCO, 2002) e *“Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas”* (ABRAMOVAY et al., 2002), na qual argumenta que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que estes se encontram nos países latino-americanos.

Castro (2005, p. 275) considera que a publicação *“Violências nas Escolas”* pode ser considerada o maior investimento da Unesco em termos de pesquisa. Segundo Abramovay e Rua (2002, p. 7): “o estudo aborda as percepções sobre diversos tipos de violências de alunos, pais, membros do corpo técnico-pedagógico em escolas públicas e privadas e descreve a frequência e a gravidade dos incidentes; avalia seu impacto sobre a aprendizagem; e identifica os mecanismos adotados e/ou recomendáveis – de prevenção, redução e erradicação do problema”.

Quadro 20 – Resumo das Principais Atividades em 2002 por ator/campo

Atividade	Ator	Campo
Divulgação do documento “Por uma Política de Juventude para o Brasil	Instituto Ayrton Senna, Gife, Unesco e Fiesp	Sociedade Civil e Organismo Internacional
Dois principais candidatos a Presidência da República incorporam o tema juventude ao seu programa de governo	PT e PSDB	Sociedade Civil
Divulgação Agenda Jovem 2002	OBJ e outras entidades	Sociedade Civil
Realização do Seminário Políticas Públicas de Juventude	Ação Educativa e a FES/ILDES	Sociedade Civil
Realização Seminário Internacional Violência nas Escolas	Unesco	Organismo Internacional
Início do Observatório de Violência nas Escolas	Unesco e Universidade Católica de Brasília	Organismo Internacional e Universidade
Início do Observatório Jovem da Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Universidade
Divulgação das publicações “Violência nas Escolas”, “Drogas nas Escolas”, “Violência nas Escolas e Políticas Públicas”; “Paz, como se faz? Semeando a cultura de paz nas escolas”, “Mapa da violência III: os jovens do Brasil”; “AIDS: o que pensam os jovens” e “Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas	Unesco	Organismo Internacional

Fonte: Elaboração da autora

5.3) POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO PERÍODO 2003-2007

Neste período, o tema juventude definitivamente entrou para a agenda das políticas públicas, multiplicando-se as iniciativas tanto na esfera do poder público quanto da sociedade civil. De certa maneira, três processos de abrangência nacional marcaram o debate sobre as políticas públicas de juventude no começo dos anos 2000: o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania; a Comissão Especial Extraordinária de Juventude e o Grupo Interministerial de Juventude.

Com relação à sociedade civil, a iniciativa de maior envergadura foi o Projeto Juventude, coordenado pelo Instituto Cidadania que, entre os anos de 2003 e 2004, promoveu um amplo debate sobre a temática, com a realização de pesquisas de caráter nacional, seminários nos Estados e a participação direta de mais de 3 mil jovens. No âmbito do Poder Público, tanto o Executivo quanto o Legislativo se mobilizaram. A Câmara dos Deputados, em 2003, criou tanto a Frente Parlamentar de Juventude quanto a Comissão Extraordinária de Políticas Públicas para Juventude (Cejuvent), que promoveu audiências públicas e reuniões em todo o Brasil e realizou, em Brasília, em 2004, a Conferência Nacional de Juventude. No Poder Executivo há a instituição, também em 2004, do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Esses três processos culminaram, em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do ProJovem, programa carro-chefe da política de juventude.

Há, neste período, uma explosão na criação de novos programas destinados aos jovens: Primeiro Emprego (2003), Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, ProUni, Projeto Rondon, Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra (2004), ProJovem, ProEja e Saberes da Terra (2005), Juventude Cidadã (2006) e ProJovem Integrado (2007). Em análise sobre os programas criados neste período, Sposito e Corrochano (2005) identificaram um padrão nas ações, que combinavam a transferência de renda e o tripé: qualificação profissional, elevação da escolaridade e desenvolvimento de trabalhos comunitários.

Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 195) avaliam que: “se avança na superação de antigos estigmas sobre o que se denominou “problema da juventude”, embora haja ainda poucas certezas sobre desenhos institucionais, orientações teórico-metodológicas e princípios do setor especial das políticas de juventude”.

2003

Este ano contou com muitas iniciativas relacionadas às políticas de juventude. Os empreendimentos tiveram origem tanto na sociedade civil quanto no Poder Público e impulsionaram o debate sobre a temática.

Já no primeiro semestre há o lançamento oficial do Programa Primeiro Emprego, concebido para ser a iniciativa de maior visibilidade voltada para os segmentos juvenis do Governo Lula. De acordo com seus promotores, esse programa deveria ser o “carro-chefe” na área de juventude.

A Lei nº 10.748, que institui o Programa, foi aprovada no Congresso em outubro de 2003. O Programa, coordenado, executado e supervisionado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tinha como objetivo central o combate ao desemprego juvenil por meio de ações que estimulassem a contratação de jovens no mercado formal de trabalho. O público-alvo era formado por jovens entre 16 a 24 anos sem experiência anterior de trabalho formal, provenientes de famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e que apresentassem baixos níveis de escolaridade. Para participar do Programa, os jovens deveriam estar matriculados ou terem concluído o ensino médio e se cadastrarem em uma das unidades do Serviço Nacional de Emprego (Sine).

O Programa previa as seguintes modalidades:

- subvenção econômica;
- estímulo à responsabilidade social; e
- consórcio da juventude

À época de seu lançamento, o programa centrava-se na linha de subvenção econômica, como pode ser visto, com clareza, nos Orçamentos de 2004 e de 2005, que previam de 60% a 70% dos recursos nessa rubrica. Nesta modalidade, a ênfase recaí sobre a colocação formal do jovem no mercado de trabalho e, para estimular essa contratação, as empresas parceiras receberiam R\$ 1.500 anualmente por jovem contratado.

No entanto, o Programa apresentou, no decorrer dos anos seguintes, resultados insatisfatórios. Na avaliação do Deputado Reginaldo Lopes, em audiência na Câmara dos Deputados, cometeram-se dois grandes equívocos:

[...] O primeiro foi remar contra a maré. Fizemos uma pesquisa pelo BNDES, e 93% dos empresários brasileiros têm preferência pelo perfil do jovem com boa escolaridade, aquele que concluiu o segundo grau e não completou a universidade. Esse é o melhor perfil. São jovens de boa qualificação profissional e com baixa remuneração. Pelo programa, fizemos o contrário: queríamos que fosse atendido quem ainda não concluiu o ensino médio. Ou seja, tentamos forçar a inserção no mercado de trabalho de jovens com baixa escolaridade, o que não é o perfil desejado. Porque existe muita oferta de jovens que têm o terceiro grau incompleto; ou seja, uma mão-de-obra abundante que aceita trabalhar com baixa remuneração. O segundo erro que cometemos foi trabalhar como inserção do jovem no mercado de trabalho sem assumir o compromisso de prepará-lo antes. Não se pode garantir a inserção apenas propondo um subsídio financeiro para o empresário. (Audiência Pública sobre PL nº 4.530, realizada em 31 de agosto de 2005)

A partir de 2005, a ênfase deslocou-se para os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ). Nesta modalidade, os jovens recebem um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 150,00, vale-transporte e lanche para participar de oficinas de qualificação profissional e social e prestar um serviço voluntário. Ao final do período, há uma meta de inserção a ser atingida pela entidade executora do Consórcio.

Leão (2007, p. 7) avalia que os Consórcios repetem o modelo de ação das políticas para a juventude implementadas, no Brasil, a partir dos anos 90:

[...] Assim, podemos dizer que os CSJ não se reduzem a uma política pública de emprego, uma vez que traz elementos muito semelhantes às ações desenvolvidas no campo das políticas públicas de transferência de rendas para jovens pobres: focalização em jovens em situação de “risco” social e a combinação de algumas ações que visam promover a sua “inclusão” social (qualificação profissional, promoção da escolaridade e inserção social e comunitária dos jovens)”. Ele pressupõe, como já assinalamos acima, uma transição linear para a vida adulta, que se iniciaria com a conclusão da escolaridade e a inserção em uma atividade profissional duradoura. O programa pretende promover tal transição, permitindo que esses jovens tenham melhores condições de construção de fazer tal percurso. Ele supõe também uma visão homogênea sobre os jovens pobres, como se suas expectativas e modos de viver a juventude estivessem a princípio determinadas pela sua situação socioeconômica.

No Legislativo, em abril, a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude (FPJ) iniciou suas atividades, com a participação de mais de 100 membros, entre deputados e senadores de todos os partidos e que se propunha a ter reuniões mensais para acompanhar os debates e a implementação dos programas voltados para a área. Também foi instalada, em maio, a Cejuvent, destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

A Cejuvent foi composta por 43 deputados federais (titulares e suplentes) e dividiu-se em seis grupos de trabalho temáticos:

1. O jovem, o desporto e o lazer;
2. O jovem e o trabalho;

3. O jovem, a educação e a cultura;
4. O jovem, saúde, sexualidade e dependência química;
5. O jovem, a família, a cidadania, a consciência religiosa, a exclusão social e a violência;
6. O jovem como minoria.

Após realizar diversas audiências públicas em Brasília, com especialistas das áreas temáticas relacionadas aos grupos de trabalho constituídos, em setembro a Comissão promoveu a Semana Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Estes dois eventos tiveram a finalidade de qualificar as discussões da Cejuvent, por meio da participação de representantes de organizações não-governamentais, jovens líderes e especialistas em políticas públicas, estabelecendo um marco para a construção do Plano Nacional de Juventude.

Durante os três dias do evento, houve testemunhos de jovens – personalidades ou representantes de grupos sociais; exposição de organizações e entidades que trabalham com o tema; lançamento de livros; sessão solene em homenagem à Semana Nacional; mesa-redonda sobre o analfabetismo; audiência pública com representantes da OIJ e mostra de filmes e vídeos sobre a juventude.

O Relatório Preliminar da Comissão foi divulgado no final do ano com as seguintes recomendações: criação de uma esfera pública de participação, um Conselho Nacional de Juventude; instituição de um organismo federal para tratar do tema, um Instituto Brasileiro de Juventude; e a edição de alguns marcos legais para a temática, um Estatuto da Juventude e um Plano Nacional da Juventude. Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 207), afirmam que:

[...] O Relatório Preliminar da Cejuvent pode ser definido como um documento generalista que compila de forma confusa e pouco analítica o trabalho da Comissão. Sob certos aspectos, é um texto com fortes contradições internas que buscou incorporar diversas contribuições recolhidas em audiências públicas, legislações, textos acadêmicos, relatórios, pesquisas de bases metodológicas díspares e impressões de viagens ao exterior realizadas por parlamentares da comissão.

No âmbito da sociedade civil, teve início no primeiro semestre o Projeto Juventude do Instituto Cidadania (IC), que nasceu de uma solicitação do Presidente Lula, ao deixar a coordenação do Instituto para assumir a Presidência da República. O site IC afirma:

[...] Nossa meta é projetar a questão dos jovens e suas urgências como um tema de primeira grandeza no campo da política, da ação governamental e das mobilizações surgidas na própria sociedade civil. Os resultados do trabalho em curso servirão como acervo e fonte de propostas para o governo federal, bem como para as autoridades estaduais e municipais dos distintos partidos políticos. Serão

encaminhados, igualmente, aos atores da sociedade civil interessados no progresso do Brasil como nação democrática. (Citação disponível em http://www.projetojuventude.org.br/novo/html/projeto_int8803.html. Acesso em: 8 jan. 2008)

O Projeto Juventude foi planejado a partir de seis eixos simultâneos e complementares:

- mapeamento e rastreamento das informações com a construção de um acervo inédito de dados estatísticos, documentos e análises sobre políticas públicas para a juventude;
- realização de uma pesquisa quantitativa nacional, a partir da ampliação e atualização do levantamento realizado pela Fundação Perseu Abramo em 1999;
- criação de um Site, concebido com o instrumento central de comunicação do Projeto Juventude;
- realização de Seminários e Encontros Temáticos;
- organização de dois livros sobre a juventude brasileira, *Juventude e Cidadania e Juventude Brasileira 2003 – retratos*.
- reunião de narrativas sobre participação juvenil, por meio de uma pesquisa participantes, o Projeto incentivou jovens voluntários a recolher, de maneira sistematizada e com metodologia adequada, histórias de vida e participação social e política de outros jovens.

Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 203) consideram que: “o prestígio resultante de ser o Instituto Cidadania uma organização não-governamental, criada pelo Partido dos Trabalhadores e ter como Presidente de honra o próprio Presidente da República, facilitou a conquista de parceiros responsáveis pela viabilização material de um projeto de alto custo e largo alcance social e político”.

O Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis) propuseram a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*¹⁵ que pretendia realizar um diagnóstico em 8 regiões metropolitanas das capitais sobre formas, conteúdos e sentidos da participação dos jovens entre 15 e 24 anos. A premissa que norteou o estudo foi a de que os jovens seriam sujeitos fundamentais para a consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira. Há, no documento, uma expectativa de que o novo governo federal e o novo parlamento desenvolvam um olhar diferenciado sobre a temática:

[...] O Brasil ainda enfrenta o desafio de desenvolver políticas nacionais integradas destinadas à juventude. O novo governo federal, o Congresso Nacional e diferentes redes de instituições da sociedade civil movimentam-se no sentido de elaborar projetos, planos nacionais e estratégias de articulação de políticas públicas que equacionem ou ao menos minimizem os efeitos deletérios dos persistentes vícios político-administrativos de fragmentação, sobreposição e centralização das políticas relacionadas aos jovens. (IBASE, 2003, p. 5)

Neste momento, ganhou espaço a interação entre os temas juventude e meio ambiente. Em setembro, aconteceu, em Luziânia/Goiás, por iniciativa dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, o I Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente. Neste evento é criada a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente (Rejuma) com o propósito de “fortalecer as ações locais e nacionais dos jovens empenhados na construção de sociedades sustentáveis, através da troca de experiências e da cooperação”. E, no mês de novembro, ocorreu, em Brasília, paralelo à 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, a 1ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil, com a participação de mais de 400 estudantes.

Com relação à juventude do campo, deu-se, em Brasília, o Salão Nacional da Juventude Rural, com a participação de representantes das comissões municipais, estaduais e nacional de jovens trabalhadores rurais do movimento sindical de 26 Estados. Neste evento é divulgada a “*Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical*”¹⁶ com reivindicações para a superação dos problemas da juventude rural brasileira. Segundo a Carta: “as propostas surgem em virtude da inexistência de uma política nacional que contemple os interesses da juventude rural”.

No tocante às publicações, a Unesco lançou: “*Ensino Médio: múltiplas vozes*” (ABRAMOVAY, CASTRO, 2003); “*Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*” (ABRAMOVAY, NUNES, 2003); “*Escola e Violência*” (ABRAMOVAY et al. 2003a) e “*Violência na escola: América Latina e Caribe*” (ABRAMOVAY et al. 2003b).

¹⁵ A Pesquisa foi efetivamente realizada entre outubro de 2004 e maio de 2005 e o seu Relatório Final está disponível no site www.ibase.org.br.

¹⁶ Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/f274CARTAJuventude.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2008.

Quadro 21 – Resumo das Principais Atividades em 2003 por ator/campo

Atividade	Ator	Campo
Criação do Programa Primeiro Emprego	MTE	Poder Público
Início da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude	Legislativo	Poder Público
Criação da Comissão Extraordinária de Juventude (Cejuvent)	Legislativo	Poder Público
Início do Projeto Juventude do Instituto Cidadania	Instituto Cidadania	Sociedade Civil
Início da Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas	IBASE/PÓLIS	Sociedade Civil
I Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente	MEC e MMA	Poder Público
Criação da Rede Juventude pelo Meio-Ambiente (Rejuma)	MEC e MMA	Poder Público
Realização do Salão Nacional da Juventude Rural	Contag	Sociedade Civil
Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical	Contag	Sociedade Civil
Publicações “Ensino Médio: múltiplas vozes”; “Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas”; “Escola e Violência e “Violência na escola: América Latina e Caribe	Unesco	Organismo Internacional

Fonte: Elaboração da autora

2004

No âmbito do governo federal, tem-se a criação, em março, do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Juventude, composto por 19 Ministérios¹⁷ e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Optou-se por delegar o comando à Secretaria-Geral, dada a especificidade e complexidade do tema. Como muitos ministérios possuem ações voltadas para a juventude e nenhum detém a temática exclusivamente, avaliou-se que seria importante ter, na coordenação, um órgão capaz de integrar e articular todos os parceiros.

¹⁷ Secretaria-Geral da Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério do Esporte, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Gabinete de Segurança Institucional.

O Grupo de Trabalho Interministerial, em um intenso processo de diálogo, reuniu durante oito meses consecutivos, de março a abril de 2004, gestores públicos dos 19 ministérios com o objetivo de traçar diretrizes para a Política Nacional de Juventude. A metodologia apresentada inicialmente dividia o trabalho nas seguintes etapas:

- Políticas Públicas para Juventude: diagnóstico dos programas e ações promovidos pelo governo nos últimos nove anos, a partir de um instrumento padrão desenvolvido pela Secretaria-Geral;
- Pesquisas demográficas e sociais, com a criação de um banco de dados a partir do Censo 2000;
- Eixos estruturantes: criação de sete subgrupos para avaliação das ações do governo no campo da geração de trabalho e renda, educação, saúde, violência, esporte e lazer, cultura e participação;
- Relatório Final: análise das ações do governo e proposição de uma política global e participativa de juventude.

De acordo com seu Relatório Final, os dados compilados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostraram o desafio e a oportunidade que seria pensar uma política integrada para um contingente de 33,4 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos, que resgatasse a parte da dívida social para com este público e que rompesse com a visão compartimentalizada que tende a vigorar no desenho das políticas públicas.

A partir deste diagnóstico sobre as condições sociais da população de 15 a 24 anos, que apontou os problemas com os quais se deparava esse público e dos eixos estruturantes propostos inicialmente, foram identificados os principais desafios de uma Política Nacional de Juventude:

1. garantir o Acesso e a Permanência na Escola de Qualidade;
2. combater o analfabetismo entre os Jovens;
3. preparar o Jovem para o Mundo do Trabalho;
4. gerar Trabalho e Renda;
5. promover Vida Saudável;
6. promover o Acesso ao Esporte, ao Lazer, à Cultura e à Tecnologia de Informação;
7. promover Direitos Humanos e as Políticas Afirmativas;
8. estimular a Cidadania e a Participação Social; e
9. melhorar a Qualidade de Vida dos Jovens no Meio Rural.

À Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) coube sistematizar as informações enviadas pelos

ministérios sobre seus programas e ações, para se ter uma dimensão das atividades desenvolvidas pelo governo federal para este público. Com relação ao mapeamento às ações governamentais, uma dificuldade se fez presente durante todo o trabalho. Muitos poucos ministérios conseguiram apresentar um balanço das suas atividades para este público, ou para qualquer outro que se solicitasse. Em que pese a atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, poucos programas federais efetivamente se organizam a partir dos problemas identificados na sociedade. Muitas vezes acabam por reproduzir as estruturas de poder existentes nos órgãos, em um descolamento muito grande da realidade do País. Também ficou clara a necessidade de integração e coordenação entre todas as ações identificadas. Se, por um lado, essa integração puder evitar superposições e fragmentações, também será fundamental para potencializar a atuação de todos os órgãos, garantindo assim uma maior efetividade e eficiência à ação governamental.

À Secretaria-Geral também coordenou o diálogo com o Projeto Juventude do Instituto Cidadania e com a Cejuvent. Havia uma preocupação muito grande em alinhar as propostas do governo com as pesquisas, estudos e recomendações do Projeto; para tanto, periodicamente, o próprio Ministro Dulci e representantes do GT se encontravam com seus coordenadores.¹⁸

No entanto, o trabalho do GT, ao longo de todo o ano de 2004, não impediu a criação de novos programas voltados para a juventude. Foram lançados: Soldado Cidadão – Ministério da Defesa; Programa Universidade para Todos – ProUni, Programa Escola Aberta – Ministério da Educação; Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Projeto Soldado Cidadão objetiva fornecer uma qualificação profissional a militares das Forças Armadas que serão licenciados por término de serviço, a fim de facilitar seu ingresso no mercado trabalho. São oferecidos cursos de 160 horas em parceria com a Fundação Cultural do Exército, a Confederação Nacional do Comércio e da Indústria, essas duas últimas por intermédio de órgãos certificadores do Sistema S.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) que concede bolsas de estudos integrais e parciais de 50%, em universidades privadas, a estudantes de baixa renda e alunos com deficiência que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa em escola particular.

¹⁸ Uma das coordenadoras do Projeto Juventude, Regina Novaes, foi convidada, no dia de lançamento da MP 238 a ser Secretária-Adjunta da recém-criada Secretaria Nacional de Juventude.

O Programa Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude é uma parceria entre o Ministério da Educação, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da Cultura e a Unesco para abrir as escolas nos finais de semana. Para realização das atividades, são repassados recursos que variam entre R\$ 16 mil a R\$ 21 mil anuais por escola por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola. O Programa tem como base a experiência com o “Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz”, que a Organização desenvolve desde 2000 em parceria com os governos locais.

O Pronaf Jovem, programa criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem como principal objetivo incentivar a permanência dos jovens no meio rural. Trata-se de uma linha de crédito especial do Plano Safra para a Agricultura Familiar e tem como prioridade atender a filhos de agricultores entre 16 e 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de escolas técnicas. O limite de financiamento é de até R\$ 6 mil, com juros de apenas 1% ao ano, com até 10 anos para quitação e cinco de carência.

O Nossa Primeira Terra, uma linha do Programa Nacional de Crédito Fundiário, é voltado aos jovens sem terra ou filhos de agricultores familiares na faixa etária de 18 a 24 anos, que oferece financiamento com juros reduzidos e fixos.

Na esfera legislativa, tem-se a continuidade dos trabalhos da Cejuvent. O Relatório Preliminar divulgado no final do ano anterior serviu como texto base para o processo de consulta, ocorrido ao longo de 2004. As consultas aconteceram por intermédio das conferências estaduais, organizadas pelo deputado representante do Estado na Comissão. De acordo com Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 204):

[...] Houve grande disparidade nas formas de divulgação, de realização e de mobilização dos grupos juvenis para as conferências. Algumas reuniram centenas de jovens de diversas organizações, grupos e movimentos, bem como gestores de políticas de juventude e pesquisadores do tema; outras contaram com a presença de poucos jovens insuficientemente informados sobre os trabalhos da CEJUVENT e os objetivos do fórum ao qual se dirigiram.

Realizaram-se consultas em 24 Estados e no Distrito Federal. Apenas não participaram os Estados do Piauí e de Alagoas. Ao final de cada conferência estadual, deveria ser elaborada uma “Carta do Estado”, na qual os jovens apresentariam suas propostas e sugestões para o Plano Nacional de Juventude que serviriam para a Conferência Nacional.

A Conferência Nacional aconteceu em junho, em Brasília, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, com a participação de 2 mil jovens. Durante a Conferência, 52 entidades divulgaram o Manifesto para a Articulação da Juventude Brasileira Pró-Fórum de Organizações Juvenis, na qual propunham a criação de um Fórum Nacional de Juventude –

um espaço permanente de troca e de reflexão sobre os desafios e as propostas. Segundo avaliação da ONG Interagir, expressa em seu Boletim de 30 de junho de 2004, nesta conferência, os acontecimentos dos corredores foram mais bem aproveitados que os espaços formais do evento.

Após a Conferência, a Comissão discutiu as propostas compiladas das consultas regionais e nacional e no mês de dezembro a Cejuvent encerrou seus trabalhos e entregou seu Relatório Final. O Relatório apresenta as seguintes recomendações ao Poder Executivo: criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretária Nacional de Políticas Públicas de Juventude, do Instituto Brasileiro de Juventude. Também sugere a realização da Conferência Bienal de Juventude e a instituição de uma Comissão Permanente de Juventude. Com relação ao marco legal, foram feitas as seguintes propostas:

- Projeto de Lei nº 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude;
- Projeto de Lei nº 4.529/04 – Estatuto da Juventude;
- Proposta de Emenda Constitucional.

O Plano Nacional de Juventude, de vigência de dez anos e organizado em 13 eixos, define metas que deverão ser cumpridas pela União, em parceria com os Estados e os municípios e organizações juvenis. As principais metas são:

1. Erradicar o analfabetismo da população juvenil em cinco anos;
2. Universalizar o ensino médio público e gratuito;
3. Oferecer bolsas de estudo e financiamento a jovens carentes para ingresso na faculdade;
4. Incentivar o empreendedorismo juvenil;
5. Aumentar a cobertura do Programa Primeiro Emprego;
6. Promover atividades preventivas na área de saúde;
7. Criar áreas de lazer e estimular o esporte;
8. Incentivar projetos culturais produzidos por jovens;
9. Garantir a inclusão digital, com a instalação de computadores nas escolas e nas universidades.

No entanto, o Projeto de Lei apresenta algumas fragilidades como, por exemplo, a insuficiência de indicadores para respaldar os objetivos; tratar a juventude como uma faixa etária entre 15 e 24 anos, quando o próprio Legislativo a alterou para o período entre 15 e 29 anos; a oposição a legislações específicas já existentes, especialmente no campo da educação; proposição de prazos que não se ajustam ao calendário do Executivo.

O Estatuto da Juventude regulamenta direitos dos jovens e define as obrigações da família, da sociedade e dos governos para garantir esses direitos.

A proposta de emenda à Constituição Federal de 1998 propõe a modificação do artigo 227, que passará a incluir a expressão jovem e terá a seguinte redação: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao **jovem** (grifo nosso), com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 206) reconhecem a importância da atuação do Legislativo, mas ao mesmo tempo afirmam que o processo das Conferências apresentou inúmeras deficiências, expressas nas críticas por parte das redes locais da sociedade civil:

[...] redes locais da sociedade civil geraram documentos que explicitaram conflitos e desagrado em relação a encaminhamentos dados ao longo do processo. Esses documentos assumiram, em termos gerais, duas naturezas distintas. Alguns deles, que podem ser denominados “manifestos”, se caracterizaram pelo forte caráter crítico e de repúdio ao modo como foi conduzida a organização das conferências regionais. Alertaram para o que consideraram falta de representatividade e legitimidade das mesmas, bem como para a forma “autoritária” como teriam sido conduzidas. Esse foi o caso do “Manifesto à Juventude Paraibana” e da “Carta Aberta do Rio de Janeiro”.

No âmbito da sociedade civil, no mês de abril, o Instituto Cidadania, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), realizou, em São Paulo, o Seminário Internacional do Projeto Juventude com representantes de 15 países para discutir propostas de políticas públicas de juventude. Participaram do evento cerca de 200 pessoas, entre gestores, representantes de organizações ligadas à juventude, movimentos sociais e pesquisadores de juventude.

O Banco Mundial promoveu, em Brasília, no mês de maio, o “*Vozes Jovens: Um Olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI*” (WEISS, FLORENTINO, 2004), com a participação de mais de 100 organizações e movimento de juventude, além de representantes dos governos e organismos multilaterais.

O encontro, estruturado em dois eixos norteadores – desenvolvimento humano e desenvolvimento econômico socioambiental, se propôs a construir um processo de diálogo entre sociedade civil organizada, Sistema ONU, iniciativa privada e poderes públicos para ampliar a participação na formulação de políticas públicas para a juventude. Trata-se de uma ação global do Banco, mas que no Brasil apresentou uma metodologia inovadora, haja vista que a organização do Encontro ficou a cargo de 20 organizações de juventude, responsáveis

pela facilitação dos grupos e sistematização das propostas. Ao final, produziu-se um documento, “*Proposições de Brasília 2004*”¹⁹ que contém as recomendações dos 12 grupos de trabalho.

Ainda em maio, representantes de 17 organizações e movimentos juvenis, que haviam participado do Vozes Jovens, reuniram-se, em Brasília, para discutir sobre a criação de um Fórum Nacional de Juventude. Na avaliação dos participantes, o Fórum justificava-se porque existiam diversos atores sociais e governamentais levantando a temática sem que haja um espaço autônomo de encontro e debate em torno dos temas comuns às diversas juventudes. No entanto, o próprio grupo avaliou que o lançamento do Fórum, neste momento, seria uma decisão precipitada e decidiram criar uma Articulação Pró-Fórum Nacional de Juventude.

No mês de junho, após a participação de mais de 3 mil jovens em oficinas e seminários, o documento de conclusão do Projeto Juventude do Instituto Cidadania, assim como alguns dos volumes do trabalho foram entregues ao Presidente Lula e à Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados. O documento apresentado continha propostas e diretrizes para as políticas públicas de juventude elaboradas no amplo processo de discussão com a sociedade civil.

Também no mês de junho, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu o 1º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis com a participação de juventudes organizadas ligadas ao terceiro setor, partidos políticos, associações desportivas, entidades estudantis, movimentos sociais e associações religiosas. O principal resultado desse encontro foi a divulgação de uma carta aberta com as diretrizes gerais para a construção de uma política pública nacional para a juventude. De acordo com o Boletim Interagir, de 30 de maio de 2004²⁰: “sabendo da necessidade de mobilização e articulação das juventudes, a UNE está criando este espaço em que os jovens poderão tratar do assunto a partir dos seus próprios interesses, contribuindo assim com a construção de propostas qualificadas para a formulação de um plano nacional de políticas públicas para a juventude”.

Com relação às publicações, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em parceria com a Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ), apresentou o estudo “*Juventude na Ibero-américa: tendências e urgências*” (2004), na qual são discutidos as tensões e os paradoxos dos jovens na atualidade. O primeiro deles é que a juventude goza de mais acesso à educação e menos acesso ao emprego, isto é, os jovens de hoje possuem

¹⁹ Disponível em:

<http://www.interagir.org.br/politica/boletim/PROPOSI%C3%87%C3%83O_DE_BRAS%C3%8DLIA_2004.pdf> Acesso em: 16 jan. 2008.

²⁰ Disponível no site: <<http://www.interagir.org.br/politica/boletim/default.asp?id=3>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

mais anos de escolaridade formal que as gerações passadas, porém ao mesmo tempo os seus índices de desemprego são superiores, se comparados com o resto da população economicamente ativa. O segundo é que os jovens gozam de mais acesso à informação e menos acesso ao poder, isto é, os jovens manuseiam maior volume de informações que outros grupos etários; entretanto, participam menos dos espaços decisórios da sociedade, sobretudo nas esferas do Estado. A terceira tensão e paradoxo é que os jovens de hoje estão mais providos de saúde; no entanto, menos reconhecidos na sua mortalidade específica que, no caso, seriam as mortes por razões externas – basicamente, armas de fogos e acidentes de trânsito.

A Secretaria Executiva da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou o Manual Tirando os Acordos do Papel (GODINHO et al., 2004), um guia de monitoramento de política de juventude para ser usado por jovens. A Unesco lançou *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil* (WAISELFISZ, 2004); *Juventudes e sexualidade* (ABRAMOVAY, CASTRO, SILVA, 2004); *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes* (CASTRO, ABRAMOVAY, 2003); *Políticas públicas de/para/com juventudes* (UNESCO, 2004) e *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003* (WAISELFISZ et al., 2003), no qual foi apresentado o Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ).

No contexto do Projeto Juventude, o Instituto Cidadania lançou o livro *Juventude e Sociedade: Educação, Cultura, Trabalho e Participação* (NOVAES, VANUCCHI, 2004) e a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*²¹, uma parceira do IC com o Instituto de Hospitalidade e o Sebrae, que retoma e amplia temas e questões investigados em 1999 pela Fundação Perseu Abramo.

Quadro 22 – Resumo das Principais Atividades em 2004 por ator/campo

(continua)

Atividade	Ator	Campo
Criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Juventude	SG-PR e 18 Ministérios	Poder Público
Início do Soldado Cidadão	MD	Poder Público
Início do ProUni	MEC	Poder Público
Início do Escola Aberta	MEC	Poder Público
Início do Pronaf Jovem	MD	Poder Público
Início do Nossa Primeira Terra	MD	Poder Público

²¹ Disponível em: <http://www.projetojuventude.org.br/novo/assets/perfil_juventude_brasileira.ppt>. Acesso em: 2 jan. 2008.

Quadro 22 – Resumo das Principais Atividades em 2004 por ator/campo

(conclusão)

Lançamento do livro Juventude e Sociedade: Educação, Cultura, Trabalho e Participação	Instituto Cidadania	Sociedade Civil
Realização das Conferências Estaduais	Cejuvent	Poder Público
Realização da Conferência Nacional	Cejuvent	Poder Público
Divulgação do Relatório Final da Cejuvent	Cejuvent	Poder Público
Seminário Internacional do Projeto Juventude	IC e PNUD	Sociedade Civil e Organismo Internacional
Realização do Vozes Jovens: Um Olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI	Banco Mundial	Organismo Internacional
Divulgação das Proposições de Brasília 2004	Várias entidades da sociedade civil	Sociedade Civil
Entrega do documento de conclusão do Projeto Juventude ao Presidente Lula e à Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados	Instituto Cidadania	Sociedade Civil
Realização do 1º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis	UNE	Sociedade Civil
Divulgação do Estudo Juventude na Ibero-américa: tendências e urgências	CEPAL	Organismo Internacional
Lançamento do Manual Tirando os Acordos do Papel	ONU	Organismo Internacional
Divulgação da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira	Instituto Cidadania, Sebrae e Instituto Hospitalidade	Sociedade Civil
Publicações Mapa da violência IV: os jovens do Brasil”; “Juventudes e sexualidade”; “Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes; “Políticas públicas de/para/com juventudes” e “Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003	Unesco	Organismo Internacional

Fonte: Elaboração da autora

2005

Na esfera internacional, em 2005, a Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ) divulgou a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens²², composta por 44 artigos que procuram prestar uma especial atenção aos direitos dos jovens e as graves 'carências e omissões' que se registram no âmbito ibero-americano em matéria de educação, saúde ou emprego. De acordo com a OIJ: “a Convenção é o primeiro texto de caráter internacional que

²² Disponível em: http://www.juventude.gov.br/internacional/documentos/convencaoibero-mericana_atafinal.pdf/view. Acesso em: 20 jan. 2008.

dará suporte jurídico ao conjunto de governos ibero-americanos para o desenvolvimento de políticas destinadas ao fortalecimento e à promoção das potencialidades da juventude”²³.

A Organização das Nações Unidas (ONU), na semana de sua 60^a Assembléia-Geral dedicou-se à discussão e revisão do Plano Mundial de Ações para a Juventude (PMAJ). Representantes dos países, de organizações da sociedade civil e delegados jovens participaram dos comitês e oficinas. Também, nesta semana, a ONU apresentou o *Relatório Mundial de Juventude 2005*,²⁴ no qual atualiza os dados sobre a área. De acordo com a ONU, a principal mensagem do relatório é que é necessário intensificar os investimentos nos jovens, a fim de implementar o Programa de Ação Mundial para a Juventude e realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Em decorrência das recomendações do Grupo Interministerial de Juventude, da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados e do Projeto Juventude do Instituto Cidadania, o Poder Executivo, em evento no Palácio do Planalto, editou, em 1º de fevereiro, a Medida Provisória n.º 238.

Com essa MP, convertida na Lei n.º 11.129, de 30 de junho do mesmo ano, criou-se a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República – SNJ-SG/PR, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Conforme a Mensagem Presidencial 2006 (2006, p. 95-96)²⁵:

[...] A criação da Secretaria Nacional de Juventude colocou definitivamente a pauta da juventude brasileira na condição de política estratégica para o país e definiu um marco gerencial para a integração das ações do governo federal voltadas a este público, em consonância com os desafios estabelecidos pela Política Nacional de Juventude.

A Secretaria Nacional de Juventude é instrumento importante para a incorporação da temática juvenil também no âmbito dos municípios e dos Estados, de forma a impulsionar e contribuir para a criação de organismos de juventude em todo o país. A Secretaria, ainda dialoga intensamente com o Congresso Nacional, participando de fóruns, audiências públicas e, especialmente, do debate sobre o Plano Nacional de Juventude.

De acordo o Projeto Juventude (2004, p. 29):

[...] as discussões e estudos desenvolvidos no Projeto Juventude apontaram um claro consenso em torno da proposta de vincular esses organismos gestores o mais diretamente possível ao Chefe de cada Executivo, evitando-se a incorporação da questão juventude a quaisquer outras áreas de governo, por mais diretos que sejam

²³ Informação veiculada no site: www.ciberamerica.org/Ciberamerica/Portugues/Areas/Sociedad/Noticias/detalle?id=6385. Acesso em: 21 jan. 2008.

²⁴ Resumo em português disponível na página <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wyr05portuguese.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2008.

²⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/mensagem/mens2006.htm>. Acesso em: 22 jan. 2008.

os nexos existentes com elas, como é o caso de Educação, Esportes, Cultura, Trabalho, Desenvolvimento Social e outras.

O Conjuve foi concebido para ser um espaço de participação social na formulação de diretrizes para as ações governamentais acerca do tema. E, de acordo com o texto legal, tem por objetivo fomentar e realizar estudos e pesquisas sobre a realidade social, cultural e econômica da juventude brasileira, além de avaliar e acompanhar a execução dos programas e ações dirigidos a esse segmento.

No dia 2 de agosto, os membros do Conselho, 120 entre titulares e suplentes, tomaram posse. Fazem parte do Conselho, nas vagas destinadas ao Poder Público, representantes de todos os Ministérios e Secretarias Nacionais que desenvolvem programas voltados para a juventude, a Frente Parlamentar de Juventude e o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e associações de prefeitos. Pela sociedade civil, que representa 2/3 do Conselho, participam os movimentos juvenis, organizações não-governamentais e especialistas em juventude. Optou-se por não convidar nenhuma juventude partidária para esse primeiro mandato. Além disso, algumas entidades publicaram uma Carta com críticas ao processo de escolha dos representantes, que foram nomeados pelo Presidente da República e recomendando que o próximo Conselho seja escolhido por meio da realização de Conferências de Juventude.

Com relação ao ProJovem, foi pensado como um programa carro-chefe da política de juventude, em consonância com a recomendação do Projeto Juventude (2004, p. 28):

[...] torna-se urgente construir um programa nacional de larga escala, em cujo âmbito se interliguem educação, trabalho, cultura e participação, e cuja gestão seja marcada pela integração e pela transversalidade. É recomendável que o novo programa abrangente combine aceleração escolar, capacitação profissional e o engajamento em ocupações sociais remuneradas: trabalho comunitário, cuidados ambientais, alfabetização, campanhas de saúde e inúmeras modalidades de convivência solidária e acesso ao esporte, lazer e bens culturais. Não é recomendável que esse programa abrangente centralize todo o leque de ações hoje dirigidas à juventude, o que resultaria em gigantismo, morosidade burocrática e provável engessamento de uma questão que tem na diversidade seu elemento central. Mas ele deverá valer como uma espécie de carro-chefe interligando todas as iniciativas com sinergia, complementaridade, flexibilidade e conexões dinâmicas.”

Trata-se de um programa emergencial destinado a jovens de 18 a 24 anos que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do ensino fundamental e que não tenham vínculos formais de trabalho. Seu objetivo é proporcionar uma formação integral por meio de uma efetiva associação entre: elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao

desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. O ProJovem é oferecido na forma de curso, com a duração: 12 meses ininterruptos e como incentivo à participação do jovem, oferece um auxílio-financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 ao jovem que cumprir as condicionalidades.

O Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Educação, e atendendo à sugestão da União Nacional dos Estudantes (UNE), relançou, em janeiro, em Tabatinga – Amazonas, o Projeto Rondon. Trata-se de uma iniciativa que busca levar estudantes universitários e professores a comunidades isoladas e carentes no interior do País, na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e ampliem o bem-estar comunitário.

O Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Lei nº 11.180, de 23 de setembro, cria o Programa Escola de Fábrica que oferece cursos de iniciação profissional no próprio ambiente das empresas a jovens de 16 a 24 anos, matriculados na rede pública de ensino fundamental ou médio ou nos programas educacionais do governo federal e tenham renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo. É oferecido na forma de curso, dividido em três módulos: o primeiro, de 120 horas, revisa conteúdos do ensino básico; o segundo, de mesma duração, versa sobre cidadania e questões trabalhistas; o último, com 360 horas destina-se a formação e prática profissional. Os alunos que cumprirem as condicionalidades do Programa recebem auxílio-financeiro no valor mensal de R\$ 150,00.

Também, no MEC, são instituídos o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com o objetivo de ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a jovens e adultos trabalhadores que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular e o Programa Saberes da Terra, com intuito de dar escolaridade gratuita aos jovens de 15 a 29 anos, filhos de agricultores e pescadores de comunidades quilombolas, assentamentos, escolas itinerantes e pequenas comunidades rurais, que não tiveram oportunidade de cursar o ensino fundamental na idade padrão. O calendário escolar é adaptado às condições climáticas e ao ciclo agrícola e o currículo é contextualizado às características do campo.

O Programa Juventude e Meio Ambiente foi lançado no início de 2005 pelo Ministério do Meio Ambiente e propõe o fortalecimento das organizações juventude a partir de 5 eixos: fortalecimento organizacional, educação ambiental, empreendedorismo/geração de trabalho e renda sustentáveis, participação política e educomunicação.

O Ministério da Saúde (MS) disponibilizou para consulta pública a proposta da Política Nacional de Atenção à Saúde Integral de Adolescentes e Jovens. Também realizou um encontro com mais de 40 organizações juvenis para discutir a medida.

No âmbito legislativo, instalou-se, em março, a Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude. Em seu planejamento, a Comissão optou por realizar um conjunto de audiências com representantes da sociedade civil e do governo. Ao todo, foram realizadas nove audiências entre os meses de agosto e dezembro.²⁶

No mês de março, o Banco Mundial, em parceria com as Agências do Sistema das Nações Unidas e a Secretaria Nacional de Juventude da SG-PR, promoveu o Vozes Jovens II. O principal objetivo era aprofundar o debate sobre os desafios da Política Nacional de Juventude e as Metas do Milênio e teve a participação de 250 lideranças jovens. Durante o encontro, foi criada a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (Renaju), com o objetivo de sistematizar as reivindicações do setor, acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas públicas nessa área. A entidade congrega 35 organizações não-governamentais.

Também em março aconteceu em Brasília, promovido pela Organização Brasileira de Juventude, o Encontro Nacional de Gestores Jovens, com dinâmica de seminário para discutir a importância de atuar em rede na construção de novos paradigmas para as políticas públicas. Esta atividade foi o ato inaugural da Rede Nacional de Gestores Jovens que tem como objetivo estabelecer uma rede de contato entre gestores públicos jovens de todo o País.

²⁶ Em agosto ocorreu a primeira audiência pública, com a exposição do Diretor-Presidente da empresa de consultoria Modus Faciendi e Conselheiro nas Fundações Abrinq, Andi e Instituto Ayrton Senna. Em setembro, ocorreu a audiência pública sobre o tema “Bem-Estar Juvenil”, com exposição do Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Coordenadora da Área de Saúde do Adolescente e do Jovem do Ministério da Saúde. No mês de outubro, ocorrem três audiências públicas, a primeira discutiu o tema “Emancipação Juvenil – Formação para o Trabalho e Garantia de Emprego e Renda”, com a apresentação da Vice-Presidente da Confederação Nacional de Jovens Empresários; a segunda “Emancipação Juvenil – Meio-Ambiente” contou com apresentações da Pró-Reitora de Natureza e Meio-Ambiente da Unipaz, de representante do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico e com uma representante da Rede da Juventude pelo Meio-Ambiente; a terceira “Desenvolvimento da Cidadania e Organização Juvenil – Formação da Cidadania”, com exposição da Secretária-Adjunta Nacional de Juventude. Em novembro, duas audiências públicas foram realizadas: a primeira, com explanação da Diretora Executiva do Instituto Souza Cruz, Letícia Sampaio, sobre o tema Jovem Rural; a segunda, com o Diretor de Política de Trabalho e Emprego de Juventude, do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre o tema “Formação para o Trabalho e Garantia de Emprego e Renda. No mês de dezembro ocorreu a última audiência pública do ano, com a temática: “Formação para o Trabalho e Garantia de Renda”, com apresentação do representante da Rede Sou de Atitude.

Em abril, a União Nacional dos Estudantes promoveu, em São Paulo, o 2º Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, no qual foi aprovado uma Carta²⁷ com reivindicações e propostas para a política nacional de juventude. A principal demanda do grupo foi a ampliação da participação da juventude nos processos de construção das políticas públicas:

[...] Neste documento queremos chamar a atenção para uma questão indispensável para o sucesso de uma política nacional de juventude, sem a qual não se pode falar em estratégia de desenvolvimento, democracia e eficácia na utilização de recursos públicos, muito menos em reconhecimento do papel que a juventude brasileira desempenhou ao longo da história e neste processo recente de discussão e elaboração destas políticas públicas: a participação da juventude. (Une, 2005, p. 2)

Neste mesmo mês, a Ação Educativa e o Ibase promoveram, em Brasília, o Seminário “*A participação juvenil no desenho das políticas públicas: um diálogo sobre os conselhos de juventude*”. O encontro, que reuniu cerca de 40 pessoas, se propunha a discutir as formas de relação entre Estado e sociedade civil.

Em junho, realizou-se, em Belo Horizonte, o “*Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças*”, organizado pelo Sistema ONU e Governo Brasileiro – Instituto Cidadania, Secretaria Nacional de Juventude da SG-PR e Prefeitura de Belo Horizonte, para que 80 delegados, dois de cada país da América Latina e do Caribe e 40 do Brasil, debatessem a implementação da 8 Metas de Desenvolvimento do Milênio.

A Fundação Kellogg promoveu, em junho, em São Paulo, conferência com o tema “*Associando-se à Juventude para Construir o Futuro*” (THOMPSON, 2006). Participaram do evento mais de 250 pessoas, entre representantes de organizações sociais latino-americanas, jovens participantes de projetos apoiados pela Fundação e membros da diretoria internacional da entidade. Pretendia-se, consoante os trabalhos realizados pela Fundação no país, mobilizar os parceiros em torno do tema da juventude, com a ênfase em proposições, nas quais o jovem fosse o protagonista”.

Com relação às publicações, o Instituto Cidadania (IC) e a Fundação Perseu Abramo (FPA) lançam a obra *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*²⁸, na qual diversos estudiosos analisam a pesquisa nacional sobre juventude divulgada no ano anterior. Segundo Silva (2005, p. 396), “a publicação tem o objetivo de prover elementos para a tomada de decisões e implementação de medidas políticas que permitam a expansão da cidadania dos jovens por meio da divulgação das demandas juvenis”.

²⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/secgeral/juventude/arquivos_projovem/carta_aberta.pdf Acesso em: 3 jan. 2008.

A Ação Educativa divulgou “*Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*” (FREITAS, 2005), que realiza uma revisão de literatura acerca desses conceitos nos âmbitos da sociologia e da psicologia e “*Diálogos com o Mundo Juvenil: subsídios para educadores*” (CORTI, SOUZA, 2005). O Ibase e o Pólis apresentaram o Relatório da “*Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*” (2005) e a Unesco, “*Mortes Matadas por armas de fogo no Brasil de 1979 a 2003*” (WAISELFISZ, 2005) e “*Mapa da Violência de São Paulo*” (WAISELFISZ, ATHIAS, 2005).

Quadro 23 – Resumo das Principais Atividades em 2005 por ator/campo

(continua)

Atividade	Ator	Campo
Divulgação da Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens	OIJ	Organismo Internacional
Relatório Mundial de Juventude 2005	ONU	Organismo Internacional
Criação da Secretaria Nacional de Juventude	Presidente da República	Poder Público
Criação do Conselho Nacional de Juventude	Presidente da República	Poder Público
Criação do ProJovem	SG-PR, MEC, MTE e MDS	Poder Público
Relançamento do Projeto Rondon	MEC e MD	Poder Público
Criação do Escola de Fábrica	MEC	Poder Público
Criação do ProEja	MEC	Poder Público
Criação do Programa Juventude e Meio Ambiente	MMA	Poder Público
Consulta Pública sobre Política Nacional de Atenção à Saúde Integral de Adolescentes e Jovens	MS	Poder Público
Criação da Comissão Especial sobre Plano Nacional de Juventude	Legislativo	Poder Público
Vozes Jovens II	Banco Mundial, ONU e SG-PR	Organismo Internacional e Poder Público
Criação da Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (Renaju)	Diversas Entidades	Sociedade Civil
Realização do Encontro Nacional de Gestores Jovens	OBJ	Sociedade Civil
Realização do 2º Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis	UNE	Sociedade Civil

²⁸ A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, realizada em 2003, fruto de uma parceria entre o Instituto Cidadania, o Sebrae e o Instituto Hospitalidade. Ver Abramo e Branco, 2005.

Quadro 17 – Resumo das Principais Atividades em 2005 por ator/campo

(conclusão)

Realização do Seminário A participação juvenil no desenho das políticas públicas: um diálogo sobre os conselhos de juventude	Ação Educativa e o Ibase	Sociedade Civil
Realização do Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças	ONU, SG-PR e Prefeitura de BH	Organismo Internacional e Poder Público
Realização do Seminário Associando-se à Juventude para Construir o Futuro	Fundação Kellog	Sociedade Civil
Divulgação do livro Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional	IC e FPA	Sociedade Civil
Publicação dos estudos Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais e “Diálogos com o Mundo Juvenil: subsídios para educadores	Ação Educativa	Sociedade Civil
Apresentação dos resultado da “Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”	IBASE/PÓLIS	Sociedade Civil
Publicações "Mortes Matadas por armas de fogo no Brasil de 1979 a 2003" e “Mapa da Violência de São Paulo”.	Unesco	Organismo Internacional

Fonte: Elaboração da autora

2006

A Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) promoveram a primeira edição do Prêmio Juventude, com o tema “*Juventude e Políticas Públicas*”. A iniciativa, dividida em três categorias, premiou estudantes de pós-graduação, graduação e do ensino médio que estejam matriculados ou já tenham concluído o curso. Os prêmios variaram entre R\$ 10 mil e R\$ 2 mil. A solenidade de Premiação realizou-se, em julho, durante a 58ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Florianópolis/Santa Catarina.

O Banco Mundial, em 10 de novembro de 2006, por meio do projeto “*Apostando na Juventude do Brasil*”, efetuou uma doação no valor de US\$ 351.594,00 para a Secretaria Nacional de Juventude da SG-PR, para articular e integrar as políticas públicas de juventude em nível federal, municipal e estadual, além de capacitar institucionalmente a nova Secretaria.

O Conselho Nacional de Juventude, para dar qualidade e agilidade às suas ações, dividiu-se em três Câmaras Temáticas: Desenvolvimento Integral: educação, trabalho, cultura e tecnologias da informação; Qualidade de Vida: saúde, meio ambiente, esporte e lazer; Direitos Humanos: vida segura e respeito à diversidade. O trabalho dessas Câmaras resultou

no livro *"Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas"* (NOVAES et al., 2006), lançado durante seminário nacional, realizado em novembro desse ano. O livro apresenta diagnósticos e recomendações para as três áreas.

No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criou-se o programa Juventude Cidadã. Trata-se de iniciativa muito semelhante aos Consórcios Sociais da Juventude que oferece formação em cidadania e direitos humanos, qualificação social e profissional, prestação de serviços voluntários à comunidade, estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho. A diferença está na forma de implementação, enquanto nos Consórcios são realizadas parcerias com entidades da sociedade civil, o Juventude Cidadã privilegia a relação com os entes federados, tanto Estados quanto municípios.

Os trabalhos da Comissão Especial, criada para discussão do PL nº 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude, continuaram nesse ano. No mês de março realizou-se uma audiência pública sobre o tema com as juventudes partidárias (PT, PDT, PMDB, PSDB, PP, PPS, PC do B, PSC e PL) e nos dias 30 e 31, ocorreu, no auditório da Câmara dos Deputados, o Seminário Nacional de Juventude para apresentação das contribuições ao texto do projeto pelos delegados indicados nos 26 seminários estaduais realizados, e no Distrito Federal, no período de novembro de 2005 a março de 2006.

Na campanha presidencial, novamente os dois principais candidatos Lula e Alckmin apresentaram propostas para juventude. O Partido dos Trabalhadores inclusive chegou a preparar um Programa Setorial de Juventude 2007-2010 o qual, além de realizar um balanço do primeiro mandato, apresenta as diretrizes e metas para o próximo período, estruturadas em cinco eixos:

- Juventude como Política de Estado e construção de um Sistema Nacional de Políticas de Juventude;
- Articulação das Políticas Universais, Emergenciais e Específicas;
- Educação e Trabalho: uma nova combinação;
- Participação, Democracia e Cidadania
- Vida Segura, Políticas Afirmativas e Bem-Estar Juvenil.

O Ibase enviou para os candidatos o documento *"Diálogo nacional para uma política pública de juventude"* que, a partir dos resultados da investigação, realizada entre julho de 2004 e novembro de 2005, apresenta subsídios para novas políticas, estratégias e ações públicas voltadas para a juventude.

Em Brasília, realizou-se a II Conferência Nacional Infante-Juvenil do Meio Ambiente, com a presença de mais de 700 adolescentes para dialogar sobre o tema, e em Santa Catarina ocorreu I Encontro Ibero-Americano de Juventude pelo Meio Ambiente.

Novamente em Brasília aconteceu o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, no qual foi publicada uma Carta²⁹ endereçada ao Presidente Lula que afirma: “sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo” (Pastoral da Juventude Rural, 2006, p. 1).

A Unesco lançou a publicação *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (ABRAMOVAY, CASTRO, 2006) em que pela primeira vez incorporou a faixa-etária de 25 a 29 anos em seus estudos sobre a juventude. Também divulgou o “*Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil*” (WASELFISZ, 2006).

Quadro 24 – Resumo das Principais Atividades em 2006 por ator/campo

Atividade	Ator	Campo
Realização da primeira edição do Prêmio Juventude	SG-PR e MCT	Poder Público
Doação do Banco Mundial para a SG-PR - “Apostando na Juventude do Brasil	Banco Mundial	Organismo Internacional
Realização do Seminário Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas e divulgação de publicação com mesmo título	Conjuve	Poder Público e Sociedade Civil
Criação do Juventude Cidadã	MTE	Poder Público
Divulgação do Documento Diálogo nacional para uma política pública de juventude”	IBASE	Sociedade Civil
II Conferência Nacional Infante-juvenil do Meio-Ambiente	MMA e MEC	Poder Público
II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural	PJR	Sociedade Civil
Publicações Juventude, Juventudes: o que une e o que separa e Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil”.	Unesco	Organismo Internacional

Fonte: Elaboração da autora

2007

A Secretaria-Geral, em fevereiro, retomou o Grupo Interministerial de Juventude, a partir de uma solicitação do Presidente da República que reafirmou o desejo de que os

²⁹ Disponível em <http://www.casadajuventude.org.br/media/documentopjr.doc> Acesso em: 17 jan. 2008.

programas de juventude do governo federal tenham maior escala, maior integração operacional e maior impacto político e social. O diagnóstico foi muito parecido com o de 2004: grande número de ações destinadas aos jovens, com superposição em algumas áreas.

No entanto, desta vez optou-se por reunir um menor número de ministérios. Participaram das primeiras reuniões a Secretaria-Geral, o Ministério do Trabalho e Emprego, da Educação e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como a Casa Civil e o Ministério do Planejamento. À luz dos dados atualizados e dos programas existentes – ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica – procurou-se identificar as complementaridades e as possibilidades de integração.

Definiu-se que o Agente Jovem, que passou a chamar ProJovem Adolescente, teria como foco os jovens-adolescentes, isto é, aqueles com idade entre 15 e 17 anos e seria reformulado, no sentido de incorporar uma introdução ao mundo do trabalho. Relatório de avaliação disponibilizado pelo MDS apontou que uma das principais críticas ao programa era o fato de não oferecer qualquer ligação entre as atividades desenvolvidas e o mundo do trabalho. Outra importante modificação no Agente Jovem diz respeito ao auxílio-financeiro. Desde quando foi criado, em 2000, os jovens participantes recebiam uma bolsa no valor de R\$ 65,00 – originalmente, esse valor correspondia a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Contudo, para dar escala ao programa, optou-se por extinguir esse repasse e criar, no âmbito do Bolsa-Família, uma nova modalidade de repasse, destinada àqueles que continuam na escola. Uma discussão que ocorreu no grupo foi se a quantia de R\$ 30,00 deveria ser transferida para a família, assim como os demais benefícios, ou se iria diretamente para o jovem. Como o principal objetivo é manter o jovem na escola, definiu-se que o repasse será feito direto para ele, mas, para não prejudicar a família, caso o mesmo não freqüente às aulas, haverá um controle em separado de suas condicionalidades.

Em relação ao ProJovem, três grandes modificações. Em primeiro lugar, a faixa etária foi ampliada, passou de 18 a 24 anos para 18 a 29. O objetivo foi adequar o Programa aos limites etários da política nacional de juventude. A segunda diz respeito à escolaridade: anteriormente, para participar o jovem deveria ter concluído a 4ª série; agora basta que saiba ler e escrever. Com estas alterações, seu tempo de duração alterou-se, passou de 12 para 18 meses. A última mudança foi a criação do ProJovem Campo, a ser executado pelo Ministério da Educação. O MEC já desenvolvia, desde 2005, em caráter experimental, o Programa Saberes da Terra, que oferecia aos trabalhadores da agricultura familiar a possibilidade de concluir o ensino fundamental. Tendo por base essa experiência, foram feitas diversas

alterações no sentido de aproximá-lo do ProJovem. Assim sendo, o Saberes passará a ter um currículo integrado, baseado no tripé elevação da escolaridade, qualificação profissional e ação comunitária; será oferecido ao jovem um auxílio-financeiro no valor de R\$ 100,00; sua faixa etária abrangerá de 18 a 29 anos e sua duração será de 24 meses. Uma característica fundamental do Saberes a ser preservada é o sistema de alternância, que permite ao jovem conciliar o trabalho no campo com a escola.

Os programas de qualificação profissional, Consórcio Social, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica foram unificados e passaram a chamar ProJovem Trabalhador. Os critérios de participação foram padronizados, assim como o valor do auxílio-financeiro e a duração dos cursos. Poderão participar do programa jovens desempregados, com idade entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Os cursos de qualificação terão a duração de 600 horas/aula e os jovens que comprovarem à frequência receberão uma bolsa no valor de R\$ 100,00.

Em setembro, em cerimônia no Museu da República, houve o anúncio de todas essas modificações, com o lançamento do ProJovem Integrado. Com isso, todos aqueles seis programas passaram a se chamar ProJovem, dividindo-se em quatro modalidades: Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador. Embora com problemas, foi a primeira tentativa de integração. Cada Ministério será responsável por uma modalidade – MDS, SG-PR, MEC e MTE, respectivamente, sendo que a coordenação-geral competirá à Secretaria-Geral.

Na mesma ocasião, lançou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas, com o objetivo de ampliar a participação, fortalecer a rede social e institucional relacionada aos temas da juventude e identificar desafios e prioridades para atuação do Poder Público. A etapa nacional está prevista para 27 a 30 de abril de 2008 e as etapas subnacionais estão ocorrendo.

Atendendo a uma reivindicação do movimento e entidades juvenis, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) promoveu uma eleição para definição de seus representantes da sociedade civil, que recebeu 102 inscrições, das quais 30 foram habilitadas na categoria Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional, Fóruns e Redes da Juventude e Movimentos e Associações ou Organizações da Juventude de atuação local e outras 48 organizações foram habilitadas na categoria Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude.

Neste ano, o Brasil sediou, em janeiro, a I Reunião Especializada de Juventude no Mercosul. O evento aconteceu no Rio de Janeiro e reforça o papel de destaque que o país vem tentando construir no bloco.

Em relação às publicações, o Banco Mundial divulgou o estudo sobre os “Jovens em Situação de Risco no Brasil”³⁰ que concluiu que as situações de risco concentram-se em determinados grupos: os mais pobres e os negros. O documento propõe ainda o cálculo do Índice de Bem-Estar Juvenil, por Estado. Os Estados em pior situação são o de Pernambuco e de Alagoas e os em melhor, Santa Catarina e Distrito Federal.

A Unicef lançou, durante reunião do Conselho Nacional de Juventude, a publicação “*Adolescentes e Jovens do Brasil: participação social e política*” (2007). Trata-se de uma pesquisa com 3.010 jovens entre 15 a 19 anos de capitais e do interior de todas as regiões do País, com recorte de renda e raça, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) para a Unicef, Instituto Ayrton Senna e a Fundação Itaú Social. A pesquisa permite avaliar o acesso dessa faixa da população a direitos básicos, as expectativas em relação ao governo, família, comunidade e a disposição dos jovens em colaborar para as transformações sociais.

A Organização das Nações Unidas publicou o “*Relatório Mundial sobre a Juventude 2007: a transição dos jovens à idade adulta*” (2007). De acordo com o relatório, o investimento na juventude melhorou em todas as regiões do planeta nos últimos anos, e se estendeu o acesso dos jovens à educação; no entanto, a persistência da pobreza limita as perspectivas de futuro de muitos desses jovens quando atingem a idade adulta.

A Unesco, junto a Secretaria-Geral e o MEC, divulgou “Juventude e Contemporaneidade” que traz uma coletânea de artigos sobre o tema. Dois artigos são inéditos e os outros correspondem a uma republicação de contribuições originalmente disponibilizadas na Revista Brasileira de Educação em 1997.

Quadro 25 – Resumo das Principais Atividades em 2007 por ator/campo

Atividade	Ator	Campo
Retorno do Grupo Interministerial de Juventude	SG-PR e 6 Ministérios	Poder Público
Lançamento do ProJovem Integrado	SG-PR e 6 Ministérios	Poder Público
Lançamento da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas	SG-PR	Poder Público
Realização da I Reunião Especializada de	Brasil e demais	Poder Público

³⁰ Conceito de Jovem em Situação de Risco: aqueles que, pela presença de determinados fatores em suas vidas, podem ser levadas a assumir comportamentos ou experimentar eventos danosos para si mesmas e suas sociedades, como repetição escolar, abandono precoce da escola, ociosidade, uso de drogas, comportamento violento, iniciação sexual precoce e práticas sexuais arriscadas. Ver Cunningham, 2005.

Juventude no Mercosul	países do mercosul	
Publicação Jovens em Situação de Risco no Brasil	Banco Mundial	Organismo Internacional
Publicação Adolescentes e Jovens do Brasil: participação social e política	Unicef	Organismo Internacional
Relatório Mundial sobre a Juventude 2007: a transição dos jovens à idade adulta	ONU	Organismo Internacional
Juventude e Contemporaneidade	Unesco, SG-PR e MEC	Organismo Internacional e Poder Público

Fonte: Elaboração da autora

5.4) LINHAS DO TEMPO – 1997-2007

Para facilitar a visualização, foram construídas duas linhas do tempo, obedecendo à divisão temporal realizada no capítulo – 1997-2002 e 2003-2007.

Poder Público

Sociedade Civil, Oeganismos Internacionais e Universidade

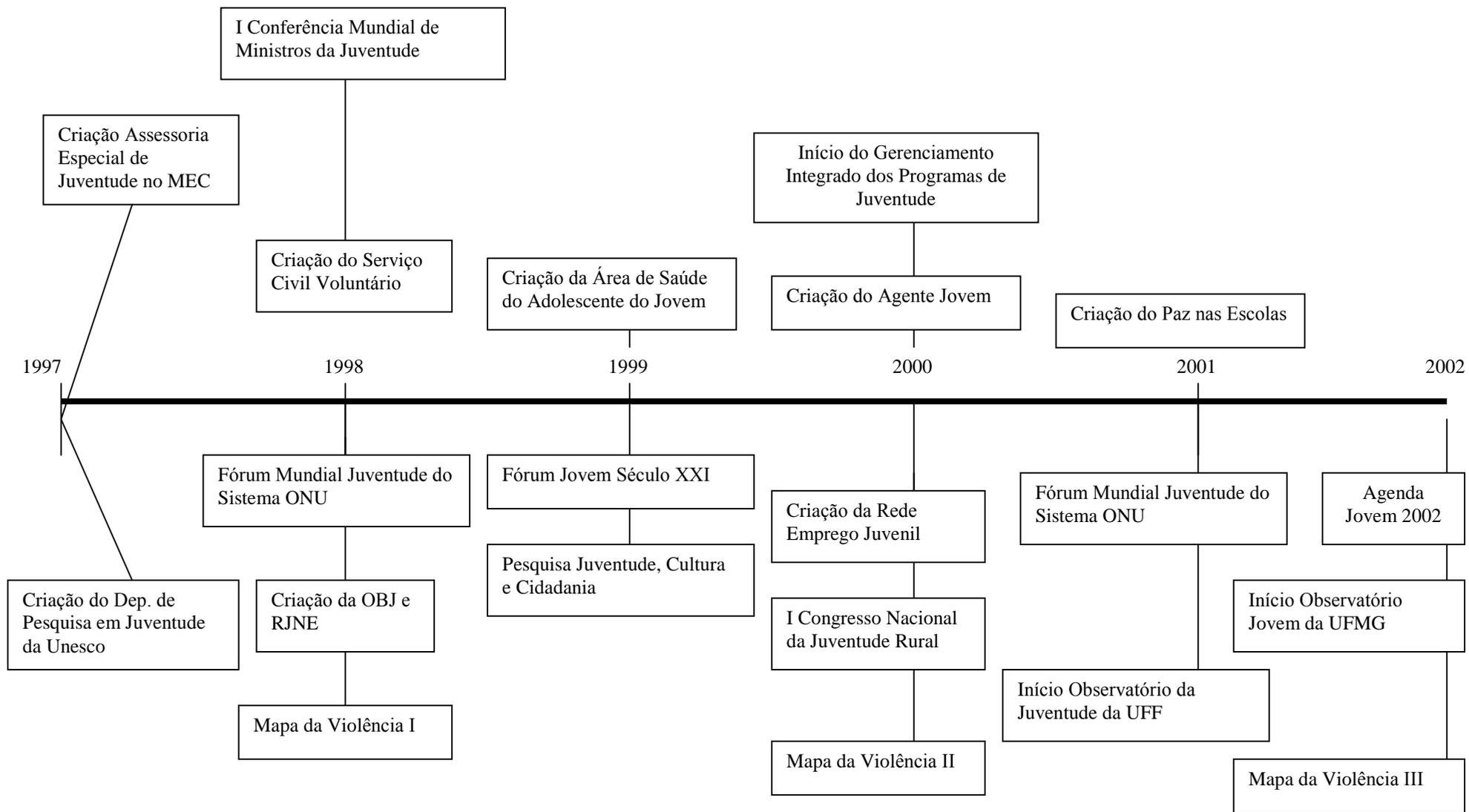


Figura 08 – Linha do Tempo – 1997-2002

Fonte: Elaboração da Autora

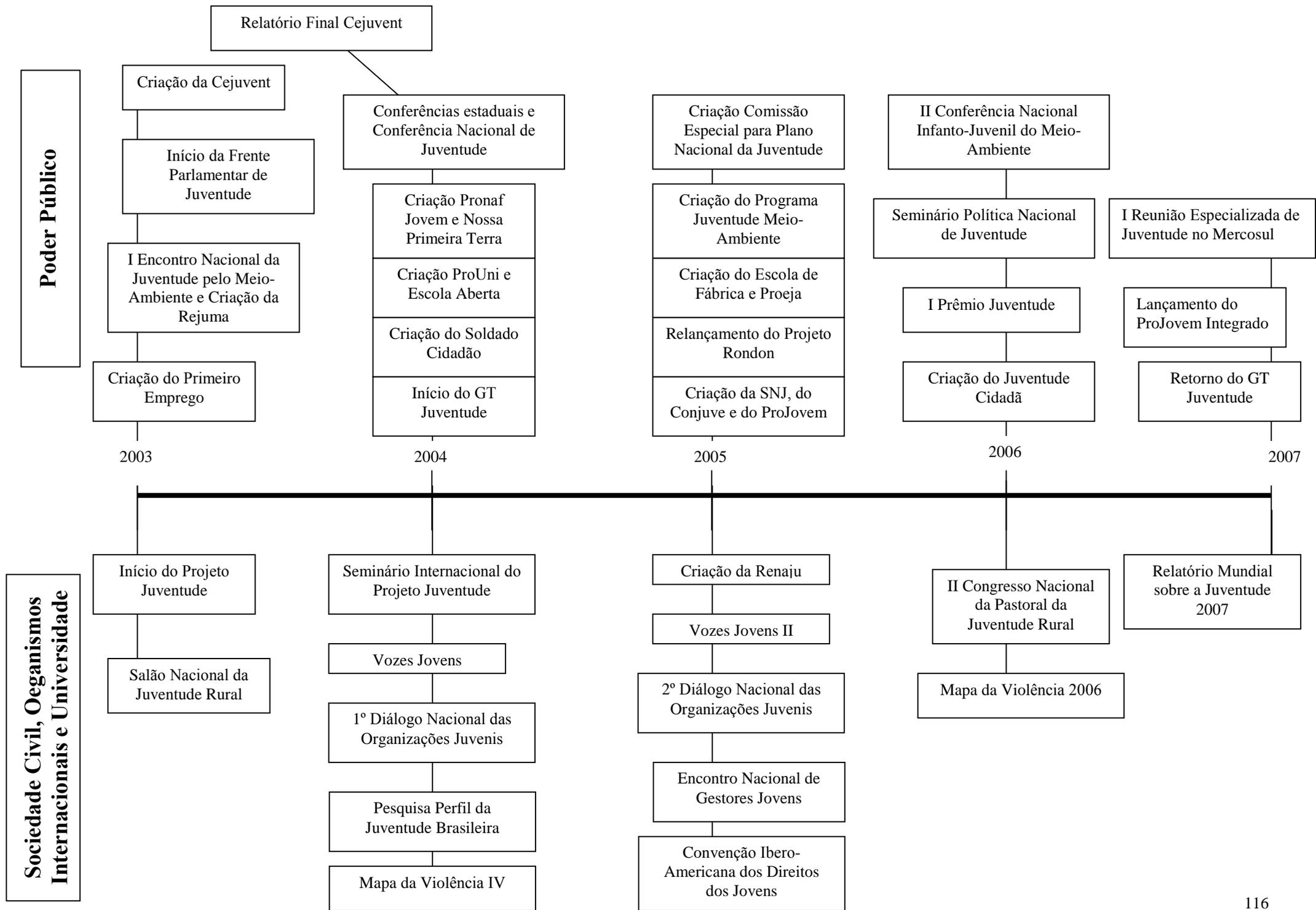


Figura 09 – Linha do Tempo –2002-2007

Fonte: Elaboração da Autora

Ressalta-se que as informações apresentadas no capítulo 4, em especial os paradigmas formulados por Krauskpof (2003) se fazem presentes em muitas das propostas apresentadas neste capítulo, tanto no que se refere às políticas públicas quanto às recomendações das entidades da sociedade civil e dos organismos internacionais.

A seguir, tendo por base a linha do tempo construída neste capítulo e a revisão de literatura realizada no anterior, parte-se para aplicação do modelo de análise de redes sociais.

6. APLICAÇÃO DO MODELO

Neste capítulo, a partir da aplicação do método de análise de redes sociais, realiza-se o estudo da estrutura social formada pelos vínculos entre os atores que participaram (e ainda participam) da construção das políticas de juventude.

As informações, os resultados e as conclusões são apresentados em cinco seções, sendo que da primeira à quarta série, têm-se a aplicação da metodologia para os quatro momentos selecionados e, na última seção, procede-se a uma comparação temporal entre os quatro períodos:

- Tempo 1 (T1): Fórum Jovem Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade (1999);
- Tempo 2 (T2): Seminário Políticas de Juventude em Pauta (2002);
- Tempo 3 (T3): Seminário Internacional do Projeto Juventude (2004);
- Tempo 4 (T4): Seminário Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (2006).

Para cada uma das seções, apresentam-se os atores que foram considerados, bem como o campo a que pertenciam. Em seguida, consideram-se as propriedades estruturais da rede, tais como: tamanho, densidade e conectividade. O próximo passo consiste na discussão das medidas de centralidade.

Essa análise, associada à reconstrução do ambiente institucional, realizada no Cap. 5, permitirá que se identifiquem e se analisem os padrões nos processos de interação social e se observem as mudanças ocorridas ao longo do tempo nesta rede.

6.1) ANÁLISE DA REDE EM T1

No ano de realização do Fórum Jovem Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade (1999), dos 31 atores mapeados inicialmente, 10 (32%) ainda não existiam e/ou não estavam envolvidos com o tema juventude – como, por exemplo, a Secretaria-Geral da Presidência República que, neste período, possuía um conjunto de atribuições muito distintas das que veio a assumir a partir de 2004, com a coordenação do Grupo Interministerial de Juventude. Os demais 21 atores foram considerados e seus vínculos estabelecidos.

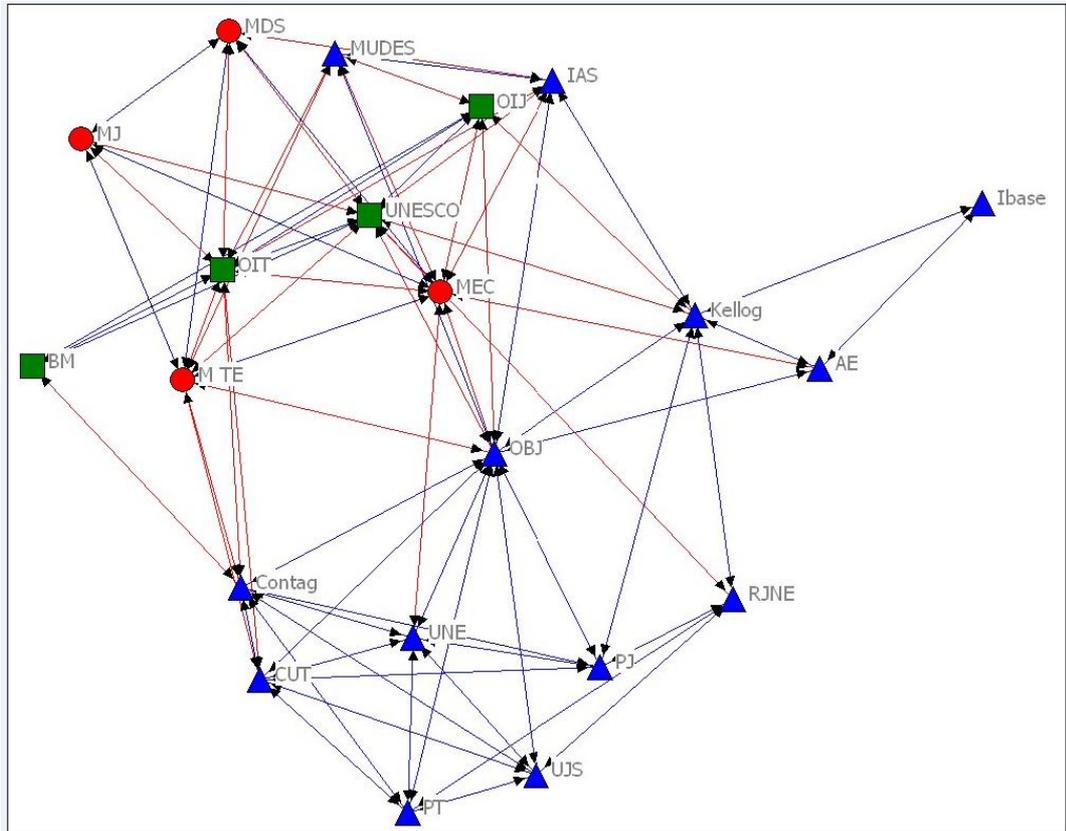


Figura 10 – Sociograma da Rede em T1

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

Dos 21 atores, quatro pertenciam à esfera do Poder Público – Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Justiça (MJ) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)³¹, os quais estão representados no gráfico pelos círculos vermelhos; treze eram da sociedade civil – União Nacional dos Estudantes (UNE), Organização Brasileira de Juventude (OBJ), Rede de Jovens do Nordeste (RJNE), Pastoral da Juventude (PJ), Ação Educativa (AE), Instituto (Ibase), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), Fundação Mudes (Mudes), Fundação Kellog (Kellog), Instituto Ayrton Senna (IAS), Partido dos Trabalhadores (PT) e União da Juventude Socialista (UJS), que correspondem aos triângulos azuis no sociograma; por fim, os quadrados verdes são organismos internacionais – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Banco Mundial (BM), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ).

A visualização da rede indica o papel central dos organismos internacionais, em especial a Unesco e a OIT, e das entidades da sociedade civil, responsáveis pela ligação entre os subgrupos da rede. Entre as instituições da sociedade civil, chama atenção o número de conexões da OBJ que, a partir de sua fundação em 1998, assumiu um papel de liderança na temática. Por outro lado, a entidade mais próxima dos atores governamentais foi a Mudes que, no período, estabeleceu intensa ligação com o MEC para o tema, chegando inclusive a representá-lo em fóruns internacionais. No âmbito do Poder Público, foi neste ministério que as primeiras iniciativas ocorreram, a exemplo da criação da Assessoria de Juventude em 1997.

Em relação às suas propriedades básicas, a rede em questão apresenta 210 possíveis ligações, quando se considera que não importa a ordem entre os atores de um par, ou seja, o par (an, aj) é igual ao par (aj, an) . Destas, 36,2% estão presentes – que indica uma densidade de 0.362. Essa medida equivale à proporção entre a quantidade de conexões presentes na rede e o total de elos possíveis. Uma rede com baixa densidade é aquela em que dentre os laços possíveis, diversos estão ausentes. Ao contrário, em uma rede densa, muitas das ligações possíveis estão presentes. Silva (2004) aponta que, em estudos realizados com matrizes randômicas, a maior parte dos sociogramas apresenta densidade de até 0.5. Nesse sentido, pode-se dizer que a rede das políticas de juventude em T1 era densa. O número médio de elos do Poder Público é 7.75, da sociedade civil 6.8, e dos organismos internacionais 8.25.

Outra medida importante é a distância geodésica, a qual indica o caminho mais eficiente entre dois atores. Essa medida, associada com a anterior, permite caracterizar a conectividade da rede. No estudo em questão, para que um ator alcance outro, são necessárias no máximo 3 conexões, o que indica uma rede compacta. A distância média entre eles é de 1.73, ou seja, um ator precisa percorrer um caminho de menos de dois vínculos para contatar outro. Do total de relações possíveis, 76 (36,2%) ocorrem por meio de um elo, 115 (54,8%) com dois elos e apenas 15 (10,0 %) precisam de três ligações.

No caso dos atores com o maior número de elos, OBJ (14), MEC (11), Unesco (11) e OIT (11), os três primeiros precisam apenas de 2 elos, para que toda a rede esteja acessível. A OIT, embora tenha o mesmo número de ligações que a Unesco e o MEC, precisa de 3 ligações para manter contato com o Ibase.

Para os atores com menor número de ligações, Ibase (2), Banco Mundial e Ação Educativa (4), apenas a última consegue alcançar todos os participantes da rede com dois elos, o Ibase, para contatar 11 atores, precisa de três vínculos e o Banco, em duas situações. Onde

³¹ O Ministério do Desenvolvimento Social, até 2002, não existia, e os programas e ações de assistência social eram implementados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (Mpas).

se conclui que a entidade da sociedade civil está mais bem posicionada que o organismo internacional.

As medidas anteriores sugerem que, nesta rede, a informação circula com relativa rapidez, porque existem caminhos (curtos) que conectam os atores. Isso possibilita que a informação flua de maneira mais direta e econômica, isto é, um novo estudo que seja produzido por um dos atores rapidamente poderá estar disponível para todos.

A Tabela 03 apresenta medidas de centralidade calculadas para cada ator, assim como a de eficiência proposta por Burt (1992):

Tabela 03 – Medidas por ator/campo em T1

Ator	Campo	Medidas Centralidade				Eficiência
		Grau	Intermediação	Informação	Proximidade	
MEC	P. Público	11	8.655	3.698	68.966	6.273
MDS	P. Público	6	0.219	2.801	52.632	1.667
MTE	P. Público	9	3.741	3.428	62.500	4.556
MJ	P. Público	5	0.000	2.564	51.282	1.000
OBJ	Soc. Civil	14	19.083	4.064	76.923	9.286
UNE	Soc. Civil	7	1.582	3.023	58.824	3.000
PJ	Soc. Civil	6	1.947	2.853	55.556	3.333
CONTAG	Soc. Civil	9	5.322	3.397	62.500	5.000
CUT	Soc. Civil	8	2.537	3.223	60.606	3.750
RJNE	Soc. Civil	5	2.108	2.595	55.556	3.800
AE	Soc. Civil	4	2.904	2.195	54.054	2.500
IBASE	Soc. Civil	2	0.000	1.337	40.816	1.000
IAS	Soc. Civil	7	1.829	3.095	60.606	3.286
KELLOG	Soc. Civil	8	9.816	3.237	62.500	5.500
MUDES	Soc. Civil	6	0.346	2.870	55.556	2.333
UJS	Soc. Civil	6	0.675	2.769	54.054	2.333
PT	Soc. Civil	6	0.675	2.769	54.054	2.333
UNESCO	Org. Int.	11	9.997	3.703	68.966	6.455
OIJ	Org. Int.	7	2.272	3.098	60.606	3.571
BM	Org. Int.	4	0.307	2.320	52.632	2.000
OIT	Org. Int.	11	6.510	3.661	66.667	6.455

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

A partir da centralidade de proximidade – que indica quais atores podem rapidamente contatar toda a rede, os atores que possuem essa característica são: OBJ, MEC, Unesco e OIT, cujas medidas variaram entre 76.923 e 66.667. Ressalta-se que, dentre as medidas calculadas, essa foi a que apresentou a menor amplitude, mínimo de 40.816 (Ibase) e máximo de 76.923 (OBJ), o que reforça o argumento sobre a conectividade da rede.

Quando se analisa a centralidade de intermediação, a qual permite identificar os atores que conectam os subgrupos, sobressaem-se: OBJ, Unesco e Kellog, com medidas variando entre 19.083 e 8.665. Neste caso, o valor atribuído à OBJ (19.083) é quase o dobro da medida da Unesco (9.997). O que sugere um alto grau de intermediação por parte deste ator. Destaca-se o papel da Kellog que, embora tenha um menor número de contatos diretos do que a Unesco, tem uma melhor posição por este critério, assim como a Ação Educativa que, com apenas 4 contatos diretos, está à frente de vários atores com 6 ou 7 ligações. Há, na rede, dois atores (MJ e Ibase) sem nenhum poder de intermediação, assim como outros oito com valores inferiores a 2.000 (MDS, PJ, AE, UJS, PT, CUT, Mudes e BM).

O exame destes dados reforçam a hipótese sobre o poder dos organismos internacionais e das entidades da sociedade civil que tem a possibilidade de controlar as informações que circulam e o trajeto que elas podem percorrer.

Por sua vez, a centralidade de informação apresentou resultado muito semelhantes à medida de proximidade, com destaque para OBJ, Unesco, MEC e OIT, que em função do alto índice os torna referência dentro da rede. Essa medida variou entre o mínimo de 1.337 (Ibase) e o máximo de 4.064 (OBJ).

Tais medidas são coerentes com a linha do tempo traçada no Capítulo 3. Foram os organismos internacionais e as entidades da sociedade civil que trouxeram o tema juventude para agenda, seja promovendo estudos, pesquisas e eventos, seja pressionando o Poder Público. A análise claramente identifica esses atores centrais como a OBJ e a Unesco, os quais tiveram intensa atuação no final dos anos 90. No âmbito do Poder Público, o primeiro ator a reconhecer a importância da temática foi o MEC, o que explica suas medidas.

A medida de eficiência, proposta por Burt, reforça a conclusão anterior. O ator que apresenta a rede mais eficiente, isto é, com menor número de contatos redundantes, é a OBJ (9.286), seguida por Unesco e OIT (6.445) e MEC (6.243).

Abaixo são apresentadas as *ego nets* para os dois principais atores: OBJ e Unesco, as quais evidenciam os papéis assumidos por essas instituições. As *ego nets*, ou então as redes egocentradas, podem ser definidas como o conjunto dos indivíduos que interagem com um determinado autor. A rede egocentrada na OBJ indica que a entidade articulou segmentos importantes da sociedade civil, como as juventudes partidárias, os movimentos sindicais e estudantil e a pastoral. Essa capacidade de mobilização decorre, em grande parte, do curso Formação de Gestores de Política de Juventude realizado no período entre 1998/1999 em seis capitais – Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Goiânia, Palmas e Brasília, do qual participaram, de acordo com a Organização, um total de 240 jovens dirigentes e técnicos de

organizações voltadas à juventude. Além disso, a Organização constituiu-se importante elo entre a sociedade civil e os organismos governamentais e o Poder Público. A rede egocentrada na Unesco evidencia seu papel de articulação dos ministérios e dos organismos internacionais.

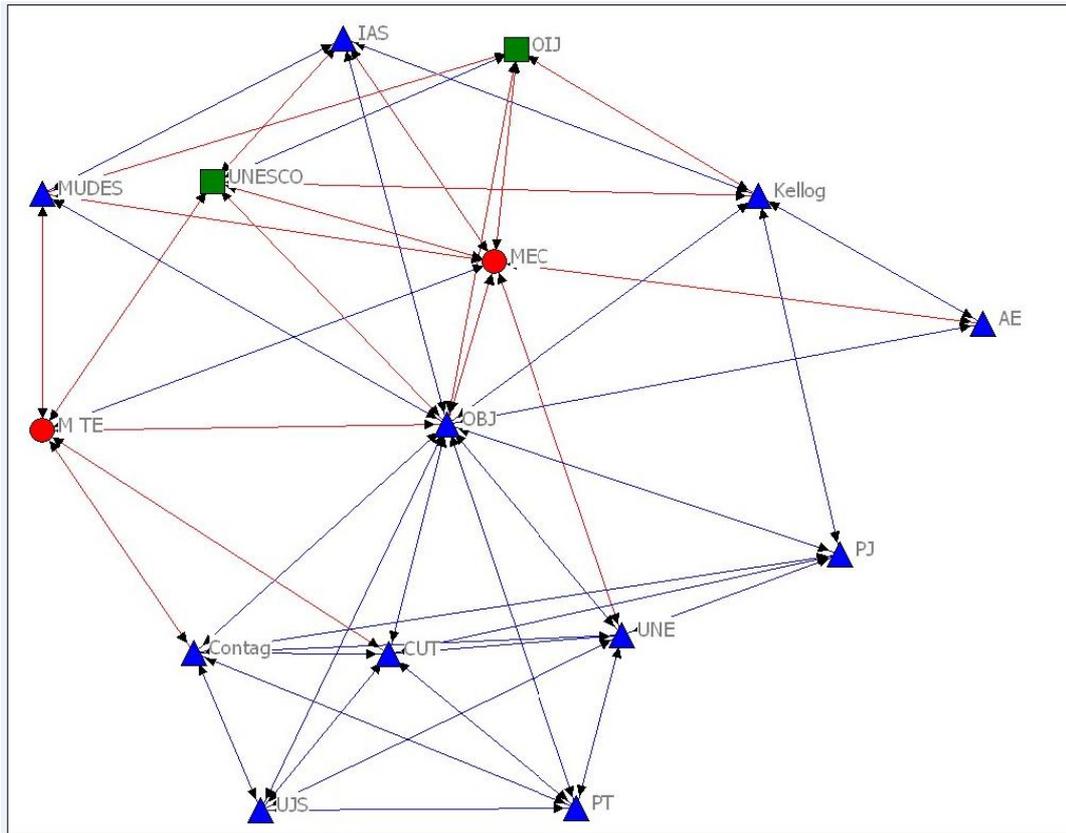


Figura 11 – Rede Egocentrada na OBJ

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

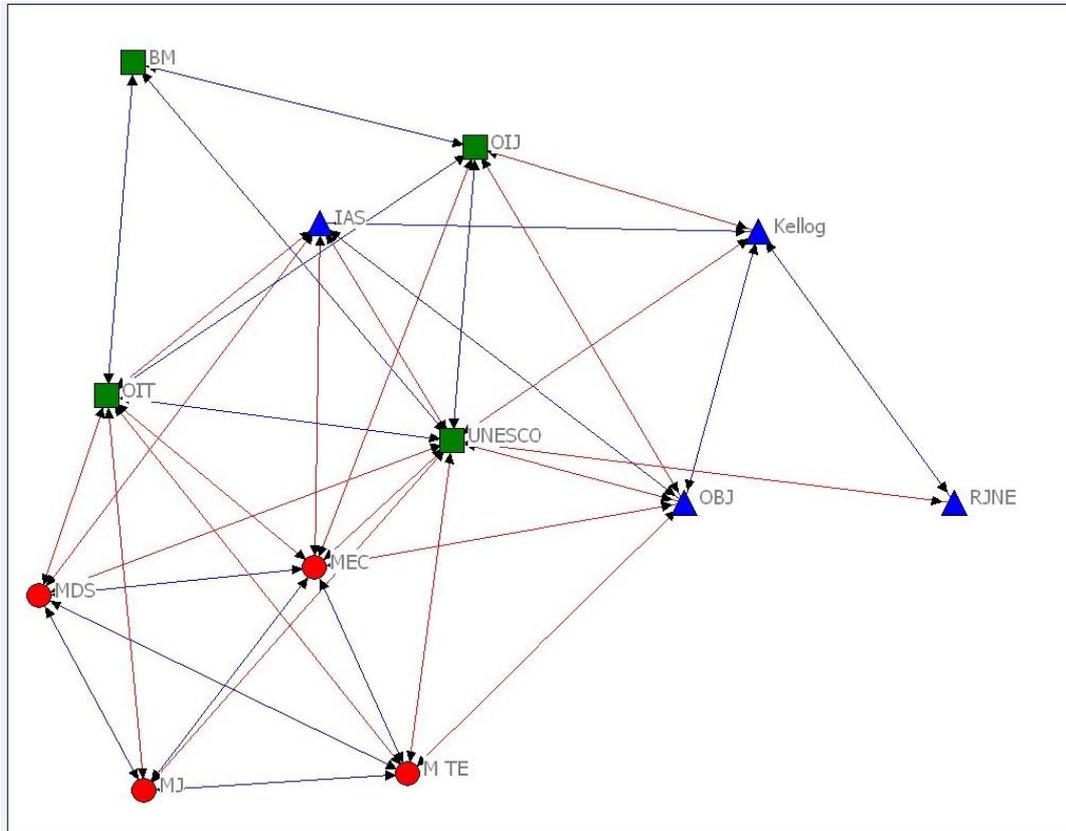


Figura 12 – Rede Egocentrada na Unesco

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

6.2) ANÁLISE DA REDE EM T2

Para análise em T2, selecionou-se o *Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, promovido pela Ação Educativa em parceria com a FES/Ildes em São Paulo, no ano de 2002. Dois novos atores foram acrescentados: o Observatório Jovem da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e o da Universidade Federal Fluminense – UFF, os quais iniciaram suas atividades no começo dos anos 2000. Portanto, da lista base de 31 atores, neste momento, serão analisados 23. Para facilitar a comparação, usaram-se as mesmas cores da seção anterior: vermelho para o Poder Público, azul para a sociedade civil e verde para os organismos internacionais, com o acréscimo da laranja para as universidades.

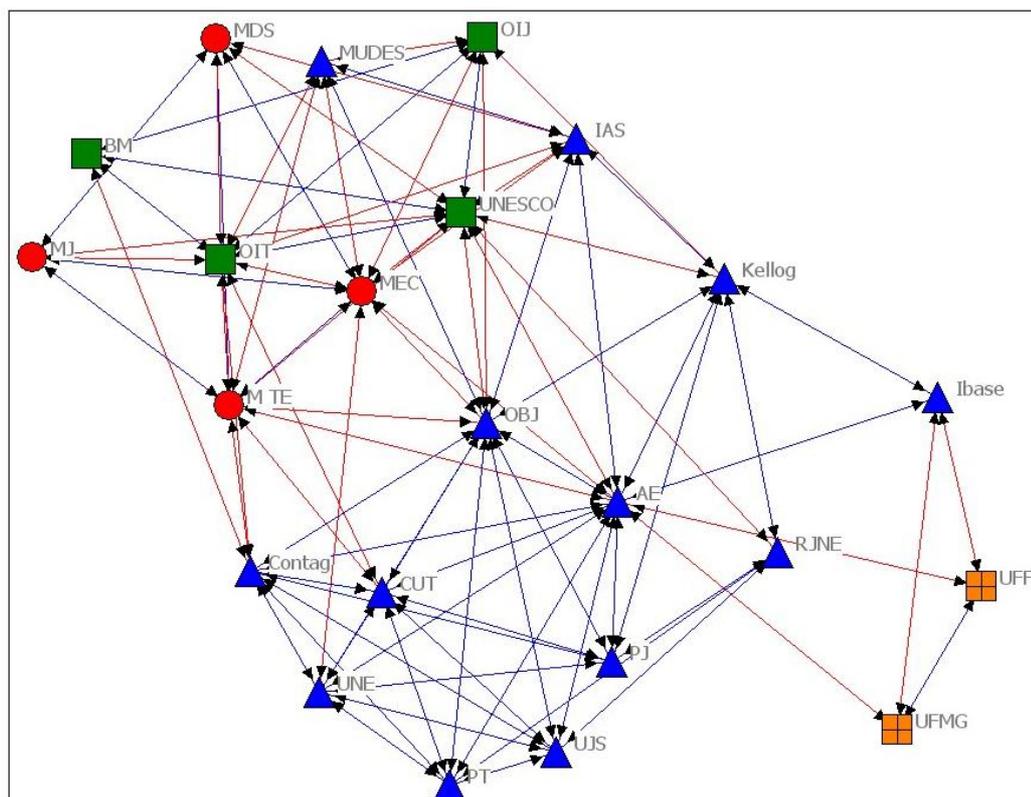


Figura 13 – Sociograma da Rede em T2

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

A visualização da rede nos mostra que OBJ, Unesco e MEC continuam a ter um papel central; no entanto, outros atores despontam, como a Ação Educativa e o Ministério do Trabalho e Emprego. Neste momento, a articulação das entidades da sociedade civil não está mais concentrada na OBJ, também a AE desempenha esse papel. E, no caso do Poder Público, embora muito voltado para a questão do emprego juvenil, o MTE assume importante papel no setor público. Os dois atores novos, os Observatórios da UFMG e UFF, somente mantêm relações diretas com as entidades da sociedade civil.

Outro ponto interessante, melhor visualizado quando se utiliza o *layout* que evidencia os principais componentes da rede, é a proximidade entre os Ministérios e os organismos internacionais que, neste momento, é muito maior que entre os campos Poder Público e sociedade civil.

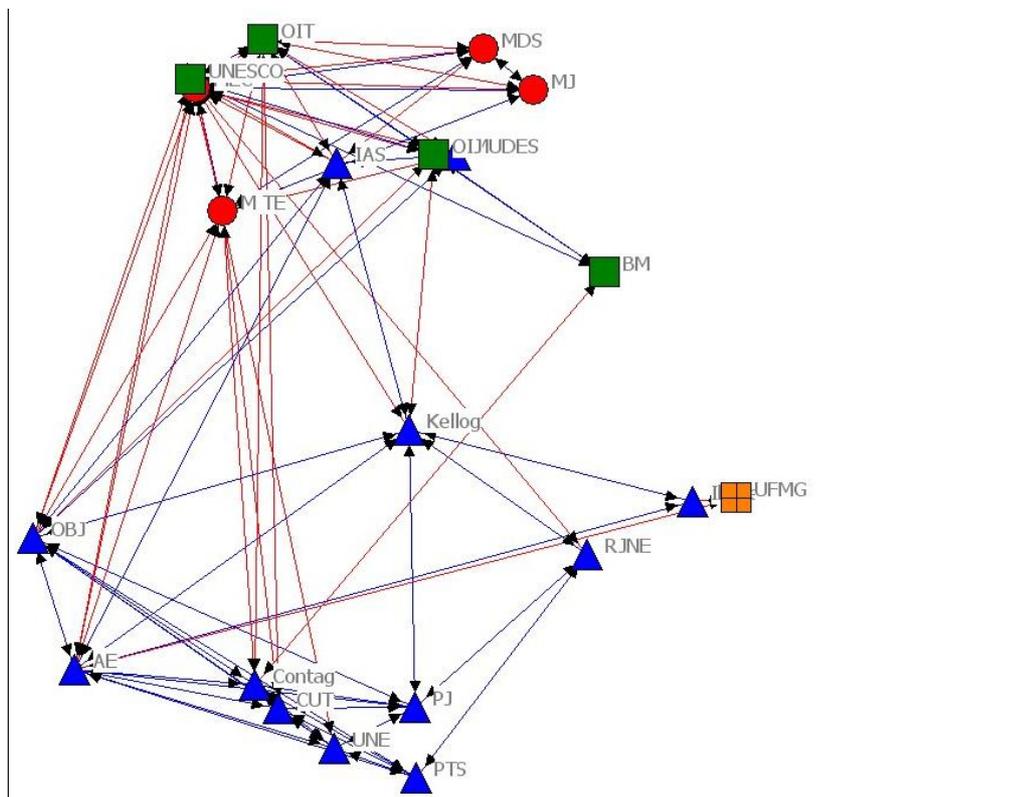


Figura 14 – Sociograma da Rede em T2 – Principais Grupos

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

Quanto às suas propriedades básicas, a rede em T2 apresenta uma densidade de 0.356, não muito diferente da anterior, 0.362, o que mantém a caracterização como uma rede densa. A distância geodésica também foi muito semelhante à anterior, 1.75 em T2 e 1.73 em T1. Com a ampliação do número de atores, agora são factíveis 253 interações, das quais 90 são elos diretos (35,6%), 137 (54,2%) ocorrem com dois elos e 26 (10,2%) precisam de três conexões. O número médio de elos do Poder Público é 8.0, da sociedade civil 8.3, dos organismos internacionais 8.5 e das universidades 1.5.

Dos atores com o maior número de elos, AE (15), OBJ (14), Unesco (12), MEC e OIT (11), os quatro primeiros precisam de dois elos para que toda a rede esteja acessível. Por esse critério, novamente apenas a OIT precisa de três ligações, só que agora é para manter contato com o Ibase, o Observatório UFMG e o Observatório UFF. O Ibase, embora tenha dobrado o número de elos diretos, passou de 2 para 4, continua, ao lado do Banco Mundial, tendo a maior necessidade de três ligações.

As medidas indicam que a rede não sofreu grandes alterações estruturais neste período e conservou sua principal característica, qual seja, a grande conectividade, com o predomínio de curtas distâncias entre os atores.

Tabela 4 – Medidas por ator/campo em T2

Ator	Campo	Medidas Centralidade				Eficiência
		Grau	Intermediação	Informação	Proximidade	
MEC	P. Público	11	5.556	3.702	66.667	5.545
MDS	P. Público	6	0.170	2.811	50.000	1.667
MTE	P. Público	10	4.556	3.598	64.706	5.000
MJ	P. Público	5	0.000	2.566	48.889	1.000
OBJ	Soc. Civil	14	9.342	4.067	73.333	8.000
UNE	Soc. Civil	8	0.945	3.274	61.111	2.750
PJ	Soc. Civil	7	1.219	3.109	56.410	3.286
Contag	Soc. Civil	10	5.051	3.599	64.706	5.000
CUT	Soc. Civil	9	2.057	3.450	62.857	3.667
RJNE	Soc. Civil	5	1.024	2.618	52.381	3.800
AE	Soc. Civil	15	25.555	4.175	75.862	9.800
Ibase	Soc. Civil	4	0.750	2.032	48.889	2.000
IAS	Soc. Civil	8	2.441	3.310	61.111	3.750
Kellog	Soc. Civil	8	4.616	3.344	61.111	4.750
Mudes	Soc. Civil	6	0.275	2.867	52.381	2.333
UJS	Soc. Civil	7	0.786	3.062	56.410	2.429
PT	Soc. Civil	7	0.786	3.062	56.410	2.429
Unesco	Org. Int.	12	10.033	3.838	68.750	7.000
OIJ	Org. Int.	7	1.513	3.085	56.410	3.571
BM	Org. Int.	4	0.231	2.316	51.163	2.000
OIT	Org. Int.	11	4.909	3.662	61.111	6.455
UFF	Universidade	3	0.000	1.643	45.833	1.000
UFMG	Universidade	3	0.000	1.643	45.833	1.000

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

A análise da centralidade de proximidade, novamente a medida que apresenta a menor amplitude, em função da alta conectividade da rede, posiciona a Ação Educativa em primeiro (75.862), seguida pela OBJ (73.333), Unesco (68.750) e MEC (66.667). A centralidade de informação mostrou a mesma classificação.

A medida de intermediação da Ação Educativa (25.555) foi mais que o dobro da segunda colocada, Unesco (10.033), indicando o papel que esta assumiu na articulação das demais entidades da sociedade civil. A OBJ, que em T1 apresentou o maior índice (19.083), neste novo cenário ficou em terceiro lugar, com 9.342. Novamente, três atores com medidas iguais a zero: MJ e os Observatórios, assim como expressivo número de participantes com valor inferior a 2: MDS, UNE, PJ, RJNE, Ibase, Mudes, UJS, PT, OIJ e BM.

A análise da medida de eficiência robustece as conclusões anteriores e apontam a AE, OBJ e Unesco como principais atores da rede. Abaixo, a rede egocentrada na Ação Educativa, que é o único ator a manter relações com, pelo menos, um representante de cada campo:

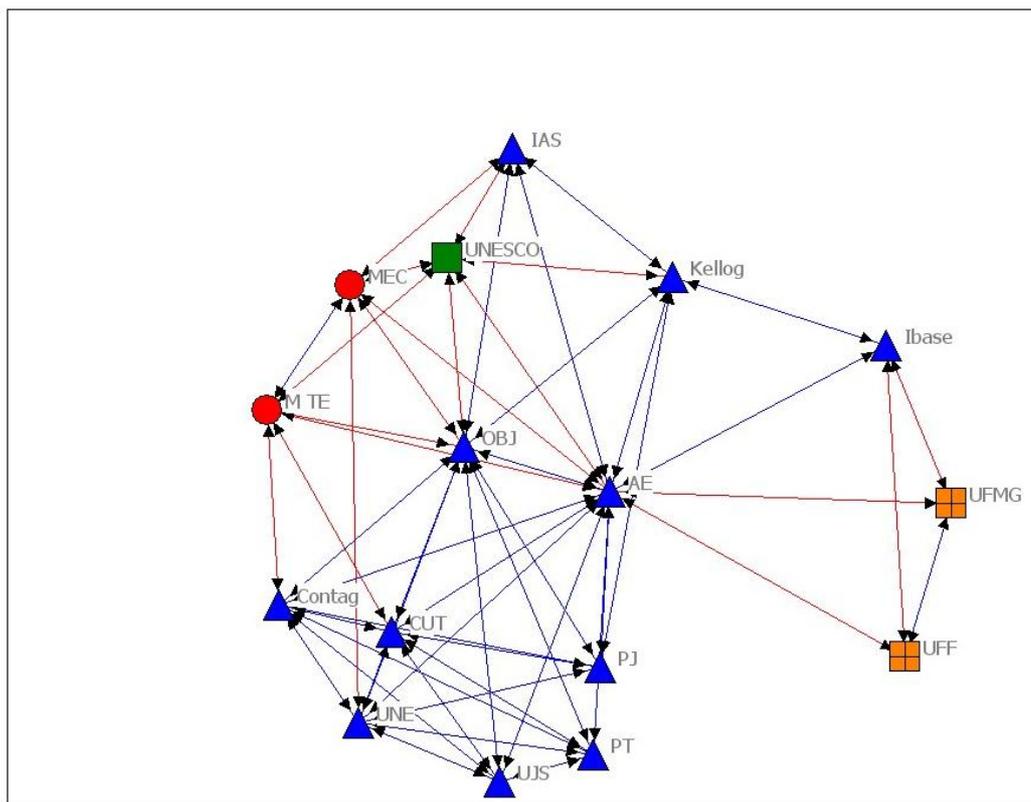


Figura 15 – Rede Egocentrada na Ação Educativa

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

6.3) ANÁLISE DA REDE EM T3

Por ocasião da realização do Seminário Internacional do Projeto Juventude, 2004, a rede estava quase completa. Da lista inicial, apenas o Conjuve e a Renaju ainda não estavam instalados. No caso da Secretaria-Geral da Presidência da República, embora a Secretaria Nacional de Juventude somente tenha sido criada em 1º de fevereiro de 2005, já foi possível identificar, neste ano, sua forte atuação na área. O maior acréscimo se deu entre as instituições do Poder Público. Passaram a compor a rede: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR), a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Defesa (MD) e a Comissão Especial

Extraordinária de Juventude (Cejuvent) e o Instituto Cidadania. Com um total de 29 atores, 406 ligações seriam possíveis.

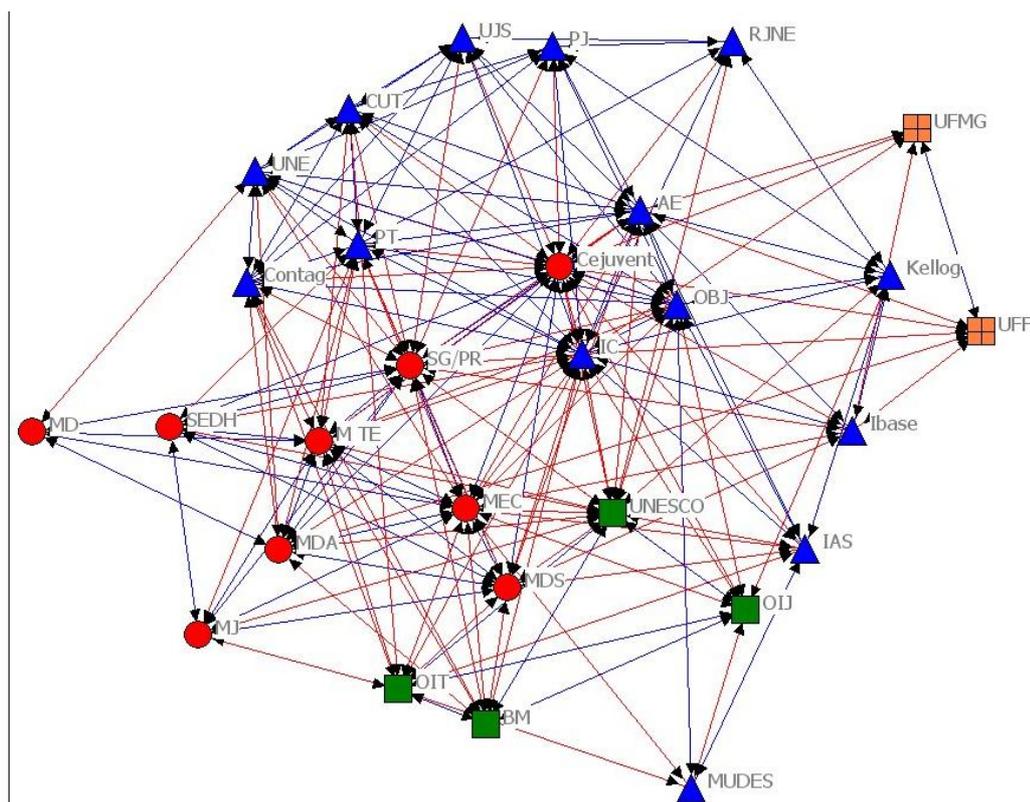


Figura 16 – Sociograma da Rede em T3

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

Neste ano, além da atividade do Projeto Juventude, aconteceu a Semana Nacional de Juventude e o Seminário Nacional, ambos promovidos pelo Legislativo. No âmbito do Executivo, entre os meses de março e outubro, funcionou o GT Juventude. Todas esses espaços de participação promoveram um adensamento dos vínculos, o que se refletiu no valor da densidade da rede. Enquanto nos períodos anteriores, T1 e T2, ela esteve por volta de 0.35, agora, alcançou 0.45. Isso permite classificar a rede como muito densa.

A distância média reduziu-se de 1.75 para 1.57, o que significa que houve um encurtamento dos caminhos entre os atores. 45% das relações (183) se realizam com um elo, 53% (215) com dois e, apenas 8 (2%) precisaram de três elos. Há, em T3, uma redução significativa das ligações formadas por três elos, o que permite inferir que a rede também ampliou sua conectividade. As relações com três elos estiveram concentradas nos Observatórios e no Ministério da Defesa. Um ator que ampliou sua atuação foi o Partido dos

Trabalhadores (PT), até este momento sua posição era secundária, mas sendo o partido do Presidente da República, seus contatos nos ministérios ampliaram-se sobremaneira.

Abaixo, o *layout* que disponibiliza os atores em círculo, facilitando a visualização da ampliação dos vínculos:

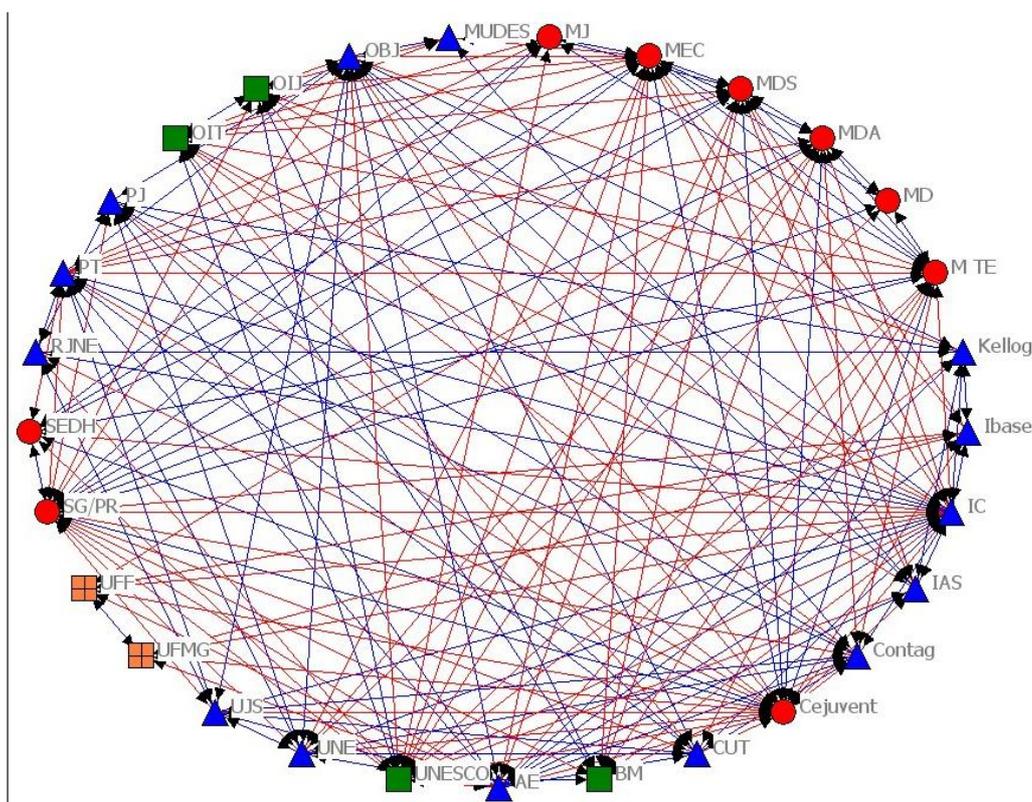


Figura 17 – Sociograma da Rede em T3 – Círculo

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

Neste momento, o ator com maior número de vínculos é o Instituto Cidadania (25), o que se justifica em função dos Seminários Regionais, das Oficinas e demais atividades do Projeto Juventude. Em segundo lugar, tem-se a Cejuvent, iniciativa da Câmara dos Deputados para discutir a temática. Embora tenham havido, por parte das entidades da sociedade civil, muitas críticas ao processo conduzido pelo Legislativo, é inegável que esses espaços foram importantes para a própria organização do movimento juvenil. Em terceiro lugar, a SG-PR, que, além de iniciar a coordenação da ação governamental, dialogou intensamente com os representantes da sociedade civil.

Tabela 5 – Medidas por ator/campo em T3

Ator	Campo	Medidas Centralidade				Eficiência
		Grau	Intermediação	Informação	Proximidade	
MEC	P. Público	20	6.607	6.913	77.778	10.000
MDS	P. Público	15	1.611	6.185	68.293	5.667
MTE	P. Público	17	2.564	6.497	71.795	6.882
MJ	P. Público	8	0.130	4.523	56.000	2.000
SG-PR	P. Público	21	5.717	7.032	80.000	10.143
SEDH	P. Público	9	0.133	4.850	59.574	1.667
MDA	P. Público	13	1.821	5.815	65.116	5.154
MD	P. Público	5	0.024	3.394	51.852	1.400
Cejuvent	P. Público	22	7.288	7.157	82.353	11.545
OBJ	Soc. Civil	17	3.651	6.508	71.795	7.353
UNE	Soc. Civil	13	1.241	5.797	65.116	4.077
PJ	Soc. Civil	10	0.602	5.112	60.870	3.200
Contag	Soc. Civil	14	1.203	6.003	66.667	4.857
CUT	Soc. Civil	12	0.552	5.599	63.636	3.167
RJNE	Soc. Civil	7	0.324	4.195	54.902	3.286
AE	Soc. Civil	19	4.747	6.792	75.676	9.105
IBASE	Soc. Civil	9	0.843	4.814	59.574	3.667
IC	Soc. Civil	25	10.912	7.458	90.323	13.800
IAS	Soc. Civil	10	0.923	5.123	60.870	3.800
Kellog	Soc. Civil	9	0.780	4.831	58.333	4.333
Mudes	Soc. Civil	5	0.062	3.350	51.852	1.800
UJS	Soc. Civil	10	0.314	5.111	60.870	2.200
PT	Soc. Civil	16	2.257	6.348	70.000	6.250
Unesco	Org. Int.	17	3.501	6.510	71.795	7.824
OIJ	Org. Int.	10	0.999	5.128	60.870	4.200
BM	Org. Int.	10	0.306	5.116	60.870	2.800
OIT	Org. Int.	12	1.827	5.574	63.636	6.000
UFF	Universidade	6	0.172	3.755	53.846	2.000
UFMG	Universidade	5	0.000	3.325	51.852	1.000

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

O Instituto Cidadania, com 25 elos diretos, o que representa 86% da rede, apresentou a maior centralidade de proximidade, com 90.323. Em seguida vieram: Cejuvent (82.353) e SG-PR (80.000). Ação Educativa, Unesco e OBJ que, nos períodos anteriores ocuparam as primeiras posições, neste momento, ficaram em sexto e sétimo lugar, respectivamente.

Naturalmente a maior centralidade de intemediação também foi obtida pelo IC, com 10.912. Quando se compara com os dois períodos anteriores, T1 e T2, observa-se que esse valor não foi tão alto. Em T1, a OBJ obteve 19.083 e, em T2, Ação Educativa, 25.555. Nesse

sentido, o poder de intermediação da IC foi muito menor que o alcançado pelos outros atores. A amplitude, em T3, também diminuiu: em T1, o máximo foi 19.083 e o mínimo 0.000; em T2, o máximo foi 25.555 e o mínimo 0.000; em T3, o máximo foi 10.912 e o mínimo 0.000. Além disso, também decresceu o número de atores sem nenhum poder de intermediação, foram dois em T1 e T2 e, agora, apenas o Observatório da UFMG.

Com relação à centralidade de informação, as primeiras posições foram obtidas por: IC (7.458), Cejuvent (7.157) e SG-PR (7.032). Os Observatórios e a Mudes apresentaram os valores mais baixos. Em relação a Mudes, com o passar dos anos, esse ator foi assumindo uma posição cada vez mais periférica, em contraponto à sua atuação no final dos anos 90, quando era um dos principais interlocutores do Ministério da Educação.

6.4) ANÁLISE DA REDE EM T4

Em T4, quando da realização do Seminário Juventude e Políticas Públicas, participavam da rede 29 atores. No entanto, não eram os mesmos atores de T3. A Cejuvent encerrou suas atividades no final de 2004 e o Instituto Cidadania também finalizou o Projeto Juventude. Com relação ao IC, a entidade continuou existindo e o Projeto é uma das mais importantes referências no tema; no entanto, sua atuação diversificou-se. Por exemplo, a página www.projetojuventude.com.br não é atualizada desde 2004. A última notícia é de 17 de junho de 2004, quando o Projeto foi entregue ao Presidente Lula e à Cejuvent.

Os dois novos atores que foram acrescentados foram a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (Renaju), no campo da sociedade civil, e o Conselho Nacional de Juventude, na esfera governamental.

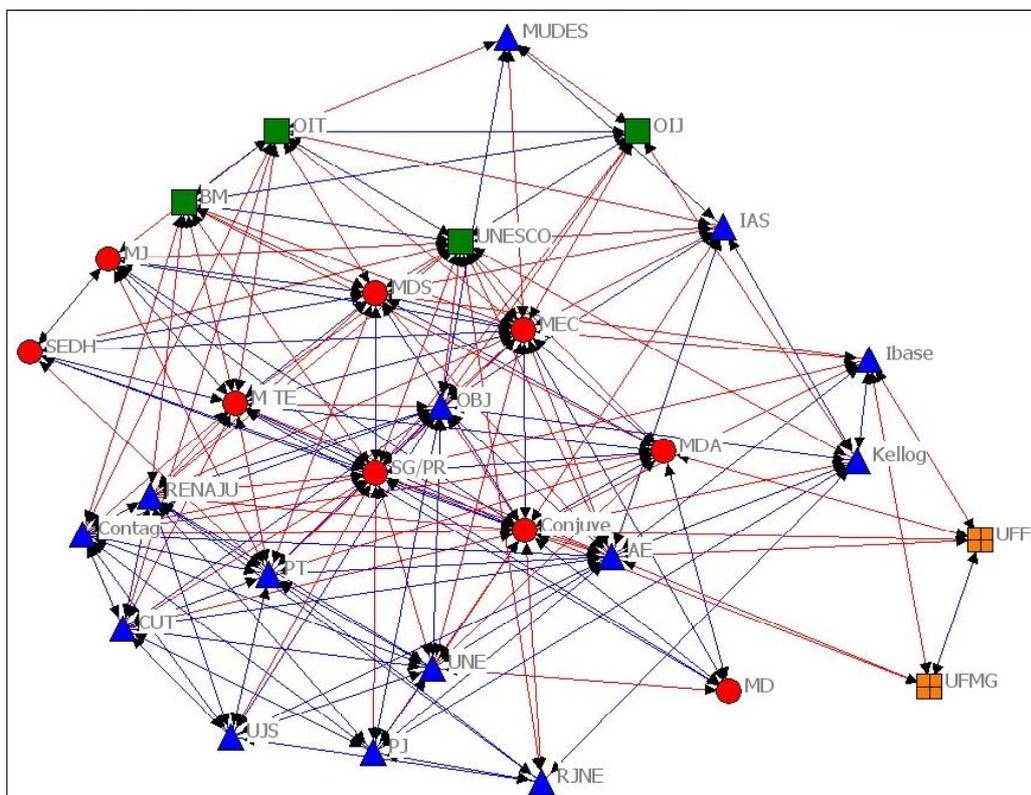


Figura 18 – Sociograma da Rede em T4

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

Em T4, os atores que possuíam maior número de vínculos foram: a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) e o Conjuve, ambos com 21 contatos diretos. A OBJ, que em T1 possuía o maior índice de centralidade de grau (14), passou para 17. A Ação Educativa, ampliou seus elos diretos – 4 em T1 para 18 em T4 e continuou a apresentar os valores mais altos dentre as instituições da sociedade civil. O mesmo ocorrendo com a Unesco na esfera dos organismos internacionais.

A densidade da rede foi ligeiramente inferior à de T3, com um valor de 0.423, mas ainda assim superior a T1 e T2, caracterizando-se como uma rede bastante densa. A distância média foi de 1.59, valor similar a T3. Sendo composta por 29 atores, são factíveis 406 interações, das quais 172 são elos diretos (42%), 226 (56%) ocorrem com dois elos e 8 (2%) precisam de três conexões.

Tabela 6 – Medidas por ator/campo em T4

Ator	Campo	Medidas Centralidade				Eficiência
		Grau	Intermediação	Informação	Proximidade	
MEC	P. Público	20	7.365	6.581	77.778	10.800
MDS	P. Público	15	2.157	5.918	68.293	0.540
MTE	P. Público	17	2.499	6.197	71.795	7.353
MJ	P. Público	9	0.256	4.669	39.000	2.556
SG-PR	P. Público	21	6.325	6.688	80.000	10.810
SEDH	P. Público	8	0.063	4.390	58.333	1.750
MDA	P. Público	12	2.002	5.383	63.636	5.500
MD	P. Público	6	0.024	3.727	56.000	1.333
Conjuve	P. Público	21	11.668	6.707	80.000	12.810
OBJ	Soc. Civil	17	4.633	6.208	71.795	8.176
UNE	Soc. Civil	13	1.094	5.550	65.116	4.538
PJ	Soc. Civil	10	0.610	4.916	60.870	3.400
Contag	Soc. Civil	14	1.657	5.739	66.667	5.571
CUT	Soc. Civil	12	0.868	5.365	63.636	3.833
RJNE	Soc. Civil	7	0.489	4.056	56.000	4.143
Renaju	Soc. Civil	15	1.902	5.900	68.293	6.333
AE	Soc. Civil	18	7.102	6.354	73.684	9.778
Ibase	Soc. Civil	8	1.058	4.317	58.333	3.750
IAS	Soc. Civil	9	0.988	4.666	59.574	3.889
Kellog	Soc. Civil	9	1.292	4.663	59.574	4.778
Mudes	Soc. Civil	5	0.077	3.243	51.852	1.800
UJS	Soc. Civil0	9	0.321	4.644	59.574	2.556
PT	Soc. Civil	15	2.305	5.901	68.293	6.867
Unesco	Org. Int.	16	3.978	6.066	70.000	8.625
OIJ	Org. Int.	8	0.745	4.926	56.000	3.750
BM	Org. Int.	10	0.535	4.347	59.574	3.400
OIT	Org. Int.	11	1.781	5.120	59.574	6.091
UFF	Universidade	5	0.227	3.179	51.852	2.200
UFMG	Universidade	4	0.000	2.715	50.000	1.000

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

Os atores centrais, quando se considera a medida de proximidade, são o Conjuve e a SG-PR (80.000), seguidos por Ação Educativa (73.684), OBJ (71.795) e Unesco (70.000). O menor índice foi alcançado pelo Ministério da Justiça (39.000). O que chama atenção neste momento é a maior participação das instituições do Poder Público, processo esse que já havia sido detectado em T3, mas que agora consolida a posição.

A medida de intermediação coloca em destaque o Conjuve (11.668). Em segundo lugar está o Ministério da Educação (7.365). Ressalta-se que este Ministério, assim como a Ação Educativa, possuem uma centralidade de grau inferior à da SG-PR; no entanto, suas posições permitem uma atuação como ator-ponte, de maneira mais eficiente. O Observatório da UFMG é o único ator sem nenhuma capacidade de intermediação (0.000).

A centralidade da informação também posiciona o Conjuve (6.707) em primeiro; no entanto, o índice da SG-PR e do MEC estão bem próximos, 6.688 e 6.581, respectivamente. Essa medida aumentou, consistentemente, desde T1, indicando que os atores ampliaram a quantidade de ligações que possuem e que, portanto, podem escolher determinados caminhos para transmitir a informação, o que o torna uma fonte estratégica.

A medida de eficiência reforça as conclusões anteriores: Conjuve (12.810), SG-PR (10.810), Ação Educativa (9.778) e Unesco (8.625). O Observatório da UFMG apresentou o menor índice.

A análise das medidas indicam que houve uma mudança na composição dos atores principais. Nos primeiros períodos predominava as entidades da sociedade civil e os organismos internacionais, em T4, nas primeiras posições, há uma ampliação da participação das instituições do Poder Público, tanto em número de atores quanto na sua centralidade.

6.5) ANÁLISE COMPARATIVA DA REDE EM T1, T2, T3 E T4

O número de atores da rede que em T1 era de 21 passou, em T4, para 29, o que representa um crescimento de 26%. Essa variação permite que se compare os valores entre os momentos, pois a variação não é tão grande. A maior ampliação deu-se na esfera do Poder Público, em especial a partir de 2004, com destaque para a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, ambos vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República.

Tabela 7 – Comparativo T1, T2, T3 e T4

(continua)

	T1	T2	T3	T4
Número de Atores	21	23	29	29
Densidade	0.36	0.36	0.45	0.42
Distância Média	1.73	1.75	1.57	1.59
Max C. Grau	14	15	25	21
Min C. Grau	4	3	5	4
Max C. Intermediação	19.083	25.555	10.912	11.668

Tabela 7 – Comparativo T1, T2, T3 e T4

				(conclusão)
Min C. Intermediação	0.000	0.000	0.000	0.000
Max C. Informação	4.064	4.175	7.458	6.707
Min C. Informação	1.337	1.643	3.325	2.715
Max C. Proximidade	76.923	75.862	90.323	80.000
Min C. Proximidade	40.816	45.833	51.852	50.000
Max. Eficiência	9.286	9.800	13.800	12.810
Min. Eficiência	1.000	1.000	1.000	1.000

Fonte: Elaboração da autora a partir do *software* Ucinet 6.178

Em relação aos vínculos, expressos pela medida de densidade, passou de 0.35 para 0.42. A distância média reduziu-se de 1.73 para 1.52. Todas essas medidas indicam a maior coesão e conectividade da rede, com os caminhos se tornando mais curtos. Além disso, pode-se classificar a rede, em T4, como bastante densa, pois, de acordo com Silva (2004), nos estudos realizados com matrizes randômicas, a maior parte dos sociogramas apresenta densidade de até 0.5.

Os atores com maior número de elos diretos foram identificados por meio da centralidade de grau: em T1, foi a OBJ (14), em T2 a Ação Educativa (15), em T3 o Instituto Cidadania (25) e, em T4, o Conjuve (21). O Instituto Cidadania foi, nos quatro períodos, o ator que apresentou o maior índice, o que refletiu diretamente na centralidade de proximidade. Essa medida permite identificar os atores com maior capacidade de mobilizar, tendo o IC alcançado o maior valor em T3 (90.323).

Não houve um ator que tenha desempenhado o papel de ponte durante todo o período, os participantes da rede alternaram esta função. Em T1, com uma centralidade de intermediação de 19.083 e uma medida de eficiência de 9.286, coube à OBJ esse posto. Ressalta que seus índices foram quase duas vezes superior aos do segundo colocado (Kellog). Em T2, Ação Educativa desempenhou esse papel, sendo seguida pela Unesco e OBJ. Sua centralidade de intermediação foi a maior de todos os períodos, 25.555. No entanto, a medida de eficiência (9.800) não foi muito superior à atingida pela OBJ em T1. Em T3, a função de ator-ponte foi exercida pela Instituto Cidadania, sua medida de intermediação foi de 10.912 e de eficiência 13.800. Em T4, duas instituições do Poder Público assumiram essa tarefa, a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Conjuve.

Pode-se afirmar que, em T1 e T2, assim como em T3 e T4, as redes apresentaram comportamentos semelhantes. Isso nos permite concluir que o ano de 2004 foi fundamental para a consolidação da temática juventude e a criação da Secretaria Nacional de Juventude e

do Conselho, em 2005, são resultados deste intenso trabalho, tanto da sociedade civil quanto do Poder Público.

Trata-se, ainda, de uma rede hierarquizada, na qual os atores mais centrais concentram os vínculos. Quando se analisa a medida de intermediação em qualquer dos períodos, verifica-se a existência de dois grupos, de um lado, atores com alto poder de intermediação, como por exemplo, Conjuve, SG-PR, MEC e Ação Educativa, em T4, e outros, MJ, SEDH, MD, PJ, CUT, RJNE, MUDE, UJS, OIJ, BM, UFF e UFMG, com um baixíssimo poder, inferior a 1.000. Essa característica está presente em todos os períodos.

No entanto, o que chama atenção é que há uma mudança no campo desses atores com alto poder de intermediação – em T1, OBJ, Unesco e Kellog; em T2, AE, Unesco e OBJ; em T3, IC, Cejuvent e SG-PR, em T4, Conjuve, SG-PR, MEC e Ação Educativa, havendo, a partir de T3, uma maior participação das instituições do Poder Público.

Essa assimetria explica-se pela ausência de espaços formais e contínuos de interação. O Conjuve e a Renaju, espaços de articulação, somente foram criados a partir de 2005, ou seja, ainda são bem recentes.

CONCLUSÃO

A dissertação procurou compreender como se deu, no Brasil, o processo de construção das políticas de juventude, no período entre 1997 e 2007, por intermédio da metodologia de análise de redes sociais em conjunto com a análise documental e as entrevistas.

Identificou-se quais foram os atores que participaram desse debate e que tipo de relação estabeleceu-se entre eles. O estudo dessas relações foi possível com a utilização da metodologia de análise de rede sociais, que fornece um amplo leque de ferramentas para esse tipo de estudo. Cabe destacar que essa metodologia ainda é pouco utilizada no país, sendo que Marques (1999) é considerado o pioneiro em seu uso. Outro ponto importante, para caracterização do contexto no qual essas relações se desenvolveram foi o mapeamento dos principais eventos relacionados ao tema.

Para o desenvolvimento dessa trajetória, algumas discussões se tornaram imperativas, sendo as mais importantes as sobre políticas públicas, redes e juventude. No capítulo 1 procurou-se dar conta desses dois primeiros assuntos. Em relação às políticas públicas, entendeu-se necessário, primeiramente, reforçar a concepção de que as mesmas necessitam da participação do Estado. Claro, os demais atores, especialmente os da sociedade civil, podem colaborar em sua formulação, implementação e avaliação, mas a presença do Estado é imperativa. Um segundo ponto relevante para a dissertação é o entendimento das políticas como um processo de aprendizagem social que se desenvolve a partir da informação nova e da experiência adquirida e não como uma sucessão de fases estanques.

Ainda no primeiro capítulo foram apresentados os conceitos sobre a análise de redes sociais, bem como as idéias de Granovetter (1973) e Burt (1992). A análise de redes sociais não toma como unidade de análise o ator individual que faz parte da rede em estudo, mas a coleção de atores ou indivíduos e as suas interações o que permite observar a dinâmica dos processos sociais.

Granovetter em artigo seminal de 1973 propõe Teoria da Força dos Laços Fracos. Essa teoria defende que os laços fracos, ou seja, aquelas relações na quais se despense menos tempo, intensidade emocional, confiança mútua e reciprocidade, são fundamentais para conexão entre os diferentes grupos da estrutura social. Para Granovetter, que desempenha esse papel de ligação é o “ator ponte”, que desempenha essa função por possuir muitos laços fracos. Por sua vez, o indivíduo com poucos laços fracos estará privado de informações localizadas nas partes mais distantes do sistema social, pois sem esses laços, não existem canais adequados para a circulação da informação. Com isso, suas informações serão apenas

aquelas trazidas por seus laços fortes, o que reduz tanto a sua quantidade quanto a qualidade, dado que tendem a ser repetitivas.

Burt (1992), por sua vez, busca compreender como funciona a arena competitiva quando os agentes já estabeleceram relações entre si. Seu argumento é que muito do comportamento competitivo (e de seus resultados) podem ser apreendidos a partir do acesso que os agentes têm aos “buracos” da estrutura social. Esses buracos correspondem a não-conexões ou então não-equivalências entre os atores, dessa forma, são oportunidades em termos de acesso e controle a informação. O buraco estrutural representa a oportunidade de agenciar o fluxo de informação e controlar os projetos e as formas que as pessoas desconectadas à rede trazem, ou seja, em função de sua posição na rede, quais vantagens podem ser obtidas por um ator.

Uma comparação entre Granovetter (1973) e Burt (1992) indica que existem semelhanças entre as duas teorias, no entanto, para Burt (1992), a intensidade dos laços não é fundamental, o que importa saber é se esses laços são capazes de atravessar ou não um vazio estrutural, ampliar a rede e proporcionar novas informações e oportunidades. Esses conceitos, associados ao emprego da metodologia de análise de redes sociais permitiu compreender a estrutura social subjacente à política de juventude.

Em relação ao tema juventude, o capítulo 2 apresenta uma revisão de literatura sobre o conceitos e paradigmas presentes na área. Como foi apontado, juventude é um conceito complexo, que possui entendimentos diversos e que passou por transformações ao longo das últimas décadas, especialmente quanto à pertinência ou não de se ter políticas públicas específicas para a juventude. Aliás, esse debate ainda não está superado, sendo que alguns especialistas defendem que os jovens devem ser atendidos no bojo das políticas universais. Essa posição, contudo, é minoritária, pois as condições materiais dos jovens, especialmente nos países em desenvolvimento, impõem um olhar diferenciado.

No Brasil, o tema juventude demorou para entrar na agenda nacional, haja vista o País ter sido um dos últimos da América Latina a instituir um organismo, em âmbito federal, para coordenação dessas ações. Um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que as políticas públicas de juventude estejam articuladas e os programas integrados. Todavia, ao final de 2007, pode-se afirmar que o tema já estava consolidado na agenda nacional.

Em 1997 havia um pequeno grupo de atores envolvidos com a temática, com forte presença dos organismos internacionais. Isso ocorre, porque, no contexto internacional, o debate sobre a necessidade de políticas específicas para os jovens remonta ao final da década de 80. Sem dúvida, um marco foi a declaração, pela Organização das Nações Unidas, do ano

de 1985 como o Ano Internacional da Juventude. A Unesco, assim como a OIT, foram responsáveis pelo avanço inicial. Neste primeiro momento o Ministério da Educação era o principal interlocutor no governo federal pelo fato de atender ao expressivo contingente de jovens com as políticas universais de educação e não por já ter desenvolvido uma concepção própria para trabalhar com juventude.

Com o decorrer dos anos, novos atores foram incorporados e a temática ganhou destaque. Na esfera da sociedade civil, destaca-se a atuação da Organização Brasileira de Juventude (OBJ), que já no biênio 1998-1999, em parceria com o Ministério do Trabalho, promoveu o Curso de Formação de Gestores, com a participação de representantes do movimento estudantil, das juventudes partidárias, das centrais sindicais e da pastoral. A Ação Educativa promoveu seminários e oficinas que possibilitaram a ação conjunta dos diversos atores, bem como publicou livros e pesquisas que ampliaram a reflexão teórica sobre o assunto.

No entanto, o ano de 2004 marca um impulso das iniciativas, tanto governamentais quanto não-governamentais. Sem dúvida, a de maior envergadura foi o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania a partir de um pedido do Presidente Lula. O Projeto, estruturado em seis eixos, promoveu um amplo debate sobre a temática, com a realização de pesquisas de caráter nacional, seminários nos Estados e a participação direta de mais de 3 mil jovens. No campo do Poder Público, duas ações merecem destaque: a instituição, pela Câmara dos Deputados, da Comissão Extraordinária de Juventude – Cejuvent e da Frente Parlamentar de Juventude, e a criação, pelo Poder Executivo, do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República. Esses três processos, conforme demonstrado no Capítulo 3, culminaram, em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do ProJovem, programa carro-chefe da política nacional.

Com relação aos programas e ações governamentais destinados ao jovens, há uma explosão em sua criação. No ano de 2003, instituiu-se o Primeiro Emprego, concebido originalmente para ser o principal programa das políticas de juventude do Governo Lula. No entanto, equívocos na formulação e implementação levaram a um desempenho aquém do esperado, forçando um redesenho do programa que, a partir de 2005, investiu prioritariamente na qualificação profissional dos jovens. Em 2004, cinco novos programas/ações foram lançados: Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, ProUni, Projeto Rondon, Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra. O que merece destaque, neste ano, são as duas iniciativas voltadas para

o jovem do campo. No ano de 2005, fruto do trabalho do GT Juventude, do Instituto Cidadania e da Cejuvent, criou-se a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho, ambos vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República. Neste ano, ainda foram criados os programas Escola de Fábrica, ProEja e Saberes da Terra, Projeto Rondon e Juventude e Meio-Ambiente. Em 2006, o Ministério do Trabalho lançou o Juventude Cidadã.

Essa gama de novos programas, se por um lado sinalizou a importância que o tema adquiriu, por outro, reforçou as conclusões do GT Juventude de 2004, a fragmentação e a baixa articulação entre as ações. Para dar conta desses problemas, a Secretaria-Geral, em 2007, retomou o Grupo Interministerial de Juventude. O principal objetivo do Grupo foi dar maior escala, maior integração operacional e maior impacto político e social aos programas. Foi então encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2224/2007 que dispõe sobre seis programas: Agente Jovem, Escola de Fábrica, ProJovem, Juventude Cidadã, Consórcio Social e Saberes da Terra. Embora se possa considerar que essa iniciativa tenha sido um avanço, algumas sobreposições persistem, como, por exemplo, a não integração do Soldado Cidadão com os demais programas de qualificação profissional.

Todo esse desenvolvimento temporal é apresentado, de forma detalhada, no capítulo 3, resultado da análise documental, com a identificação dos principais acontecimentos da área. No capítulo 5 realizou-se a aplicação do modelo. O emprego da metodologia de análise de redes sociais, associado às entrevistas e à análise documental permitiu compreender como a rede das políticas de juventude se transformou nos últimos 10 anos. Além disso, a utilização dos sociogramas e o cálculo das medidas de centralidade proporcionou uma múltipla visualização do processo e facilitou a análise.

Verificou-se que, ao longo do período, a rede ampliou-se em relação ao número de atores participantes, com crescimento da ordem de 26%, tendo sido identificado também o adensamento dos vínculos e o encurtamento dos caminhos, conduzindo, portanto, um maior capital social. O aumento do capital social pode ser creditado à intensificação das trocas realizadas durante os diversos eventos nos quais os atores em questão puderam se conhecer pessoalmente, trocar informações e experiências, além de ampliar a própria rede de contatos. Para Burt (1992), mais contatos significa maior exposição a informações valiosas e maiores referências. Logo um ator com uma ampla rede está em vantagem, pois amplia a probabilidade de ter um contato útil quando uma oportunidade aparecer.

Nesse sentido, os eventos assumiram o caráter de cenário social ao permitirem a aproximação e a interação entre atores qualitativamente distintos: instituições do Poder

Público, entidades da sociedade civil, movimento estudantil, centrais sindicais, juventudes partidárias e pastorais.

O depoimento dos entrevistados ressaltou a importância do contato pessoal nessas atividades, que permitiram que ações conjuntas ocorressem. Por exemplo, as Cartas dos Diálogos das Organizações Juvenis, promovidos pela UNE e as manifestações dos membros do Conjuve. Além disso, foi no *Vozes Jovens*, patrocinado pelo Banco Mundial, que se criou a Renaju, uma associação de 35 organizações não-governamentais que busca sistematizar as reivindicações do setor, acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas públicas nessa área.

O estudo aponta que, apesar da intensificação das trocas, ao final de 2007, a rede continuava hierarquizada, com um grupo de atores centrais concentrando informações e poder. Demonstra, contudo, que os atores centrais não foram os mesmos ao longo do período analisado e identifica a dinâmica de transformação dessas relações que indicam a existência de conjunturas específicas. Nesse sentido, o ano de 2004 pode ser visto como um dos marcos possíveis, visto que, anteriormente, a rede centrava-se nos organismos internacionais, Unesco e OIT, e nas entidades da sociedade civil, OBJ, Ação Educativa e Instituto Cidadania. A partir do período assinalado, instituições do Poder Público como Cejuvent, SG-PR e Conjuve assumiram a liderança do processo.

Muitos dos contatos da rede ocorreram por meio desses atores intermediadores que atravessaram os vazios estruturais e proporcionaram o acesso a novas informações. Essa atuação foi fundamental, pois conforme afirmou Burt (1992), em função da diversidade dos seus contatos, a informação obtida por esses atores apresenta pouca redundância. Isso também facilitou o fluxo de recursos.

No tocante às perguntas propostas no capítulo 4, considera-se que a análise permitiu respondê-las de maneira satisfatória. Resumidamente, apresentam-se abaixo essas respostas:

- Identificou-se 31 atores que participaram ativamente do processo de discussão do tema juventude, sendo que no início predominava a atuação dos representantes dos organismos internacionais e da sociedade civil. A partir de 2003, cresce a participação do Poder Público, tanto no âmbito do legislativo quanto do executivo.
- Os principais eventos relacionados ao tema foram mapeados e discutido no capítulo 3.
- As relações estabelecidas pelos atores transformaram-se ao longo do período. Sendo que nenhum deles desempenhou o papel de ponte durante todo o período, os participantes da rede alternaram esta função. No primeiro momento sobressaíram-

se a OBJ, Unesco, Kellog e Ação Educativa e com o passar dos anos os organismos do poder público a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Conjuve assumiram essa tarefa.

- As propriedades estruturais, os papéis e as posições na rede de relações foram detalhadas no capítulo 5.

Com relação às limitações do trabalho, avalia-se que o trabalho apresenta duas limitações principais: a seleção dos atores e o estabelecimento dos vínculos entre eles. No primeiro aspecto, a construção da lista com os 31 atores básicos, que demarcou as fronteiras da rede, procurou contemplar a diversidade de setores que lidam com tema e que possuem atuação nacional. Tarefa mais difícil foi o aferimento dos vínculos. O ideal, na metodologia da análise de redes sociais, é a utilização do método bola de neve, no qual os próprios atores indicam quais são seus contatos. No entanto, em função do tempo e do escopo da pesquisa, optou-se por reconstruir as relações a partir da análise documental, das entrevistas e da experiência profissional da autora.

Acredita-se que a utilização da metodologia de análise de redes sociais, bem como das ferramentas a ela associadas podem contribuir para uma melhor compreensão das políticas públicas, especialmente quando essas políticas envolverem a participação de diversos atores. Esse enfoque constitui-se num campo fértil e, ainda pouco explorado, para estudos empíricos que permitirão estudar as dinâmicas subjacentes a esses processos.

Como sugestão de estudos futuros, avalia-se desejável a incorporação de atores subnacionais, como, por exemplo, as prefeituras e os governos estaduais, haja vista que importantes avanços foram obtidos a partir das experiências locais. Neste sentido, um mapeamento dos organismos de juventude existentes nestes entes e aplicação da metodologia de análise de redes sociais possibilitaria o aprofundamento do tema.

A metodologia de análise de redes sociais também poderia ser utilizada para estudo dos programas governamentais, em especial aqueles que contaram com a participação da sociedade civil em sua elaboração. No caso de juventude, avalia-se que o ProJovem, fruto da articulação entre quatro ministérios federais, prefeituras e entidades da sociedade civil, poderia ter seu processo de construção analisada sob essa ótica.

Outro campo promissor para análise seria o cotejamento entre a evolução da rede, da agenda e das políticas públicas, assim como um aprofundamento sobre como os laços fracos de Granovetter (1973) contribuem para a difusão da informação. Ressalta-se que a mensuração da intensidade dos laços é bastante difícil, no entanto, com uso da técnica bola de

neve seria possível solicitar aos atores que valorassem suas relações. Nesse sentido, seria possível articular a rede com a decisões efetivamente tomadas e mostrar como há um forte componente de dependência da trajetória (*path dependence*) na institucionalização da rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

ABEL, Rodrigo. *Para além das políticas públicas de juventude*. 2006. Documento não publicado.

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, 1997. Número especial.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Escolas de Paz*. Brasília: Unesco, 2001.

ABRAMOVAY, Miriam et al. *Escola e Violência*. Brasília: Unesco, Universidade Católica de Brasília, 2003a.

_____. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Setur e Garamond, 1999.

_____. *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco, 2002.

_____. *Violência na Escola: América Latina e Caribe*. Brasília: Unesco, 2003b.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa?* Brasília: Unesco, 2006

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Políticas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.

_____. *Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: Unesco, 2001.

_____. *Drogas nas escolas*. Brasília: Unesco, 2002.

_____. *Ensino Médio: múltiplas vozes*. Brasília: Unesco, 2003.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ABRAMOVAY, Miriam; NUNES, Maria Fernanda. *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Brasília: Unesco, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violências nas Escolas*. Brasília: Unesco, 2002.

BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

BARREIRA, César (Coord.). *Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Unesco, 1999.

BONAFONT, Laura. *Redes de políticas públicas*. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004.

BONFIM, Maria Inês (Coord.). *Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades do Brasil: pesquisas da Unesco*. Rio de Janeiro, 2001.

BORGATTI, S. P. ; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

BÖRZEL, Tanja. *Qué tiene de especial los policy networks? Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernación europea*. 1997. Disponível em: <<http://seneca.uab.es/antropologia/redes/redes.htm>>. Acessado em: 4 jan. 2008.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: QUESTÕES de sociologia. São Paulo: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Juventude – PL nº 4.530/04*. Brasília, 2004. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório Final da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas para a Juventude*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>

BRASIL. *Guia de políticas públicas de juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. Lei n. 11.129, de 30.06.05. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1º jul. 2005.

BRASIL. Lei nº 10.748, de 22.10.03. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 out. 2003.

BRASIL. *Relatório Final do GT Juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2004.

BRASIL. Presidência da República. *Mensagem Presidencial de Abertura da Sessão Legislativa 2006*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2006.

BURT, Ronald S. *Structural Holes: the social structure of competition*. Cambridge: Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

_____. *The network structure of social capital*. Paper Social Networks and Social Capital conference at Duke University, 1998. Disponível em:
<<http://gsbwww.uchicago.edu/fac/ronald.burt/research>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

CALMON, P. C. P.; MARCHESINI, Marcelo. *Análise de Políticas Públicas no Brasil: estudos sobre a formação da agenda governamental*. Brasília, DF, 2007. Trabalho apresentado no XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

CAMACHO, Luiza. Projeto Agente Jovem: ação, programa ou política pública de juventude? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu-MG. [*Anais...*]. Caxambu, 2004. p. 16-35.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CARRANO, Paulo Cesar R.; BRENNER, Ana Karina; LÂNES, Patricia. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil. Processos sociais e propostas políticas. *Revista de Estudios sobre la Juventud*, México, v. 1, n. 22, p. 202-219, 2005.

CARRANO, Paulo. Juventude e culturas da participação. *Boletim Salto para o Futuro*, v. 1, p. 1-7, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Mercya. Redes Sociais: Convergências e Paradoxos na Ação Gerencial. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., Salvador. *Anais...* Salvador: Anpad, 2002.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2003.

CASTRO, João Paulo. *Unesco – Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil*. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CEPAL. Organización Iberoamericana de Juventud. *A juventude em Iberoamérica: tendências e urgências*. Santiago, 2004.

CHILLÁN, Yuri. Morfologia e cenários das políticas públicas para a juventude: uma leitura com base no perfil regional e na expectativa latino-americana. In: THOMPSON, Andrés A. (Org.). *Associando-se à Juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2006. p. 59-106.

COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CNPD). *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD/Ipea, 1998.

CONCEIÇÃO, Maria Zilda et al. *Análise de Redes Sociais e a Gestão dos Recursos Hídricos no Território da Bacia do Lago Paranoá*. Trabalho apresentado no III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de maio de 2006 em Brasília-DF.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

COSTA, Antonio Carlos. *O novo direito da infância e da juventude do Brasil: 15 anos de luta e trabalho*. Belo Horizonte: Fundação Bank Boston, 2005. Disponível em: <www.portaldovoluntario.org.br/>. Acesso em 24 nov. 2007.

COSTA, L. et al. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

CUNNINGHAM, Wendy (Coord.). *Jovens em Situação de Risco no Brasil*. Brasília: Banco Mundial, 2005.

DAGNINO, Renato et al. *Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação*. Taubaté: Ed. Cabral Universitária, 2002.

DÁVILLA, Oscar. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, 2005.

_____. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Brasília: Unesco, 2002.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura. *Paz, como se faz? Semeando a cultura de paz nas escolas*. Rio de Janeiro: Unesco, 2002.

DRYZEK, John; DAVIS, Bobrow. *Policy Analysis by Design*. Pittsburg: University Press, 1988.

FARIA, Carlos A. P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15984.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

FISCHER, Frank. *Reframing Public Policy: discursive politics and deliberative practices*. Oxford: University Press, 2003.

FLEURY, Sônia; OUVÉNEY, Assis. *Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da Política de Saúde*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FÓRUM Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, 2 a 7 de Agosto, 2002, Braga, Portugal. *Plano de Ação de Braga para a Juventude*. Braga, 2002.

FÓRUM Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Estratégia de Dakar. Senegal. 2001.

FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto 2005 a março de 2007*. Brasília: Conjuve, 2007.

_____. *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, 2005.

FREITAS, Maria Virgínia; CARVALHO, Fernanda (Org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 212-258, jun. de 2000. Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, C.; TEIXEIRA, M. T.; FLORENTINO, R.; COSTA, M. (Trad.). *Tirando os Acordos do Papel - Um manual para jovens avaliarem a política nacional de juventude*. Nova Iorque: UN, 2004.

GRANADA, Juan Fernando Vélez. La Construcción de Ciudadanía: institucionalidad y juventud. *Ultima Década*, Viena del Mar, n. 19, p. 1-10, mar./nov. 2003.

GRANOVETTER, Mark. The Myth of Social Network Analysis as a Special Method in the Social Sciences. *Connections*, n. 13, p. 13-16, fev. 1990. Disponível em: <http://www.stanford.edu/dept/soc/people/mgranovetter/index.html>. Acesso em: 3 jan. 2008.

The Strength of Weak Ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, v. 1, p. 201-233, 1983. Disponível em: <www.si.umich.edu/~rfrost/courses/SI110/readings/In_Out_and_Beyond/Granovetter.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2008.

_____. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, 1973. Disponível em: <http://www.stanford.edu/dept/soc/people/mgranovetter/index.html>. Acesso em: 3 jan. 2008.

HANNEMAN, R. *Introduction to Social Networks Methods*. Riverside: Department of Sociology, University of California, 2001. Disponível em: <<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/>>. Acesso: 3 jan. 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss Sinônimos e Antônimos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). *Diálogo nacional para uma política pública de juventude*. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2006.

_____. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2003.

_____. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/105.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Por uma política de juventude para o Brasil*. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.obj.org.br/site/comuns/imagensDB/publicacoes/manifesto.pdf>> Acesso em: 21. jan. 2008.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude*. 2004. Disponível em: <<http://www.projetojuventude.org.br/novo/index.html>> Acesso em: 8 jun. 2007.

KERBAUY, Maria Teresa. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais. *Estudos de sociologia*, São Paulo, v. 18/19, p. 193-206, 2005.

KLIJN, E. H. Policy Networks: an overview. In: KICKERT, W. J. M.; KOPPENJAN, J. F. (Ed.). *Managing Complex Networks*. London: Sage, 1998. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Complex.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2008.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, Oscar (Ed.). *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

LARRATEA, Marcelo. *Governo, burocracia estatal e elites universitárias: o papel das agências nacionais de fomento na formação de referenciais de políticas públicas para a pós-graduação no Brasil*. V Encontro da ABCP, Belo Horizonte, 26 a 29 de Julho 2006.

LASSANCE, Antonio. Teorias e Modelos de Análise e Avaliação de Políticas Públicas. *Temas em Políticas Públicas*, ano 3, v. 10, 2002.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEÃO, Geraldo. Juventude, pobreza e trabalho: o que podem os jovens esperar das políticas públicas? In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 7., 2007, Porto Alegre. Porto Alegre: Associação Latino Americana de Antropologia, 2007. v. 1. p. 1-18.

LEITE, Elenice. Juventude e Trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. De C. (Org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

LEMUS, Roberto. Hacia una sociologia de la juventud: algunos elementos para la deconstrucción de un nuevo paradigma de la juventud. *Ultima Década*, Viena del Mar, n. 9, p. 1-7, 1998.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, 1999.

_____. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003.

MARTELETO, Regina. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARTELETO, Regina; SILVA, Antônio. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MATHEUS, Renato; SILVA, Antônio. Análise de redes sociais como método para a Ciência da Informação. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2006.

MCCOOL, Daniel. *Public Policy Theories, Models and Concepts*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

MINAYO, Maria Cecília et al. *Fala Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MÜLLER, Ana Luiza; SILVA, Marcelo; SCHNEIDER, Sergio. *A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos*. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual Aa Anpocs 22 A 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG.

NASCIMENTO, Elionar. *Por uma metodologia integrada de gerenciamento de programas*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001.

NOLETO, Marlova. *Abrindo Espaços: Educação e Cultura de Paz*. Brasília: Unesco, 2001.

NOVAES, Regina. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: NOVAES, Regina et al. *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: Unesco, 2007. p. 253-280.

NOVAES, Regina et al (Org.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília: Conjuve, 2006.

NOVAES, Regina; CUNHA, Cristina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (Org.). *Associando-se à Juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2006. p. 107-148.

NOVAES, Regina; FÁVERO, Osmar; SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo (Org.). *Juventude e contemporaneidade*. 1. ed. Brasília: Unesco, 2007. v. 1.

NOVAES, Regina; VANUCCHI, Paulo (Org.). *Juventude e Sociedade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. *Desemprego juvenil: em busca de opções à luz da experiência internacional*. Brasília: OIT, 1999.

_____. *Via Jovem. Fórum Jovem Século XXI: educação, formação profissional e empregabilidade*. Brasília: OIT, 2001.

ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE JUVENTUDE. *Agenda Jovem 2002*. Rio de Janeiro: OBJ, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Guidelines for Further Planning and Suitable Follow-Up in the Field of Youth*. New York, 1985.

_____. *Relatório Mundial sobre a Juventude 2007: a transição dos jovens à idade adulta*. Nova Iorque: ONU, 2007.

PALOCCI, Antonio (Coord.). *Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente*. Brasília, 2002. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em: 28 jan. 2008.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. *Carta Aberta do 2º Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural*. Brasília: PJR, 2006. Disponível em: <<http://www.casadajuventude.org.br/media/documentopjr.doc>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

PAVEZ, Thais. *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André Mais Igual*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Política, 2006.

PETERSON, John. *Policy Networks*. Viena: Institut für Höhere Studien, 2003. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/764/01/pw_90.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2008.

RESENDE, Márcio. Experiências de Geração de Renda para os Jovens. In: FÓRUM JOVEM SÉCULO XXI: educação, formação profissional e empregabilidade. *Via Jovem...* Brasília: OIT, 2001. p. 73-75.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. v.2. Brasília: CNPD, 1998.

SALLAS, Ana Luisa et al. *Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania*. Brasília: Unesco, 1999.

SCOTT, John. *Social Network Analysis. A Handbook*. London: Sage Publications, 1991.

SILVA, Cristiane. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. *Tempo soc*, [online]. v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200020> Acesso em: 15 jan. 2008.

SILVA, Queila. *Governança de Redes Interorganizacionais no Terceiro Setor: níveis de controle formal em atividades operacionais de gestão do conhecimento o caso do Coep Paraná 2000-2003*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

SOUZA, Celina. “Estado de campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

_____. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2007.

SPOSITO, Marília (Coord.). *Juventude: Estado do Conhecimento*. Brasília: Inep, 2000.

SPOSITO, Marília. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, 2003.

SPOSITO, Marília; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 17, p. 141-172, 2005.

SPOSITO, Marília; SILVA, Hamilton; SOUZA, Nilson. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v.11, n. 32, maio/ago. 2006.

THOMPSON, Andrés (Org.). *Associando-se à Juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina. *Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação*. Encontros Bibli (UFSC), Florianópolis, v. n. esp, p. 75-90, 2006.

TOURAINÉ, Alain. Democracia y Juventud en Chile. *Revista Iberoamericana de Juventud*, Madrid, n. 1, 1996.

UNESCO. *AIDS: o que pensam os jovens*. Brasília: Unesco/Unaid, 2002.

_____. *Espaço aberto ao diálogo da infância e juventude: o jovem lendo o Mundo*. Brasília: Unesco, 2001.

_____. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *Carta Aberta do Diálogo Nacional das Organizações Juvenis*. São Paulo: Une, 2004. Disponível em: <http://www.projetojuventude.org.br/novo/html/noticias_int132f.html>. Acesso em: 17 jan. 2008.

_____. *Carta Aberta do 2º Diálogo Nacional das Organizações Juvenis*. São Paulo: Une, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/juventude/arquivos_projovem/carta_aberta.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2008.

UNICEF. Instituto Ayrton Senna, Itaú Social. *Adolescentes e Jovens do Brasil: participação social e política*. Brasília: Unicef, Instituto Ayrton Senna, Itaú Social, 2007.

VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol. *Juventude: cultura e cidadania*. 1999. Disponível em: <www.fpa.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2008.

WASELFISZ, Julio et al. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*. Brasília: Unesco, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo (Org.). *Mortes Matadas por armas de fogo no Brasil de 1979 a 2003*. Brasília: Unesco, 2005.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Mapa da violência 2006 – Os jovens do Brasil*. Brasília: OEI, 2006.

_____. *Mapa da violência II: os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.

_____. *Mapa da violência III: os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2002.

_____. *Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil: os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania*. Brasília: Edições Futura, Unesco, 2004.

_____. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo; ATHIAS, Gabriela. *Mapa da Violência de São Paulo*. Brasília: Edições Futura, Unesco, 2005.

WEISS, Zezé; FLORENTINO, R. (Org.). *Vozes Jovens: um olhar das organizações e movimentos de juventude sobre o Brasil do século XXI*. Brasília: Banco Mundial, 2004. v. 1.

GLOSSÁRIO³²

Análise de Redes Sociais – metodologia de aplicação multidisciplinar que permite a análise entre os elementos de uma rede social a partir de seus nós, posições, ligações e fluxos.

Ator – qualquer variável discreta. Exemplos: pessoas de um grupo, departamentos de uma empresa, organizações, agregados coletivos, cidades, estados, nações.

Ator-Ponte (*Bridge Agent*) – ator responsável pela ligação entre dois subgrupos de uma rede social. É um indivíduo fortemente ligado a um grupo primário que interage regularmente com uma pessoa de outro grupo.

Vazios Estruturais – termo cunhado por Burt (1992) para identificar as áreas da rede não conectadas, ou seja, separadas por contatos não-redundantes. Representa, para o ator, a oportunidade de agenciar o fluxo de informação e controlar os projetos e as formas que trazem as pessoas que estão desconectadas à rede.

Centralidade de Grau (*Degree centrality*) - cálculo do número de vínculos adjacentes para cada ator da rede.

Centralidade de Intermediação (*betwenness centrality*) – cálculo do potencial de um ator em servir como intermediário na rede. Permite a identificação dos atores pontes, ou seja, daqueles que fazem a conexão entre os subgrupos da rede, facilitando a circulação da informação.

Centralidade de Informação (*information centrality*) – identifica quando, por seu posicionamento, um indivíduo é central em relação à informação, recebendo da maior parte do ambiente da rede e, portanto, sendo um fonte estratégica.

Centralidade de Proximidade – *closeness centrality* – determina quão perto um ator encontra-se em relação aos outros atores da rede. Um ator é tão mais central quanto menor for o caminho que ele tiver que percorrer para alcançar os outros.

³² As definições relacionadas à análise de redes sociais foram baseadas em Scott (1991) e Hanneman (2001).

Clique – subgrupo no qual cada ator tem laços com todos os demais, sendo que não pode haver qualquer ator fora que tenha laços como todos os atores do clique – dado que nesta situação ele obrigatoriamente pertenceria ao clique. Termo técnico para subgrupo.

Densidade – divisão entre o número de ligações que efetivamente estão presentes dividido pelo número potencial de conexões. Pode variar entre 0 e 1.

Díade – um par de atores e o possível elo entre eles.

Distância Geodésica – equivale ao número de vínculos existentes no caminho mais curto entre dois atores. Em geral, essa distância é o caminho ótimo entre dois atores.

Efetividade do Ator – medida proposta por Burt (1992) que desconsidera os vínculos redundantes, calculando o número de vínculos diretos de *ego* menos o grau médio dos *alters* (indivíduos aos que ego conecta-se só com um vínculo) na rede egocentrada.

Eficiência do Ator – medida proposta por Burt (1992) que normaliza a medida de eficiência, dividindo-a pelo tamanho da rede egocentrada, para o cálculo qual a proporção das relações do ego que não são redundantes.

Grupo – conjunto finito que engloba todos os atores para os quais os laços de determinado tipo foram mensurados.

Rede Social (Social Network) – um ou mais conjuntos finitos de atores (e eventos), assim como todas as relações definidas entre eles. Sua representação matemática baseia-se em:

- um conjunto A contendo n atores e denotado por $A = \{a_1, a_2, \dots, a_n\}$;
- um conjunto R de pares de atores dado por $R = \{(a_i, a_j), \dots, (a_k, a_j)\}$,

representando as relações entre eles. O conjunto R composto de n atores contém no máximo $n(n-1)/2$ pares considerando que independe a ordem entre os atores de um par, ou seja, que o par (a_i, a_j) é igual ao par (a_j, a_i) .

Sociograma – conjunto finito que engloba todos os atores para os quais os laços de determinado tipo foram mensurados.

Subgrupo – qualquer subgrupo de atores, de qualquer tamanho e os possíveis elos estabelecidos entre eles.

Tamanho da Rede Social – quantidade de vínculos existentes em uma rede. É calculada multiplicando-se o número de nós existentes n por $(n - 1)$ e dividindo-se por 2 – isso considerando que independe a ordem entre os atores de um par, ou seja, o par (an, aj) é igual ao par (aj, an)

Triade – subgrupo de três atores e os possíveis elos entre eles.

Vínculo Relacional (ou Elo Relacional) – relação estabelecida entre os pares de atores. Esses vínculos podem ser direcionais – quando importa a direção do elo, ou então, não – direcionais.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1	Matriz de Relacionamentos em T1
ANEXO 2	Matriz de Relacionamentos em T2
ANEXO 3	Matriz de Relacionamentos em T3
ANEXO 4	Matriz de Relacionamentos em T4

ANEXO 1 - MATRIZ DE RELACIONAMENTOS EM T1

MATRIZ DE RELACIONAMENTOS EM T1																																
	MEC	MDS	M TE	SG/PR	SEDH	MJ	MDA	MD	Conjuve	Cejuvent	OBJ	UNE	PJ	Contag	CUT	RJNE	RENAJU	AE	Ibase	IC	IAS	Kellog	MUDES	UJS	PT	Unesco	BM	OIJ	OIT	UFF	UFMG	
MEC	0	1	1	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	0	0	0	0	N/A	1	0	N/A	1	0	1	0	0	1	0	1	1	N/A	N/A	
MDS	1	0	1	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	1	0	0	0	0	1	0	0	1	N/A	N/A	
M TE	1	1	0	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	1	1	0	N/A	0	0	N/A	0	0	1	0	0	1	0	0	1	N/A	N/A	
SG/PR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
SEDH	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
MJ	1	1	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	0	0	0	1	0	0	1	N/A	N/A	
MDA	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
MD	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Conjuve	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Cejuvent	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
OBJ	1	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	1	1	1	1	0	N/A	1	0	N/A	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	N/A	N/A
UNE	1	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	1	1	1	0	N/A	0	0	N/A	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	N/A	N/A
PJ	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	0	1	1	1	N/A	0	0	N/A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	N/A
Contag	0	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	1	0	1	0	N/A	0	0	N/A	0	0	0	1	1	0	1	0	1	N/A	N/A	
CUT	0	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	1	1	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	0	1	1	0	0	0	1	N/A	N/A	
RJNE	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	1	0	0	0	N/A	0	0	N/A	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	N/A	N/A
RENAJU	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
AE	1	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	0	N/A	0	1	N/A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	N/A
Ibase	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	0	0	0	N/A	1	0	N/A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	N/A
IC	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
IAS	1	1	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	0	1	1	0	0	1	0	0	1	N/A	N/A	
Kellog	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	1	0	0	1	N/A	1	1	N/A	1	0	0	0	0	1	0	1	0	N/A	N/A	
MUDES	1	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	1	1	N/A	N/A	
UJS	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	0	1	1	1	N/A	0	0	N/A	0	0	0	0	1	0	0	0	0	N/A	N/A	
PT	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	0	1	1	1	N/A	0	0	N/A	0	0	0	1	0	0	0	0	0	N/A	N/A	
UNESCO	1	1	1	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	1	N/A	0	0	N/A	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	N/A	N/A
BM	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	1	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	0	0	0	1	0	1	1	N/A	N/A	
OIJ	1	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	0	1	1	0	0	1	1	0	1	N/A	N/A	
OIT	1	1	1	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	1	1	0	N/A	0	0	N/A	1	0	1	0	0	1	1	1	0	N/A	N/A	
UFF	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
UFMG	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

ANEXO 2 - MATRIZ DE RELACIONAMENTOS EM T2

MATRIZ DE RELACIONAMENTOS EM T2																																
	MEC	MDS	M TE	SG/PR	SEDH	MJ	MDA	MD	Conjuve	Cejuvent	OBJ	UNE	PJ	Contag	CUT	RJNE	RENAJU	AE	Ibase	IC	IAS	Kellog	MUDES	UJS	PT	Unesco	BM	OIJ	OIT	UFF	UFMG	
MEC	0	1	1	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	0	0	0	0	N/A	1	0	N/A	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0	
MDS	1	0	1	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	
M TE	1	1	0	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	1	1	0	N/A	1	0	N/A	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	
SG/PR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
SEDH	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
MJ	1	1	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	
MDA	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
MD	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Conjuve	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Cejuvent	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
OBJ	1	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	1	1	1	1	0	N/A	1	0	N/A	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	
UNE	1	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	1	1	1	0	N/A	1	0	N/A	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	
PJ	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	0	1	1	1	N/A	1	0	N/A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contag	0	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	1	0	1	0	N/A	1	0	N/A	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	
CUT	0	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	1	1	0	0	N/A	1	0	N/A	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	
RJNE	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	1	0	0	0	N/A	0	0	N/A	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	
RENAJU	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
AE	1	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	1	1	1	0	N/A	0	1	N/A	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	
Ibase	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	0	0	0	N/A	1	0	N/A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
IC	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
IAS	1	1	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	0	N/A	1	0	N/A	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	
Kellog	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	1	0	0	1	N/A	1	1	N/A	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	
MUDES	1	0	1	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
UJS	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	0	1	1	1	N/A	1	0	N/A	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
PT	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	1	0	1	1	1	N/A	1	0	N/A	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
UNESCO	1	1	1	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	1	N/A	1	0	N/A	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
BM	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	1	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	
OIJ	1	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	1	0	0	0	0	0	N/A	0	0	N/A	0	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	
OIT	1	1	1	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	1	1	0	N/A	0	0	N/A	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	
UFF	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	0	0	0	N/A	1	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
UFMG	0	0	0	N/A	N/A	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	0	0	0	0	N/A	1	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	

ANEXO 3 - MATRIZ DE RELACIONAMENTOS EM T3

MATRIZ DE RELACIONAMENTOS EM T3																																
	MEC	MDS	M TE	SG/PR	SEDH	MJ	MDA	MD	Conjuve	Cejuvent	OBJ	UNE	PJ	Contag	CUT	RJNE	RENAJU	AE	Ibase	IC	IAS	Kellog	MUDES	UJS	PT	Unesco	BM	OIJ	OIT	UFF	UFMG	
MEC	0	1	1	1	1	1	1	1	N/A	1	1	1	0	0	0	0	N/A	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	
MDS	1	0	1	1	1	1	1	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	N/A	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	
M TE	1	1	0	1	1	1	1	1	N/A	1	1	0	0	1	1	0	N/A	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	
SG/PR	1	1	1	0	1	1	1	1	N/A	1	1	1	1	1	1	0	N/A	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	
SEDH	1	1	1	1	0	1	0	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	
MJ	1	1	1	1	1	0	0	0	N/A	0	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	
MDA	1	1	1	1	0	0	0	1	N/A	1	0	1	0	1	0	0	N/A	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	
MD	1	0	1	1	0	0	1	0	N/A	0	0	1	0	0	0	0	N/A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Conjuve	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Cejuvent	1	1	1	1	1	0	1	0	N/A	0	1	1	1	1	1	1	N/A	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1	
OBJ	1	0	1	1	0	0	0	0	N/A	1	0	1	1	1	1	0	N/A	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	
UNE	1	0	0	1	0	0	1	1	N/A	1	1	0	1	1	1	0	N/A	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	
PJ	0	0	0	1	0	0	0	0	N/A	1	1	1	0	1	1	1	N/A	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contag	0	0	1	1	0	0	1	0	N/A	1	1	1	1	0	1	0	N/A	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	
CUT	0	0	1	1	0	0	0	0	N/A	1	1	1	1	1	0	0	N/A	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	
RJNE	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	1	0	0	1	0	0	0	N/A	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	
RENAJU	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
AE	1	1	1	1	0	0	0	0	N/A	1	1	1	1	1	1	0	N/A	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	
Ibase	1	1	0	1	0	0	0	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	N/A	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
IC	1	1	1	1	1	0	1	0	N/A	1	1	1	1	1	1	1	N/A	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	
IAS	1	1	0	0	0	0	0	0	N/A	1	1	0	0	0	0	0	N/A	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	
Kellog	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	0	1	0	1	0	0	1	N/A	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	
MUDES	1	0	0	0	0	0	0	0	N/A	0	1	0	0	0	0	0	N/A	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	
UJS	0	0	0	1	0	0	0	0	N/A	1	1	1	0	1	1	1	N/A	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
PT	1	1	1	1	1	1	1	0	N/A	1	1	1	0	1	1	1	N/A	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
UNESCO	1	1	1	1	1	1	1	0	N/A	1	1	0	0	0	0	1	N/A	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
BM	1	1	1	1	0	0	1	0	N/A	0	0	0	0	1	0	0	N/A	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	
OIJ	1	0	0	1	0	0	0	0	N/A	1	1	0	0	0	0	0	N/A	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	
OIT	1	1	1	0	0	1	0	0	N/A	0	0	0	0	1	1	0	N/A	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	
UFF	0	0	0	0	0	0	1	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	N/A	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
UFMG	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	N/A	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	

ANEXO 4 - MATRIZ DE RELACIONAMENTOS EM T4

MATRIZ DE RELACIONAMENTOS EM T4																															
	MEC	MDS	M TE	SG/PR	SEDH	MJ	MDA	MD	Conjuve	Cejuvent	OBJ	UNE	PJ	Contag	CUT	RJNE	RENAJU	AE	Ibase	IC	IAS	Kellog	MUDES	UJS	PT	Unesco	BM	OIJ	OIT	UFF	UFMG
MEC	0	1	1	1	1	1	1	1	1	N/A	1	1	0	0	0	0	1	1	1	N/A	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0
MDS	1	0	1	1	1	1	1	0	1	N/A	0	0	0	0	0	0	1	1	1	N/A	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0
M TE	1	1	0	1	1	1	1	1	1	N/A	1	0	0	1	1	0	1	1	0	N/A	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0
SG/PR	1	1	1	0	1	1	1	1	1	N/A	1	1	1	1	1	0	1	1	1	N/A	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0
SEDH	1	1	1	1	0	1	0	0	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
MJ	1	1	1	1	1	0	0	0	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0
MDA	1	1	1	1	0	0	0	1	1	N/A	0	1	0	1	0	0	0	0	0	N/A	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0
MD	1	0	1	1	0	0	1	0	1	N/A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	N/A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conjuve	1	1	1	1	1	1	1	1	0	N/A	1	1	1	1	1	1	1	1	1	N/A	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Cejuvent	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
OBJ	1	0	1	1	0	0	0	0	1	N/A	0	1	1	1	1	0	1	1	0	N/A	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0
UNE	1	0	0	1	0	0	1	1	1	N/A	1	0	1	1	1	0	1	1	0	N/A	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
PJ	0	0	0	1	0	0	0	0	1	N/A	1	1	0	1	1	1	1	1	0	N/A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contag	0	0	1	1	0	0	1	0	1	N/A	1	1	1	0	1	0	1	1	0	N/A	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0
CUT	0	0	1	1	0	0	0	0	1	N/A	1	1	1	1	0	0	1	1	0	N/A	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0
RJNE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	N/A	0	0	1	0	0	0	1	0	0	N/A	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0
RENAJU	1	1	1	1	0	0	0	0	1	N/A	1	1	1	1	1	1	0	0	0	N/A	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0
AE	1	1	1	1	0	0	0	0	1	N/A	1	1	1	1	1	0	0	0	1	N/A	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1
Ibase	1	1	0	1	0	0	0	0	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	1	0	N/A	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
IC	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
IAS	1	1	0	0	0	0	0	0	1	N/A	1	0	0	0	0	0	0	1	0	N/A	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0
Kellog	0	0	0	0	0	0	0	0	1	N/A	1	0	1	0	0	1	0	1	1	N/A	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
MUDES	1	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
UJS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	N/A	1	1	0	1	1	1	1	1	0	N/A	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
PT	1	1	1	1	1	1	1	0	0	N/A	1	1	0	1	1	1	1	1	0	N/A	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
UNESCO	1	1	1	1	1	1	1	0	0	N/A	1	0	0	0	0	1	1	1	0	N/A	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0
BM	1	1	1	1	0	0	1	0	0	N/A	0	0	0	1	0	0	1	0	0	N/A	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0
OIJ	1	0	0	1	0	0	0	0	0	N/A	1	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	0	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0
OIT	1	1	1	0	0	1	0	0	0	N/A	0	0	0	1	1	0	0	0	0	N/A	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0
UFF	0	0	0	0	0	0	1	0	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	1	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFMG	0	0	0	0	0	0	0	0	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	1	1	N/A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1